

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MICHELLE APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS

O sentido pessoal do trabalho voluntário: uma análise de relatos de voluntários de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos

Maringá
2018

MICHELLE APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS

O sentido pessoal do trabalho voluntário: uma análise de relatos de voluntários de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

Maringá
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

S237s Santos, Michelle Aparecida dos
O sentido pessoal do trabalho voluntário: uma análise de relatos de voluntários de uma instituição de longa permanência para idosos / Michelle Aparecida dos Santos. -- Maringá, 2018.
124 f. : il. tab.

Orientadora: Profa. Dra. Záira Fátima de Rezende Gonzalez Leal.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

1. Voluntariado. 2. Capitalismo. 3. Psicologia histórico-cultural. I. Leal, Záira Fátima de Rezende Gonzalez, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 21.ed. 150.1
302
174.9

FOLHA DE APROVAÇÃO

MICHELLE APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS

O SENTIDO PESSOAL DO TRABALHO VOLUNTÁRIO: UMA ANÁLISE DE RELATOS DE VOLUNTÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal
PPI/ Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Nilza Sanches Tessaro Leonardo
PPI/ Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr.^a Isabel Fernandes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aprovada em: 04/04/2018

Local de defesa: Bloco 118 – Sala de Vídeo – Câmpus sede da UEM

Ao meu irmão Marcos Rogério dos Santos (*in memoriam*), o autor do meu processo inicial de alfabetização,

Aos meus pais Maria Aparecida e Cezar, pelo incentivo aos estudos,

Ao meu filho Lucca, que me proporciona o desenvolvimento e a humanização a medida em que se desenvolve e se humaniza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela força proporcionada através da fé, pois nos momentos em que a materialidade não conseguiu me sustentar pela Providência Divina acredito ter tido o ânimo necessário para seguir.

Ao meu pai Cezar, pelo exemplo de força e superação que tanto me espelha, e em especial, à minha querida mãe Maria Aparecida, que nunca mediu esforços para manter e incentivar os estudos dos filhos, apesar das dificuldades e que comemora esta vitória como se fosse a sua.

Aos meus irmãos Michel e Marcos (*in memoriam*), que foram grandes figuras no meu processo de aprendizagem, ao me apoiaram, inclusive, com ensinamentos domiciliares.

Ao meu esposo Daniel, companheiro de jornada, por ter me dado as palavras certas nos momentos certos. Pelo auxílio diário e por toda paciência, sobretudo nos momentos em que eu menos merecia. Por gerar dentro de mim um lindo sentimento, e me fazendo feliz na medida em que compartilhamos nossa vida juntos.

Ao meu filho Lucca, que desde a sua concepção me trouxe uma nova percepção de vida. Que me proporciona com o seu desenvolvimento o meu próprio crescimento pessoal.

Por toda minha família, pela confiança e apoio a mim depositados para que eu pudesse chegar até este momento.

À minha orientadora Dra. Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal, primeiramente, por confiar no tema do meu trabalho e na minha capacidade enquanto estudante em realizá-lo. Por todo apoio e ensino dado por meio de sugestões e orientações. Agradeço imensamente por sua disponibilidade, amizade, compreensão e por compartilhar comigo os seus conhecimentos.

Aos amigos Álvaro, Denise, Rafaela Bernardo, Natália Yukari, Luci Frare, pelo incentivo desde a seleção do mestrado e toda ajuda disponibilizada no andamento da pesquisa. Por todo apoio sugerindo, refletindo e auxiliando no processo de construção da dissertação. Pelas provocações teóricas que me fizeram amadurecer enquanto estudante e pesquisadora.

A todos os professores do mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, por todos os ensinamentos e estímulos para a vida acadêmica. Foi um privilégio fazer parte do

Programa de Pós-graduação em Psicologia desta memorável Universidade e ao lado de excelentes professores.

À Wal por toda ajuda e disponibilidade, nas questões administrativas e burocráticas.

À instituição Lar dos Velinhos que abriu as portas para realização desta pesquisa, em especial, às assistentes sociais Camila e Lucélia, que não mediram esforços para que a pesquisa ocorresse de maneira satisfatória, disponibilizando documentos e dados da instituição. Aos voluntários participantes da pesquisa o meu muito obrigada.

À minha cunhada Aline, pelo apoio com as palavras e inclusive nos cuidados com o Lucca, para que eu pudesse dar continuidade à pesquisa.

Às pessoas que fazem parte de minha vida e estiveram presentes nessa árdua caminhada, especialmente minha sogra Maria Aparecida e aos amigos, Amanda Palomo, Aline Barion, Suellen Galvan, Tatiane Medeiros, D. Lia e Sr. Alves, pelas palavras motivacionais, pelos momentos de alegria e distração que me deram força e energia para concluir esse trabalho.

À PUCPR, local de trabalho ao qual tenho orgulho em pertencer, por ter me proporcionado o incentivo ao estudo. Aos colegas que esta instituição me proporciona, em especial, prof. Dr. José de Jesus Previdelli, Roselei Sanot, Andressa, Priscila, Angélica Pommer, Débora Zacarias, Gustavo Cioli, Débora Feola, Ewerton entre outros que me apoiaram até aqui.

À Livia Toledo, Denise Maranhão, Eliane Tabuti, amigas valiosas que o mestrado me deu. Agradeço por compartilharem angústias, carinho e amizade. Acredito que a companhia de vocês tornou o Mestrado uma experiência ainda mais rica e prazerosa.

À prof.^a Dr.^a. Nilza Sanches Tessaro Leonardo e prof.^a. Dr.^a. Isabel Fernandes de Oliveira pelas grandes e importantes contribuições para a conclusão deste trabalho, pela disponibilidade e generosidade em aceitarem o convite para fazerem de minha banca.

Desconfiai do mais trivial, na aparência
singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que
é de hábito como coisa natural, pois em tempo
de desordem sangrenta, de confusão
organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer
natural nada deve parecer impossível de
mudar.

Nada é impossível de Mudar, Bertolt Brecht
(1898-1956)

Santos, Michelle Aparecida Ferreira dos. O sentido pessoal do trabalho voluntário: uma análise de relatos de voluntários de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

RESUMO

Na sociedade regida pelo Capital as relações sociais são marcadas pelo individualismo. Nesse contexto, surge um tipo de ação que aponta em direção à contradição: o voluntariado no terceiro setor. Na ausência de políticas públicas efetivas que garantam os direitos que o Estado não viabiliza, a sociedade, além de se preocupar, passa também a se responsabilizar por tal intervenção. Dessa forma, a seguinte pesquisa objetiva compreender o sentido subjetivo do voluntariado por meio de uma análise do trabalho voluntário em sua essência. Para tanto, inicialmente realizamos um breve histórico da sociedade de classes e o quanto a exploração do homem pelo homem acentuou as desigualdades. Também discorremos sobre: a religiosidade enquanto mantenedora do sistema capitalista; apresentamos os conceitos de significado social e sentido pessoal para compreender o que motiva a ação voluntária nos sujeitos entrevistados; a história do voluntariado e sua ação vinculada à assistência social e ao terceiro setor destacando as instituições de longa permanência para idosos; e por fim, apresentamos a pesquisa e seus procedimentos metodológicos bem como o método de análise baseado no materialismo histórico dialético. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa de campo com a coleta de entrevistas com seis voluntários, seguidas de transcrição e análise dos discursos para compreender o sentido pessoal do voluntariado. Observamos, por meio da pesquisa, que os motivos que instigam os sujeitos a realizarem a ação voluntária estão ligados intrinsecamente a questões históricas, culturais e econômicas, que por sua vez são permeadas por contradições, nexos e múltiplas determinações. As categorias de análise levantadas a partir das respostas comuns foram: a empatia; o voluntariado, enquanto um espaço de trabalho; o ganho pessoal obtido pelo trabalho voluntário, e o voluntariado justificado pela espiritualidade e/ou religiosidade. Todos esses itens apresentados são historicamente determinados e marcados por contradições. Não se trata de desmerecer a ação da sociedade civil por meio do voluntariado, mas de compreender de modo crítico este fenômeno, percebendo as desigualdades enquanto consequência da organização social estabelecida, a omissão do Estado em seu dever, e a prática do voluntariado como ação pontual que não instiga o espírito revolucionário de transformação social de fato.

Palavras-chave: Voluntariado; capitalismo; psicologia histórico-cultural.

Santos, Michelle Aparecida Ferreira dos. The personal meaning of volunteer work: an analysis of volunteer reports from a Long Stay Institution for the Elderly. 119 f. Dissertation (Master in Psychology) - State University of Maringá, Maringá, PR.

ABSTRACT

In society ruled by Capital social relations are marked by individualism. In this context, there is a type of action that points towards the contradiction: volunteering in the third sector. In the absence of effective public policies that guarantee the rights that the State does not make feasible, society, in addition to being concerned, also becomes responsible for such intervention. In this way, the following research aims to understand the subjective sense of volunteering through an analysis of voluntary work in its essence. To do so, we first made a brief history of class society and how the exploitation of man by man accentuated inequalities. We also talk about religiosity as a supporter of the capitalist system; we present the concepts of social meaning and personal meaning to understand what motivates voluntary action in the subjects interviewed; the history of volunteering and its action linked to social assistance and the third sector highlighting long-term institutions for the elderly; and finally, we present the research and its methodological procedures as well as the method of analysis based on dialectical historical materialism. The work was done through field research with the collection of interviews with six volunteers, followed by transcription and analysis of the speeches to understand the personal meaning of volunteering. We observe through the research that the motives that instigate subjects to perform voluntary action are intrinsically linked to historical, cultural and economic issues, which in turn are permeated by contradictions, nexus and multiple determinations. The categories of analysis drawn from the common responses were: empathy; volunteering as a work space; the personal gain obtained by voluntary work and volunteerism justified by spirituality and / or religiosity. All these presented items are historically determined and marked by contradictions. It is not a matter of undermining civil society action through volunteerism, but of understanding this phenomenon critically, perceiving inequalities as a consequence of established social organization, the omission of the State in its duty, and the practice of volunteering as a punctual action which does not instigate the revolutionary spirit of de facto social transformation.

Keywords: Volunteering, Capitalism, Historical-Cultural Psychology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	64
-----------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ONG – Organização Não Governamental
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
LBA – Legião Brasileira de Assistência Social
ONU – Organização das Nações Unidas
ONGDs – Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento
UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para Infância
APAES – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
NOB SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOBRHSUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS
TNSS – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ILPI – Instituições de Longa Permanência para Idosos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A SOCIEDADE DE CLASSES E A ORGANIZAÇÃO DOS HOMENS.....	20
1.1 O Capitalismo e as desigualdades.....	23
1.2 A Religiosidade na Ordem Capitalista.....	29
1.3 A formação do significado social e do sentido pessoal na sociedade capitalista	32
2. HISTÓRICO DO VOLUNTARIADO	41
2.1 As modificações do voluntariado ao longo da história: da origem à sua vinculação à política de assistência social.....	42
2.2 O voluntariado e o terceiro setor.....	51
2.3 As Instituições de Longa permanência para idosos	56
3. A PESQUISA: Percurso Teórico e Metodológico	61
3.1 Procedimentos metodológicos.....	68
3.2 Histórico da Entidade Lar dos Velinhos.....	70
3.3 Apresentação e análise dos dados.....	72
3.3.1 A empatia (O outro em questão).....	75
3.3.2 O voluntariado enquanto um espaço de trabalho.....	79
3.3.3 O ganho pessoal obtido pelo trabalho voluntário	81
3.3.4 O voluntariado justificado pela Espiritualidade e/ou religiosidade	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	100

INTRODUÇÃO

A presente dissertação está diretamente vinculada a minha trajetória profissional e inquietações enquanto cidadã preocupada com o sistema econômico capitalista perverso que multiplica e naturaliza as desigualdades. Impulsionada por um ingresso rápido no mercado de trabalho, após a conclusão do curso de psicologia, iniciei como educadora voluntária em uma Organização Não-Governamental (ONG) denominada “Ação Social Santa Rita de Cássia”, no programa *Projovem Adolescente*. Nessa atividade, percebi as discrepantes desigualdades sociais, bem como as dificuldades encontradas pelas ONGs em realizar algo além de seu alcance, com a pequena quantidade de recursos e a morosidade do Estado em responsabilizar-se com a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

O trabalho na área social passou a ter um significado diferente em minha trajetória, a partir do momento em que entrei neste campo de atuação, pois percebi que por se tratar de uma instituição de cunho religioso, vinculada à igreja católica, a atuação ia muito além do discurso da caridade e da solidariedade, mas que era preciso um pensamento voltado para a própria coletividade.

Percebi, também, que algumas abordagens do campo da psicologia, com viés individual e biológico, não me embasavam teoricamente de modo a explicar a realidade do público atendido, e tampouco davam sustentação à prática diante das situações desiguais e emergentes apresentadas naquele ambiente.

Foi na Psicologia Histórico-Cultural que encontrei as respostas para as demandas apresentadas, contextualizando aquele sujeito em determinado momento histórico, cultural, social, político, econômico, para além de sua personalidade individual. Nesse momento, também percebi quanto os discursos e atuações são contraditórios, ora mencionando a colaboração com o próximo, ora reforçando as situações de desigualdades, cobrando do Estado, ou se ocupando de seu papel, entre outras diversas contradições.

Além dessas inquietações, enquanto voluntária nesta instituição e parceira de trabalho de outras pessoas que também atuavam como tal, percebi a realização delas de modo muito particular. Os voluntários de modo geral, independentemente da atividade que exerciam, não tinham uma preocupação com a transformação social e com a coletividade, tampouco questionavam a inatividade do Estado.

A ação se resumia, muitas vezes, em realizar algo para se sentir bem e divulgar o feito para ter algum tipo de visibilidade ou reconhecimento. Observei o discurso da ação do voluntário aparentemente com foco na necessidade do outro e, contraditoriamente, o que

realmente demonstravam era a preocupação com a satisfação individual e *status* social, como o fato de preocuparem-se em realizar registros fotográficos para postagem nas redes sociais. Pequenas atitudes desses voluntários eram tratadas como grandes feitos sociais, quando na realidade eram ações pontuais que minimamente davam um resultado positivo e efetivo, o que reforçava as desigualdades, em uma ação daquele que tem mais condições materiais para aquele que tem menos, mantendo o *status quo*. Ações, por exemplo, como a doação de roupas, em que a pessoa se dirigia até a instituição social para entregar roupas usadas que não eram mais úteis para si. Para o doador, em geral, tratava-se de uma grande ação, porém, o fato de apenas entregar algo que não usa mais para uma entidade não provoca a transformação social, tampouco promove uma reflexão sobre as reais necessidades daquele público, as causas das desigualdades e a ausência da atuação do Estado.

Após um ano de trabalho, fui efetivada na instituição, passando a ter ainda mais contato com outras entidades e profissionais. Percebi, neste novo campo de atuação, como o trabalho técnico dos profissionais das ONGs (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, entre outros) é influenciado pela ação voluntária da diretoria destas instituições, assim como esses técnicos passam a serem “refêns” do trabalho da sociedade civil, na própria manutenção do sistema. Ao entrar em contato com a parte burocrática da gestão de seus recursos, também me inquietei com a participação financeira do Estado na sustentação dessas instituições, visto que o Estado não cumpre o seu papel e destina poucos recursos para isso, o que resulta para a instituição conseguir realizar apenas ações pontuais diante da grande omissão do Estado na garantia de direitos básicos da sociedade em geral. Por se tratar de uma instituição não-governamental, esta não deveria substituir a ação do Estado, e acaba aliviando a sua responsabilidade.

Outro fato que chamou minha atenção foi a formação e cadastro dos voluntários da instituição, pois não se exigia do voluntário um compromisso com o usuário do serviço. Não havia dia, horário ou limites do que este realizaria na instituição. Bastava entrar e fazer o que julgasse ser interessante ou útil ao público atendido. Muitas vezes, o voluntário ia até o local acompanhado de tantas outras pessoas (familiares, amigos), utilizando o espaço como “vitrine”, onde iam, observavam e retornavam para o conforto de seus lares.

Assim, senti a necessidade de um compromisso diferenciado dessas pessoas, e que fossem informadas sobre a atual e real situação da instituição em que estavam sendo inseridas, bem como das fragilidades deste público-alvo, em uma visão mais ampla.

O simples fato de doar e ir embora também me intrigou, pois esta ação não gerava reflexão para a coletividade ou em relação à forma de organização da sociedade capitalista

que promove desigualdades. Nesta tentativa que beirava a utopia, passava a discutir com outras colegas de trabalho sobre as diferentes atuações e como viam o trabalho voluntário em suas instituições. Nestas trocas de experiências, muitas vezes observava conformidade dos profissionais no “descompromisso” de muitos desses voluntários, como se não pudessem cobrar regularidade, pontualidade ou qualquer outro tipo de responsabilidade pelo motivo deste doar o seu tempo para determinado fim. Dentre tantos questionamentos, um dos que mais me intrigou era o fato de que não cumpriam as promessas estabelecidas diretamente com o público atendido. Por exemplo, prometiam retornar para visita e nunca mais apareciam; prometiam trazer algo e não cumpriam, dentre outros acordos verbais que estabeleciam com o usuário do serviço, que na prática não se efetivavam. Cabe ressaltar que o público atendido já se apresenta em situação de risco e vulnerável, e casos como esses apenas reforçavam essa desigualdade social.

O apelo da mídia em programas como “Amigos da Escola”, “Criança Esperança”, “Teleton” passaram a fazer um novo sentido para mim, ao refletir criticamente sobre o trabalho voluntário dentro das instituições. Percebi o quanto era contraditório as empresas detentoras de um grande capital, por meio do apelo ao público, tratado como ‘responsabilidade social’, receberem a isenção de impostos e mobilizarem a sociedade civil para uma atuação e/ou arrecadação de fundos destinados a cobrir uma atuação que deveria ser efetuada pelo Estado, ligadas a um discurso de transformação social, generosidade, solidariedade etc.

Observei outro exemplo deste apelo da mídia sobre questões sociais, como na chamada “tragédia de Mariana”, em que pouco se preocupou com a punição da empresa causadora de todo o drama, mas a grande repercussão era sobre a necessidade da sociedade se envolver com o envio de mantimentos para subsistência dos sobreviventes. Vamos relembrar sobre a tragédia:

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o pior acidente da mineração brasileira no município de Mariana, em Minas Gerais. A tragédia ocorreu após o rompimento de uma barragem (Fundão) da mineradora Samarco, que é controlada pela Vale e pela BHP Billiton. O rompimento da barragem provocou uma enxurrada de lama que devastou o distrito de Bento Rodrigues, deixando um rastro de destruição, à medida que avança pelo Rio Doce. Várias pessoas estão desabrigadas, com pouca água disponível, sem contar aqueles que perderam a vida na tragédia. Além disso, há

os impactos ambientais, que são incalculáveis e, provavelmente, irreversíveis. (Santos, s/d)

As manchetes “Doações para Mariana - Ajude a maior tragédia ambiental da história do Brasil” (Kickante campanha de 16/12/2015 - <https://www.kickante.com.br/campanhas/solidariedade-mariana-maior-tragedia-ambiental-da-historia-do-brasil>) e “Entidades arrecadam doações para Mariana; água é prioridade” (O Estadão de 06/11/2015 - <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-arrecadam-doacoes-para-mariana-agua-e-prioridade,1792240>) são alguns dos exemplos de apelos à sociedade civil, com objetivo de solicitar ação diante do ocorrido. Porém, observamos que até hoje a empresa não pagou suas multas ao Ibama, e possivelmente não assumirá sua responsabilidade, conforme matéria: “Samarco não pagou nada ao Ibama por maior tragédia ambiental do país” (16/07/2017 – Esquerda valente - <http://aesquerdavalente.blogspot.com.br/2017/06/samarco-nao-pagou-nada-ao-ibama-por.html>). Ou seja, não houve mobilização ou incentivo da mídia para responsabilizar os culpados, sendo hoje um fato “esquecido”. A comoção pelo desastre foi momentânea, as sugestões e ações para minimizar as consequências da tragédia foram pontuais e de apelo à sociedade civil (mandar mantimentos). Dessa forma, ao responsabilizar a mesma a agir, ou seja, incitando o voluntariado e a solidariedade, aparentemente, é como se a situação estivesse resolvida.

Diante destes questionamentos também passei a pesquisar a respeito do tema e obtive valiosas informações a partir deste conhecimento adquirido. Percebi que a história do trabalho voluntário no Brasil é muito antiga e também muito incentivada. “A ação voluntária é muitas vezes valorizada pelo mercado, organizada pelo marketing social e pela mídia de massas” (Fagundes, 2006, p. 98).

Segundo a pesquisa quantitativa do IBOPE realizada em 2011, 25% da população brasileira declara que faz ou fez serviço voluntário; destes, 87% declaram estar motivados com o trabalho, 10% declaram-se neutros e apenas 2% estão desmotivados. Diante dessas informações, passei a questionar o que estaria por trás desta ação em sua essência, visto que as pessoas têm buscado essa atividade e permanecido nela? Quais seriam os sentimentos gerados no voluntário a partir da realização do trabalho sem remuneração? O número de voluntários no país é considerável e os anseios frente a este fenômeno para além da aparência também, visto que é uma atividade não remunerada em uma sociedade capitalista, em que a

função do trabalho muitas vezes está ligada ao salário que permitirá suprir necessidades e não o trabalho como realização em si.

No Brasil, o trabalho do voluntário foi instituído pela **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**, que define em seu art. 1º a atividade voluntária como:

A atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (Brasil, Lei nº 9608, 1998, art. 1)

Diante da grande complexidade do fenômeno do voluntariado, e dos questionamentos surgidos em minha experiência, assim como minha área de formação, investigar esse fenômeno por ele mesmo não me trazia respostas suficientes para compreendê-lo em sua totalidade, em suas contradições e em seu movimento histórico. Assim, foi na Psicologia Histórico-cultural, e por meio da reflexão filosófica marxista, que encontrei os subsídios necessários para fundamentar meu objeto de estudo para a compreensão do mesmo. Dessa forma, ao partir da base epistemológica do materialismo histórico-dialético e da psicologia histórico-cultural busquei analisar e compreender o objeto de pesquisa, no caso, o trabalho voluntário.

Então, buscar o desenvolvimento de uma teoria científica do indivíduo, no interior desta concepção, dando continuidade aos estudos e às referências feitas por Marx (ainda que de modo embrionário) acerca da necessidade de se retornar à vida particular dos indivíduos concretos, a partir das relações sociais objetivas e humanas essenciais é, por certo, uma tarefa fundamental para fazer chegar à concepção materialista histórica dialética da sociedade ao seu pleno alcance antropológico (Tanamachi, 2007, p. 75).

Ao iniciar a pesquisa, alguns questionamentos relacionados ao tema fizeram-se muito presentes: O que, de fato, as pessoas buscam suprir ao realizar o trabalho voluntário? Acredito que existem necessidades atuais criadas pelo próprio sistema que não consegue dar conta do desenvolvimento pleno dos indivíduos, em outras palavras, de lhes dar "sentido", restando a opção pela ajuda ao próximo:

Nesse contexto, as pessoas buscam outros espaços para a atuação e o exercício das práticas sociais, fazendo crescer movimentos que satisfaçam necessidades que o Trabalho, sob o Capital, deixou de suprir. A atuação voluntária parece preencher tais lacunas, permitindo àqueles que se envolvem nesse movimento encontrarem diversos níveis de satisfação de suas necessidades individuais (Caldana; Figueiredo, 2009, p. 472).

Outra pergunta recorrente era em relação às motivações do sujeito para exercer uma prática sem retorno financeiro, afinal, em uma sociedade capitalista em que tempo e dinheiro são prioridades, realizar uma atividade de trabalho não remunerada e ainda permanecer na atividade era algo que me intrigava. É como se o homem estivesse buscando outros meios de exercer práticas que, de fato, satisfaçam necessidades que o capitalismo deixou de preencher. É possível que a prática da ação voluntária seja um meio para buscar esse prazer, para se sentir útil, pois muitas vezes o próprio trabalho em si não é um meio de satisfação, apenas um meio para receber o salário para assim atender suas necessidades.

Para Duarte (2004, p. 57) o sentido do trabalho no capitalismo está relacionado ao que o homem recebe e não ao que produz, ou seja, pelo valor de troca da força de trabalho. Neste caso, o trabalho voluntário não estaria isento destas influências, visto que não buscaria remuneração para tal, mas satisfaria outras necessidades, a serem investigadas nesta pesquisa.

Assim, percebi, no cotidiano, que o trabalho voluntário era incentivado pela mídia e pelo próprio Estado. Fagundes (2006, p. 98) destaca que a ação voluntária é utilizada como ferramenta de marketing e publicidade. Na ausência do poder público, a sociedade civil se mobiliza para tentar cobrir o que o Estado deveria garantir.

Observa-se na rede solidária a expansão de serviços a partir do dever moral, da benemerência e da filantropia, que como afirmamos, não realiza direitos. A atividade exercida passa a ter um caráter filantrópico e voluntário passando para solidariedade social, alterando a orientação das políticas sociais como um direito a e condição para o exercício da cidadania (Fagundes, 2006, p. 99).

Esta mobilização social, por sua vez, não estava vinculada a um tipo de militância ou mobilização de luta relacionada às desigualdades intrínsecas à sociedade do capital, mas se caracterizava como um tipo de participação da sociedade civil que Montañó (2014) define como uma:

[...] ação social desenvolvida apenas no âmbito da sociedade civil isolada da esfera econômica, da macropolítica e dos fundamentos sistêmicos da “questão social”, desarticulada da contradição capital-trabalho e dos antagonismos de classes, e que se desenvolve em torno de “microespaços” (isolados) e de “problemas singulares” (isolados), [...], no “empoderamento”, na solidariedade do “terceiro setor” (Montaño, 2014, p. 100).

O voluntário teria conhecimento da responsabilidade do Estado, e de que sua ação é apenas pontual? Talvez os sentimentos positivos apresentados como o sentimento de gratificação mascaravam esta realidade, fazendo-o acreditar que sua ação foi transformadora.

Os diversos questionamentos surgidos acerca do voluntariado justificavam a pesquisa no campo da psicologia, no que tange a compreensão do sentido pessoal do voluntariado. Para tanto, traçei um breve histórico da sociedade de classes, e como a exploração do homem pelo homem acentuou as desigualdades, impondo a necessidade das políticas de assistência social. Na sequência, apresento a história do voluntariado no Brasil, e sua ação vinculada à assistência social e ao terceiro setor, trazendo em seguida as instituições de longa permanência para idosos. Também apresento uma explanação sobre o sentido e significado para melhor explicitar sobre as motivações desta ação voluntária. Ainda, explico sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos, como o método de análise baseado no materialismo histórico dialético; e por fim, exponho os dados obtidos, por meio de pesquisa de campo, realizada na entidade de acolhimento de longa permanência ‘Lar dos Velinhos’, na qual utilizo de entrevistas com seis voluntários, seguida da transcrição e análise dos discursos colhidos para compreender o sentido pessoal do voluntariado.

Dessa forma, mediante essa pesquisa de campo, e analisando o trabalho do voluntário a partir do discurso sobre esta atividade, buscava compreender o impacto desta ação na vida do voluntário, ou seja, qual o sentido pessoal dessa atividade, segundo a Psicologia Histórico-cultural.

Assim, inicio a primeira seção explanando sobre a sociedade de classes, visto que a análise de meu objeto de estudo está ligada a uma história que não é linear, mas é permeada por suas contradições e múltiplas determinações que culminaram naquilo que socialmente se estabelece hoje como voluntariado.

1. A SOCIEDADE DE CLASSES E A ORGANIZAÇÃO DOS HOMENS

Para explicar o fenômeno do voluntariado é necessário compreender sua origem, sua função social, suas contradições, como se apresenta na realidade concreta e o movimento histórico que o constitui (continuidades e discontinuidades). Ao falarmos de história, devemos percebê-la enquanto algo não linear, mas que se desenvolve no movimento dialético, em que a teoria se faz com a prática e a prática se faz com a teoria, não existindo o novo em absoluto. História que deve ser compreendida pela forma como os homens se organizam ao longo do tempo, apropriando-se do que já está posto. Falar da sociedade de classes, que culmina nas desigualdades sociais está intrinsecamente ligado as ações voluntárias, em que um sujeito pertencente à classe dominante dá ou pratica uma ação (por exemplo: doações materiais) para um outro sujeito pertencente a classe dominada numa relação hierárquica, de cima para baixo.

Segundo Netto (2006), a sociedade se desenvolve na medida em que o ser social em seu processo de humanização e por meio do trabalho passa a intervir na natureza, modificando-a e se modificando, em um processo de incorporação e substituição. Ele incorpora as objetivações já realizadas ao longo dos tempos, passando por um processo de renovação, aproveitando os meios de produção existentes, ou seja, incorporando-os e “renovando” o ser social. Por ex.: do Feudalismo para o Capitalismo a transição foi gradativa, permeada por avanços e retrocessos, embates e rupturas, pois, como dito anteriormente, a história não é linear. Engendrada neste processo histórico a luta de classes se faz presente desde o surgimento da propriedade privada.

Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado (Lessa & Tonet, 2008, p. 53).

Lessa e Tonet (2008) afirmam que nas sociedades escravistas, por exemplo, as classes sociais antagônicas eram os senhores e os escravos e, neste momento histórico, não havia interesse em aperfeiçoar os meios de se produzir, visto que a preocupação dos senhores era com a quantidade de escravos para poder aumentar sua riqueza, pois a única forma de aumentar a riqueza era aumentando a quantidade de escravos que possuíam. Porém, a

quantidade de escravos, tornando-se muito grande, aumentava proporcionalmente o risco de uma rebelião contra o senhor. Desta forma, surge o Estado para regular as relações e manter a ordem social.

E, para regular as relações entre os senhores e ordenar a sociedade permeada pela contradição antagônica entre os senhores e os escravos, surgiu o Direito. O conjunto dos funcionários públicos, somado aos instrumentos de repressão dos escravos (exército, polícia, prisões etc.) e ao Direito, é o Estado. Foi assim que, tal como no modo de produção asiático, as sociedades escravistas também desenvolveram o Estado e o Direito. E exatamente com a mesma função social das sociedades asiáticas: manter os trabalhadores em submissão, reprimir suas revoltas. Propriedade privada, Estado e Direito são, portanto, relações sociais que surgiram e, veremos, se desenvolveram conjuntamente. Nenhum deles existe sem os outros dois, por mais que sejam diferentes as inter-relações que estabeleçam entre si em cada modo de produção (Tonet & Lessa, 2008, p. 58).

Chegou um momento em que os custos eram tão exorbitantes que os senhores não conseguiam mais bancar tal assistência do Estado. Com tantas transformações, manter os escravos passou a ficar muito difícil economicamente, a crise do sistema escravista surgiu, porém, não havia ainda nenhum outro modelo de sociedade a ser instaurado. “Sem a presença de uma classe revolucionária, a transição do escravismo ao feudalismo ocorreu de forma lenta e caótica, demorando mais de três séculos para se completar” (Tonet & Lessa, 2008, p. 59).

Conforme destacam Tonet e Lessa (2008), com o fim do Império Romano era preciso que houvesse uma produção autossuficiente, pois o dinheiro e o comércio da época romana foram extintos. Os feudos surgiram partindo desta premissa de autossuficiência e autodefesa, sendo o trabalho realizado por servos que, diferente dos escravos, eram donos de suas ferramentas e de parte da produção, sendo a maior parte dela do senhor feudal, que além de dono da terra também garantia a defesa de seu feudo.

A queda do Império Romano provocou, portanto, uma regressão das forças produtivas, no sentido mais amplo do termo. Contudo, essa regressão foi, ao mesmo tempo, um avanço. Pois, ao destruir o escravismo, aboliu simultaneamente todos os entraves ao desenvolvimento histórico típicos daquele modo de produção. Acima de tudo, aboliu a incapacidade de elevação da produtividade de trabalho que é inerente à condição do escravo. Essa regressão imediata tornou possível o surgimento de uma

nova forma de organização social na qual o desenvolvimento das forças produtivas poderia ocorrer livre dos velhos entraves. De imediato, foi sem dúvida alguma uma regressão; mas em médio e longo prazos foi a condição indispensável para que a humanidade continuasse a desenvolver as forças produtivas, isto é, as capacidades humanas para transformar a natureza (Tonet & Lessa, 2008, p. 62).

Ainda segundo os autores, como os servos ficavam com parte da produção, passou a ser de seu interesse aumentá-la desenvolvendo técnicas e ferramentas novas. Conseqüentemente, avançando a produção, houve uma melhora na alimentação ocasionando um crescimento populacional. Havia uma superprodução nos feudos e mais servos do que o necessário. Diante deste novo cenário, Tonet & Lessa (2008) destacam que se estabeleceu uma crise em que os senhores feudais passaram a romper o acordo com os servos, expulsando os excedentes dos feudos.

Estes, sem terem do que viver, começaram a roubar e a trocar o produto do roubo com outros servos. Como todo mundo estava produzindo mais do que necessitava, todos tinham o que trocar e voltou a florescer o comércio. Em pouco mais de dois séculos, as rotas comerciais e as cidades renasceram e se desenvolveram em quase toda a Europa. Com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses (Tonet & Lessa, 2008, pp. 62-63).

Conforme apontam Tonet e Lessa (2008), entre os séculos XI e XVIII houve uma expansão significativa da classe burguesa e, com o desenvolvimento das forças produtivas, culminou na Revolução Industrial (1776-1830), demarcando a existência das classes antagônicas: burguesia e proletariado. Surge então um novo sistema, o denominado modo de produção capitalista, que por sua vez também se estabelece com desigualdades de classes, sendo a burguesia detentora do poder, ou seja, do capital e o proletariado da mão de obra explorada.

Explicar sobre este marco histórico nos dá a dimensão de como este modo de produção acentuou estas desigualdades, que foram naturalizadas, como se fossem decorrentes da incapacidade de alguns indivíduos, adequando-se perfeitamente ao discurso acerca da necessidade da solidariedade daqueles possuidores de mais riquezas na ajuda ao próximo. Afinal, responsabiliza-se a própria sociedade pelas mazelas sociais, livrando o Estado de seus encargos para que este possa investir na economia e não em políticas sociais.

1.1 O Capitalismo e as desigualdades

Para melhor compreensão de nosso objeto de estudo, torna-se necessário explicar sobre a forma de produção capitalista e as desigualdades por ela constituídas, o que norteará a reflexão acerca do voluntariado e seu papel nesta sociedade. Buscar-se-á refletir sobre a atuação da sociedade civil em relação às questões sociais e como estas são necessárias para a própria manutenção do sistema, uma vez que o Estado se exime de sua função para auxiliar o mercado em seu papel e, conseqüentemente, manter as desigualdades enriquecendo ainda mais os detentores do capital.

Conforme apontamos no final do item anterior, historicamente observamos que o capitalismo se origina no início do século XVIII com a ascensão da burguesia, baseado na propriedade privada dos meios de produção, em que a acumulação de capital se concentra nas mãos de poucos, sendo a grande maioria explorada por meio da mão de obra assalariada. A burguesia além de ocupar o posto de classe social dominante, também passou a dominar politicamente o Estado.

O desenvolvimento da economia capitalista – fundada no ideal de acumulação ilimitada de capital – foi acompanhado de constantes progressos políticos da classe burguesa. Inicialmente a burguesia livrou-se do jugo dos senhores feudais. Em seguida, à época da manufatura, contrapôs-se à nobreza nas grandes monarquias. Com o desenvolvimento da grande indústria e a criação do mercado mundial, a burguesia conquistou, enfim, “a dominação política exclusiva no moderno Estado parlamentar” (Martinelli, 2009, p. 75 – grifos do autor).

Na transição do feudalismo para o capitalismo houve a ruptura do antigo regime feudal como sistema político dominante, destruindo o clero e a nobreza e não havendo mais a relação servo-senhor. O homem estava livre, mas livre para vender a sua força de trabalho. Estas mudanças levaram os homens da área rural para os centros industriais, criando novos contrastes, ou seja, novas classes antagônicas. Conforme aponta Martinelli (2009, p. 76), apesar de várias classes medievais saírem de cena (nobreza, senhores, servos), manteve-se o “*antagonismo de classes*”, em que burguesia e proletariado passam a serem as classes divergentes, havendo exploração da força de trabalho do proletário.

Mas não era fácil ver que na sociedade capitalista o trabalhador continuava a fazer um mau negócio. Presumidamente, o operário é um agente livre. Ao contrário do escravo ou do servo, ele não tem de trabalhar para seu dono ou senhor. Presumidamente ele pode trabalhar ou não, como queira. E tendo escolhido o patrão para o qual deseja trabalhar, o operário recebe pagamento pelo seu trabalho, no fim de semana. Sem dúvida, isso era diferente – isso não era exploração do trabalho (Huberman, 1986, p. 214).

Ou seja, na aparência, trata-se de uma mudança positiva, que garantia a ‘liberdade’ do trabalhador, pois rompia com os laços de servidão. Na essência, entretanto, a situação é outra, mantendo-se a exploração e acirrando-a, destituindo cada vez mais o trabalhador. Sobre o modo de produção capitalista, Tonet e Lessa (2008) destacam que há uma nova forma de exploração, em que a burguesia apenas compra a força de trabalho e a utilidade do trabalhador é apenas de produzir. Nesta produção é gerado um valor maior do que aquele pago ao trabalhador, a chamada mais-valia. Para que a mercadoria produzida seja comercializada, também ocorre um longo processo histórico entre os séculos XV e XVIII de separação do trabalhador dos meios de produção e do produto produzido.

Com as grandes navegações (séculos 15 e 16), surgiu um mercado mundial que possibilitou à burguesia europeia acumular capital na escala necessária para transformar progressivamente o artesão medieval, que trabalhava em sua oficina, com suas ferramentas, sua matéria-prima e com a posse do produto final, em um trabalhador assalariado justamente porque perdeu a posse de todo o resto, menos de sua força de trabalho. A Revolução Industrial transforma, finalmente, esse trabalhador em operário. Essa separação do trabalhador dos meios de produção é o fundamental do que Marx e Engels chamaram “período de acumulação primitiva do capital” (Tonet & Lessa, 2008, p. 64).

Os autores ainda destacam que com a origem do mercado mundial, houve um aumento significativo de produção intensificando a divisão social do trabalho. Aquilo que é produzido se destina a comercialização no mercado e não mais ao consumo próprio, e conseqüentemente, para adquirir estas mercadorias é necessário o dinheiro. Gradativamente, esta nova organização social passa a dominar todo mercado mundial, e destruindo as demais sociedades que não integram o capitalismo.

Cabe ressaltar que as concepções atuais são influenciadas historicamente e tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Inglesa foram acontecimentos marcantes para esta compreensão. Conforme afirma Hobsbawn (2002, p. 18), “A revolução industrial (inglesa) havia engolido a revolução política (francesa)”.

Para Hobsbawn (2012) a Revolução Francesa foi um marco na ascensão de uma nova classe social denominada burguesia, que se aliou a outras classes populares que também se viam cerceadas pelas monarquias e pelos princípios metafísicos e religiosos. Estes suplicavam por uma moral laica e racional, em que este novo conhecimento implorado traria a felicidade humana, libertando os homens da irracionalidade, para dominar a natureza na busca da técnica e da reflexão crítica das práticas. Havia uma característica revolucionária muito forte que poderia tomar um rumo diferente na forma de organização da sociedade.

Hobsbawn (2012) também destaca que com a ascensão de Bonaparte, o discurso revolucionário se modifica, passando apenas a defender o projeto burguês de uma sociedade. Era preciso manter a ordem, evitar novas revoluções para que se sustentasse esta nova organização de sociedade. Defender o projeto burguês significaria propagar uma ideia de que os homens são iguais na oportunidade de crescer, na igualdade de oportunidades, porém, na prática, a desigualdade ainda existiria, de maneira mais incontestável.

Para a ordem política burguesa, o capitalista e o operário são absolutamente iguais. Mas como, na realidade, o burguês é muito mais poderoso do que o operário, a igualdade política afirmada pela democracia significa, de fato, a máxima liberdade para o capital explorar a força de trabalho (Lessa e Tonet, 2008, p. 84).

A sociedade é implantada pelo progresso do conhecimento e do homem liberto de sua servidão. Tonet (2013) aponta que o objeto das ciências humanas, o homem, passa para segundo plano, sendo que a preocupação inicial é dada para as coisas observáveis, o empiricamente comprovável, logo, incontestável.

Experimentação e verificação empírica são duas características essenciais desta nova forma de cientificidade. Qualquer conhecimento que se pretenda verdadeiro tem que passar pelo crivo da experimentação e da verificação empírica, do contrário não passará de uma opinião (Tonet, 2013, p. 36).

No século XIX, a história é posta em uma perspectiva evolucionista e não mais criacionista. É preciso comprovar a teoria com experimentação não bastando explicações

transcendentes e não visíveis. Desta forma, começa-se a falar também em diferenças entre os homens e diferenças de aptidões naturais. A grande conquista da seleção natural para explicar a variedade das espécies entra em cena, inclusive para explicar a diferença entre os próprios seres humanos, distinções estas que caracterizam a classe dominante como superior a classe dominada.

Darwinismo, social ou de outra forma, não era apenas uma ciência, mas também uma ideologia, mesmo antes de ser formulada. Ser burguês não era apenas ser superior, mas implicava também ter demonstrado as qualidades morais equivalentes às antigas qualidades puritanas. Mas, antes de qualquer outra coisa, significava superioridade (Hobsbawn, 2002, p. 251).

Hobsbawn (2002) destaca que a classe burguesa era posta enquanto uma espécie diferenciada, uma raça elevada na evolução humana, de tal modo que sua dominação era inquestionável e incontestável, implicando numa inferioridade aceita nas relações entre homens e mulheres. Era preciso explicar estas desigualdades sem causar o caos, sem provocar uma desordem social com revoltas ou mobilizações de insatisfação. Desse modo, justificar a desigualdade pautada por este viés mantinha a ordem e conseqüentemente o modo de organização social.

Além dos conceitos evolucionistas utilizados para explicar as desigualdades, a própria alienação também foi necessária para manter o capitalismo em alta. Esta mantinha o proletariado deteriorado, destituído dos meios de produção e alheio ao objeto trabalho.

A fim de explorar ao máximo a atividade proletária no processo industrial, a burguesia empenha-se em eliminar todos os hábitos irregulares de trabalho, toda a espontaneidade humana contrária ao interesse capitalista pela maior produtividade possível (Martinelli, 2009, p. 79).

Com a ciência e toda forma de organização social “empenhada” na manutenção desse novo sistema, o capitalismo passa a sobreviver marcado pela existência das classes antagônicas, de desigualdades e contradições. Nesse cenário surgem diversos problemas emergentes da classe operária que demandam atenção. É o que Yamamoto (2007) denomina como questão social:

De uma maneira muito ampla, questão social significaria o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista. Questão social pode, pois, ser traduzida como a manifestação no cotidiano da vida social da contradição capital-trabalho (Yamamoto, 2007, p. 31).

Para tal, demanda o Estado entra em cena com as políticas sociais, porém a chamada questão social é tratada de forma parcial e fragmentada. De um lado o interesse dos capitalistas, e de outro as demandas da classe operária e a necessidade desta se manter conformada. O Estado contribui positivamente para o sistema funcionar, nutrindo a economia e buscando manter a ordem social por meio destas políticas. Porém, neste modo de organização da sociedade regida pelo capital, as desigualdades são intensificadas em larga escala e naturalizadas. A classe burguesa tem a sua ascensão em detrimento de uma outra classe que em maior número passa a ser dominada e marginalizada. O que Tonet e Lessa (2008) denominam de “desumanidades em escala ampliada” (p. 65), em que burguesia e proletariado são classes antagônicas indissociáveis na sociedade capitalista.

No capitalismo, as relações sociais são, antes de mais nada, instrumentos para o enriquecimento pessoal. Se para um burguês enriquecer, ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele assim o fará, e a sociedade burguesa aceitará esse fato como “natural” (Tonet & Lessa, 2008, p. 66 – grifo do autor).

Tais características podem ser observadas conforme dados sobre a desigualdade social no mundo, divulgados pela ONG britânica Oxfam, que afirma que em 2016 as 37 milhões de pessoas que compõem o 1% mais rico da população mundial tem mais dinheiro que os outros 99% juntos. Ou seja, apenas este 1% terá mais de 50% da riqueza acumulada em suas mãos.

A crise da desigualdade global está chegando a novos extremos. O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto. Poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o resto da população. Uma rede global de paraísos fiscais permite que os indivíduos mais ricos do mundo escondam 7,6

trilhões de dólares das autoridades fiscais. A luta contra a pobreza não será vencida enquanto a crise da desigualdade não for superada (Oxfam, 2016, p. 1).

Neste novo cenário do capital, é pregada uma possibilidade de ascensão social pelo esforço pessoal. O interesse do Estado é de apenas manter a sustentação deste sistema e não atender as demandas da sociedade.

A preservação da riqueza nacional e o estímulo ao seu crescimento exigem, portanto, um Estado pequeno, para cuja sustentação seja suficiente a transferência de pouca riqueza dos proprietários de capital. Sendo consumida uma pequena parcela de riqueza nacional com a manutenção dos trabalhadores públicos improdutivos, não se compromete a capacidade de poupança privada, indispensável à ampliação dos investimentos na produção. Ou seja, o Estado pequeno estimula a poupança privada, a qual, por sua vez, propiciando maiores investimentos em produtividade conduz ao aumento da riqueza nacional e da própria poupança privada. Assim, o Estado pequeno favorece a acumulação ilimitada de capital pelos proprietários capitalistas (Martinelli, 2009, p. 52).

Percebe-se o Estado enquanto estimulador da poupança privada, mantenedor da riqueza nacional, logo, investidor da produção capitalista. Com interesses voltados à classe dominante (proprietários capitalistas), e não à classe dominada, Tonet e Lessa (2008) descreveram o Estado enquanto “organização da classe dominante em poder político”, e complementam alegando que “Independentemente da forma que ele assuma e das formas de exercer o poder, segundo Marx, o Estado é, essencialmente, um instrumento de dominação de classe” (Tonet & Lessa, 2008, p. 54).

O que torna o Estado burguês diferente do Estado escravista, ou mesmo do feudal, é que ele mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos. Ele reproduz a desigualdade entre o burguês e o operário também pela ilusão de que, ao votar e eleger os políticos, a maioria da população estaria dirigindo o país (Tonet & Lessa, 2008, p. 85).

A ideologia de uma igualdade jurídica e política dos indivíduos é reforçada pelo Estado, pois este reproduz a desigualdade, mas precisa se manter no poder enquanto representante da população. Esta é uma contradição necessária, pois na medida em que está a serviço da sociedade como um todo, “A atual estrutura política e o perfil neoliberal do Estado

periférico emperram o processo de expansão da efetividade dos direitos de igualdade material e a diminuição da desigualdade social” (Martinelli, 2009, p. 124).

Traçar a história da luta de classes culminando na sociedade capitalista permite um olhar histórico e crítico frente às desigualdades na atualidade. Além disso, demonstra o desinteresse do Estado frente às mazelas da sociedade diante dos interesses do capital. Desta forma, a própria sociedade se organiza reproduzindo as características historicamente determinadas e é a partir destas contradições e deste movimento que se busca alcançar o objetivo desta pesquisa. Cabe ressaltar que apesar de relatados em sua ordem cronológica os fatos não se dão de maneira linear.

Aliado a esta lógica capitalista o discurso religioso vêm reforçar ainda mais este modo de produção. Podemos observar estas características na naturalização das desigualdades sociais, em que o reino dos céus estaria reservado apenas aos pobres e humildes, dando a esperança de uma eternidade melhor. Outra característica seria na busca individual pela salvação da alma, e esta preocupação individual se atrela perfeitamente a lógica capitalista.

Observamos também na seguinte pesquisa o forte caráter religioso como pano de fundo na origem das ONGs em geral e o quanto o discurso também está atrelado à prática do voluntariado.

1.2 A Religiosidade na Ordem Capitalista

Conforme explicitamos anteriormente, diversas instituições de terceiro setor são originadas partindo de uma ideologia religiosa no combate a questão social. Como esta forma de organização social é marcada por suas contradições, também observamos que a religiosidade¹ possui um importante papel influenciando positivamente no desenvolvimento e na manutenção da ordem capitalista. Tonet (2016) resalta que a ideologia da religiosidade se atrela ao sistema vigente, bem como sobrevive por ele.

¹ Tonet (2016, p. 56) utiliza o termo religiosidade “para abranger todo tipo de crença fundada, em última análise, na fé e não na razão e/ou na verificação empírica”.

[...] todas as formas da religiosidade, além de conviverem muito bem com a propriedade privada, ou seja, com a exploração do homem pelo homem, também vivem às custas da propriedade privada. Não obstante façam críticas, que podem ser mais ou menos intensas, à propriedade privada, esta nunca é atacada em seus fundamentos e também nunca é defendida a sua extinção. Ela é, simplesmente, naturalizada (p. 80).

Apesar de fazer apontamentos críticos a esta ordem social, as atuais formas da religiosidade nunca partem para um embate concreto para transformação social de fato. Antes de adentrarmos nesta vinculação com a propriedade privada, é importante destacarmos a origem da religiosidade e a sua vinculação com o ser social. Tonet (2016) frisa que não há uma data específica da origem da religiosidade, mas que essa está presente em todos os povos e culturas e são manifestações recentes se comparadas a origem da humanidade. “Essas primeiras manifestações, das quais existe algum tipo de documentação, ainda que precária, datam, segundo inúmeros pesquisadores, de mais ou menos trinta a cinquenta mil anos” (Tonet, 2016, p. 61). O autor ainda destaca que não se pode afirmar que esta sempre existiu, pois se acredita que foi a partir das dificuldades e perigos enfrentados pelos povos primitivos, como os fenômenos naturais, que a religiosidade passou a ocupar o lugar do inexplicável.

Frente a um mundo – natural e social – cheio de fenômenos estranhos, misteriosos, desconhecidos e muitas vezes adversos e poderosos, o ser humano sente a necessidade de buscar um sentido. Na medida em que, por razões várias, não consegue encontrar esse sentido no interior do próprio mundo, recorre a um universo transcendente que, de algum modo, confere sentido tanto ao universo em geral quanto ao mundo humano (Tonet, 2016, p. 66).

Esta religiosidade surge como resposta às necessidades humanas, dando sentido ao ser humano, recorrendo a um universo transcendente. Aponta Tonet (2016) que existem dois períodos que marcam a chamada problemática da religiosidade. O primeiro seria marcado pela imaturidade do ser social e o segundo pela maturidade.

O primeiro seria o período que vai desde os primórdios da humanidade até o século XIX, onde realidade social e natural são completamente dependentes. A realidade social não era compreendida enquanto resultado da atividade humana. Ainda que existissem grandes pensadores nestes períodos, a realidade não conseguia ser plenamente compreendida apenas

como resultado da atividade humana construindo um mundo transcendente para explicar os fenômenos antes não compreendidos (Tonet, 2016).

No final do século XVIII e início do século XIX, com a Revolução Industrial e ascensão da burguesia houve uma grande mudança na realidade social que conseqüentemente “elevaram o ser social à sua plena maturidade” (Tonet, 2016, p. 67). Com as mudanças sociais ocasionadas pelo advento do capitalismo como o trabalho assalariado, a propriedade privada, entre outros, houve distinção entre o ser natural e o ser social, passando a realidade a ser compreendida como algo resultante da atividade humana. Porém, as características desse modo de produção como a alienação, oculta a real compreensão dessa realidade social dando a ela um caráter de naturalidade.

Deste modo, a compreensão da realidade social como resultado exclusivo e único da atividade humana – intramundana – ficava bloqueada uma vez que ela continuava submetida a forças misteriosas e poderosas (a lógica da produção e reprodução do capital) que dominavam a vida humana. É este caráter misterioso, mistificador e extremamente poderoso o responsável fundamental, a nosso ver, pela continuidade da existência da religiosidade e pela sua forma atual (Tonet, 2016, p. 67).

Sendo assim, conforme aponta o autor, com as lacunas ocasionadas por este modo de produção e para manutenção do próprio capital, a religiosidade ainda se faz presente. A diferença entre o ser social e natural fica mais clara nesse momento, de modo que o ser humano só poderia ser originado de uma esfera não material, considerado um ser especial, dotado de consciência e atuante na realidade material. As tragédias naturais, mortes, entre outros acontecimentos que afetariam negativamente o ser humano, só poderiam ser explicadas com maior conforto desde que partissem de um fundamento religioso. A desigualdade social também se encobriu desse discurso, onde haveria conformismo das classes subalternas de que após a morte haveria superação da situação antes sofrida, em um mundo isento da materialidade. Outra característica importante da religiosidade atrelada ao modo de produção capitalista seria o controle social principalmente voltado às classes dominadas, que não enxergam os prejuízos que esta ordem social causa a elas mesmas.

Tonet (2016) também ressalta que existem vários elementos impostos pela religiosidade que conflitam com o atual modo de produção. Pregar sobre a mudança subjetiva das pessoas retira de cena a necessidade de uma mudança objetiva e concreta da realidade, como se bastasse a mudança interior das pessoas, ignorando os efeitos que toda ordem social

causa nos indivíduos. Incentiva-se a distribuição dos bens para diminuir as desigualdades, mas não se questiona os meios de produção, a forma de organização social, o atual sistema. O problema está centrado na distribuição e não no modo de produção.

Não haverá uma transformação efetiva da subjetividade se não houver, como seu fundamento, uma mudança na realidade objetiva. Como exemplo, pode-se afirmar que de nada adianta pedir ao capitalista e/ou ao operário que tenham ideias e sentimentos bons, solidários, altruístas. A “maldade” deles não reside no seu interior, na sua “alma”, mas numa relação social objetiva. O capitalista pode ser uma pessoa muito bondosa, amigável, atenciosa, caritativa, até preocupado com o bem-estar dos trabalhadores. Todavia, sua situação social como capitalista, isto é, sua relação com os trabalhadores lhe impõe o frio egoísmo de pensar, antes de tudo, no seu lucro. Não por maldade da sua “alma”, mas como resultado desta sua relação (Tonet, 2016, p. 78, grifos do autor).

Da mesma maneira que a religiosidade submete as classes subalternas a alienação ela também age sobre as classes dominantes. “Elas também vivem em um mundo alienado e alienante e precisam encontrar um sentido para a sua vida, sentido esse que não é preenchido apenas pelas satisfações tipicamente proporcionadas pela riqueza material” (Tonet, 2016, p. 81). Buscar um sentido para vida terrena para além da materialidade faz-se necessário para este sujeito que não encontra a plenitude da vida, dadas as condições concretas do sistema.

Assim como os indivíduos buscam sentido para suas vidas por meio da religiosidade, eles também o fazem realizando outras atividades, incluindo o voluntariado, objeto central dessa pesquisa. Considerando que o presente estudo objetiva investigar o sentido do trabalho voluntário nas instituições de terceiro setor, discorreremos no próximo item sobre os conceitos de sentido e significado, a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

1.3 A formação do significado social e do sentido pessoal na sociedade capitalista

Ao visarmos compreender o sentido da realização do trabalho voluntário para o sujeito, buscaremos abordar brevemente os conceitos de sentido e significado a partir da Psicologia Histórico-Cultural, a base teórica de fundamentação desta pesquisa. Conforme aponta Oliveira (2012) diversas pesquisas atuais buscam abarcar tais conceitos,

principalmente na área da educação, no intuito de compreender como o sujeito atribui sentido a prática de determinada atividade, ou seja, como ele a representa interiormente.

Diante disso, discorrer sobre o sentido pessoal e o significado torna-se uma árdua tarefa diante da complexidade do tema e das diferentes teorias que por sua vez revelam diferentes conceitos. Porém, compreendê-los é essencial para “[...] a compreensão da formação e do desenvolvimento da consciência humana, o que o torna indispensável no bojo da Psicologia Histórico-Cultural [...]” (Oliveira, 2012, pp. 13-14).

Vigotsky (2001) inicia a explanação sobre os conceitos de sentido e significado na obra *A construção do pensamento e da linguagem*, ao qual Leontiev (1978) dá continuidade em seus estudos de modo mais aprofundado no livro *Actividad, Consciencia y Personalidad*², diferenciando *sentido pessoal e significado social*.

Para Vigotsky (2001), o significado da palavra está atrelado tanto ao pensamento quanto a linguagem. “Não podemos falar de significado da palavra tomado separadamente. O que ele significa? Linguagem ou pensamento? Ele é ao mesmo tempo linguagem e pensamento porque é uma unidade do pensamento verbalizado” (Vigotsky, 2001, p. 10). Ou seja, o significado da palavra do ponto de vista psicológico é um fenômeno do pensamento e também é associada a um fenômeno de discurso.

A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista no seu aspecto interior. Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno de discurso. Mas, como nos convencemos reiteradas vezes, ao longo de toda nossa investigação, do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos. Toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Conseqüentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento (Vigotsky, 2001, p. 398).

Leontiev (2004), por sua vez, desenvolve seus estudos acerca da significação relacionando-a a algo historicamente construído nas relações entre os homens. “A

² Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, consciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ed. Ciências del Hombre.

significação pertence, portanto, antes de mais ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos” (Leontiev, 2004, p. 100). Porém, também relaciona o conceito de significação a consciência individual do sujeito, ligado à sua época, e que no presente assimila as significações anteriormente construídas de forma generalizada e refletida. O autor define que:

A significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem a esta. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação (Leontiev, 2004, p. 102).

Para Leontiev (2004) a significação social ou significado “é aquilo que num objeto ou fenômeno se descobre objetivamente num sistema de ligações, de interações e de relações objetivas. A significação é refletida e fixada na linguagem, o que lhe confere a sua estabilidade” (Leontiev, 2004, p. 100). Seria a substância contida na consciência social, ou seja:

[...] entrando no conteúdo da consciência social, torna-se assim a “consciência real” dos indivíduos, objetivando em si o sentido subjetivo que o refletido tem para eles. Assim, o reflexo consciente é psicologicamente caracterizado pela presença de uma relação interna específica, a relação entre sentido subjetivo e significação. A significação é a generalização da realidade que é cristalizada e fixada num vetor sensível, ordinariamente a palavra ou a locução. E a forma ideal, espiritual da cristalização da experiência e da prática sociais da humanidade (Leontiev, 2004, p. 100).

Dessa forma, podemos concluir que para Leontiev (2004) o *significado social* está ligado diretamente a construção histórica da humanidade, aquilo que foi acumulado e construído por meio das relações entre os homens ao longo dos tempos bem como as diferentes práticas sociais desenvolvidas no decurso desse processo. Desta maneira, o indivíduo ao nascer já está imerso em um sistema de significações do qual ele se apropria ao longo de seu desenvolvimento, fazendo parte de seu processo de humanização.

Segundo Asbahr (2014, p. 266) “o momento central do significado é a generalização”. A autora ressalta que para Vigotsky palavra é generalização, ou seja, “um modo original de representar a realidade na consciência” (Asbahr, 2014, p. 266).

Melo (2017) aponta que neste processo de obtenção dos significados das palavras socialmente e historicamente construídos, ao serem internalizados, o sujeito deposita neles suas impressões pessoais, ou seja, o sentido que tem para si, aquilo que motiva a sua ação. Cabe ressaltar que toda atividade está ligada a um motivo (definição esta apresentada adiante) e este, por sua vez, é composto por ações.

Desta forma, sobre o conceito de sentido, Vigotsky (2001) elucida que a atribuição do mesmo está ligada a questão do social, em que “a ação humana não apenas influencia, mas molda os diferentes sentidos que são atribuídos às palavras, alterando, inclusive, seus significados (Oliveira, 2012, p. 95).

O sentido da palavra está ligado a tudo que ela provoca na consciência do indivíduo. Dependendo do contexto a palavra vai mudar o seu sentido. “[...] um mesmo termo pode adquirir sentidos diferentes para o sujeito, dependendo da forma, do local ou da cultura em que é empregado” (Oliveira, 2012, p. 95). Por exemplo: a frase “Você vai dançar” dependendo do contexto poderá ter dois sentidos, se estiver em uma danceteria ou se estiver em um jogo a palavra dançar pode mudar o seu sentido, podendo ser a realização de coreografias ou de perder uma disputa se estiver em um jogo. O sentido é móvel, já a palavra é imóvel.

[...] o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos. Foi essa mudança de sentido que conseguimos estabelecer como fato fundamental na análise semântica da linguagem. O sentido real de uma palavra é inconstante. Em uma operação ela aparece com um sentido, em outra, adquire outro (Vigotsky, 2001, p. 465).

Oliveira (2012) conclui que uma pequena mudança em apenas uma palavra pode mudar significativamente o sentido geral de um conto ou um determinado tema. Um exemplo desta alteração utilizado por Vigotsky (2001, p. 416) foi o conto *A Cigarra e a formiga*, em que na tradução da fábula por Krilov, houve a troca do termo cigarra por libélula. Conclui-se

que “[...] a atribuição de sentido a um determinado conceito pode mudar completamente a forma como o termo é interpretado pelo indivíduo, destoando-se substancialmente, por exemplo, da proposta original do conceito” (Oliveira, 2012, p. 94).

Asbahr (2014) destaca que Vigotsky coloca o conceito de sentido para explicar aquilo que é designadamente humano na sua capacidade de produzir e criar. Para ela, o autor progride seus estudos acerca da consciência humana a partir deste conceito estabelecendo a integração entre emoção e cognição. A autora ainda ressalta que Vigotsky diferencia os conceitos de sentido e de significado em sua obra, em que o sentido predomina sobre o significado e é mais amplo que este, se observado a partir da linguagem interior. “O sentido enriquece a palavra a partir de seu contexto e esta é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras” (Asbahr, 2014, p. 267).

Leontiev (2004) por sua vez, vai se apropriar deste mesmo conceito, e nomeá-lo como “sentido pessoal”, ligado exclusivamente a atividade e a consciência humana. Leontiev (2004, p. 104) aponta que “Todo o sentido é sentido de qualquer coisa. Não há sentidos “puros”. Razão por que, subjetivamente, o sentido faz de certa maneira parte integrante do conteúdo da consciência e parece entrar na significação objetiva.”

Leontiev (1978) em seus estudos diferencia o homem dos animais por este ter a capacidade de se relacionar com o mundo por meio da atividade, realizando ações planejadas e intencionais. Segundo o autor:

A atividade é uma unidade molecular, não uma unidade aditiva da vida do sujeito físico e material. É um sentido mais estrito; é decidir no nível psicológico, é a unidade da vida mediada pelo reflexo psicológico, cuja função real consiste em orientar o sujeito no mundo objetivo. Em outras palavras, a atividade não é uma reação ou um conjunto de reações, mas um sistema que possui estrutura, transições e transformações internas, seu desenvolvimento³ (Leontiev, 1978, pp. 66-67).

O autor destaca que é por meio da atividade que há relação entre sujeito e objeto e que ele pode se tornar subjetivo pela internalização do mesmo. Oliveira (2014) diferencia os termos ação e atividade, segundo seus estudos a partir de Leontiev (1978), onde:

³ La actividad es una unidad molecular, no una unidad aditiva de la vida del sujeto corporal, material. Es un sentido más estricto; es decidir a nivel psicológico, es la unidad de vida mediatizada por el reflejo psicológico, cuya función real consiste en que orienta al sujeto en el mundo objetivo. En otras palabras, la actividad no es una reacción ni un conjunto de reacciones, sino un sistema que tiene estructura, sus transiciones y transformaciones internas, su desarrollo (Leontiev, 1978, pp. 66-67).

[...] a *atividade humana* abarca um conjunto de *ações* voltadas para uma determinada *finalidade*. Já a *ação*, puramente, mesmo sendo impulsionada por uma *necessidade* objetiva ou por um *motivo*, não coincide com o *fim* ou com o resultado imediato de cada uma das *ações* constitutivas da *atividade*. É somente por meio das relações do indivíduo com o todo da atividade, isto é, com as demais ações que a compõem, que o resultado imediato de uma ação, ou sua finalidade, passa a coincidir com o motivo da atividade (Oliveira, 2014, p. 98).

Ou seja, o conjunto de ações precisa ter coerência com o motivo da atividade para que esta aconteça de modo favorável. É preciso relacionar a ação com o motivo da atividade, o que conseqüentemente lhe dará sentido. As atividades estão contidas nas relações sociais e elas são orientadas e reguladas pela necessidade. A necessidade, por sua vez, quando objetivada, torna-se motivo.

Em primeiro lugar, há o problema da correlação entre motivos e necessidades. Eu já expressei essa necessidade de algo, que no nível psicológico, as necessidades são mediadas pelo reflexo psíquico e, além disso, de duas maneiras. Por um lado, os objetos que respondem às necessidades do sujeito são apresentados com suas características de sinalização objetiva. Por outro lado, também os estados de necessidade são sinalizados e sensoriais refletidos, nos casos mais simples como resultado da ação dos estímulos interoceptivos. Ao mesmo tempo, a mudança mais importante que caracteriza a transição para o nível psicológico consiste no surgimento de vínculos dinâmicos entre as necessidades e os objetos que respondem a eles⁴ (Leontiev, 1978, p. 148).

Tão importante quanto compreendermos o conceito de *sentido pessoal*, também se faz relevante adentrarmos na definição do termo *motivo*, considerando que ambos estão atrelados diretamente, em que segundo Oliveira (2012, p. 97):

⁴ En primer lugar está el problema de la correlación entre los motivos y las necesidades. Ya he expresado que la necesidad de algo, que a nivel psicológico, las necesidades están mediatizadas por el reflejo psíquico y por añadidura, de dos maneras. Por una parte, los objetos que responden a las necesidades del sujeto se le presentan con sus rasgos señalizadores objetivos. Por otra parte, también los propios estados de necesidad son señalizados y reflejados sensorialmente, en los casos más simples como resultado de la acción de los estímulos interoceptivos. Al mismo tiempo, el cambio más importante que caracteriza la transición al nivel psicológico consiste en el surgimiento de vínculos dinámicos entre las necesidades y los objetos que responden a ellas (Leontiev, 1978, p. 148).

“[...] não devemos utilizar termo “motivo” para designar o sentimento de uma necessidade, tendo em vista que ele designa a ocasião em que a necessidade se concretiza de objetivo. Na realidade, o *motivo* seria aquilo que estimula a atividade, uma necessidade acompanhada de metas para se chegar a um determinado *fim*. Segundo Leontiev (1978), é justamente essa relação entre *motivo* e *fim* que cria o *sentido* da atividade para o indivíduo.

Para Asbahr (2014, p. 270), para que o indivíduo se conscientize do objeto, este deve “[...] ocupar na atividade realizada um lugar estrutural determinado e constituir-se como objeto de sua ação”. Para exemplificar, a autora destaca o papel do motivo da atividade de estudo para a criança em processo de aprendizagem. O motivo será essencial para desenvolver a sua atenção e conscientização, em que na atividade de estudo, conscientizar-se de um conteúdo dependerá do lugar estrutural que o sujeito se colocará na atividade, ou seja, “só se conscientizam os objetos das ações que fazem parte da estrutura da atividade” (Asbahr, 2014, p. 270).

Em geral a atividade é conduzida por um motivo, o qual está ligado a uma necessidade.

De acordo com a definição que adotamos, chamamos a atividade estimulada e orientada por um motivo, em que uma necessidade ou outra objetividade é objetivada. Em outras palavras: na correlação de atividades, a correlação de motivos está implícita. Desta forma, chegamos à necessidade de retomar a análise de motivos e de examinar seu desenvolvimento, suas transformações, a capacidade de desenvolver suas funções e os deslocamentos operados dentro do sistema de processos que compõem a vida do homem como personalidade⁵ (Leontiev, 1978, p. 147).

⁵ De acuerdo con la definición que hemos adoptado, denominamos actividad al proceso que es estimulado y orientado por un motivo, en el cual está objetivada una u otra necesidad. Dicho de otro modo: en la correlación de actividades, está implícita la correlación de motivos. De este modo, llegamos a la necesidad de retomar el análisis de los motivos y de examinar su desarrollo, su transformaciones, la capacidad de desdoblarse sus funciones y los desplazamientos que se operan dentro del sistema de procesos que conforman la vida del hombre como personalidad (Leontiev, 1978, p. 147).

Ao partir de um sentido materialista-histórico, o autor discorre que as necessidades humanas são produzidas. As necessidades não partem de si mesmas, mas existem a partir de seu conteúdo objetivo. Leontiev (1978) ressalta sobre a importância em aceitar a natureza sócio-histórica das necessidades humanas, pois algumas são manifestadas socialmente e outras biologicamente. As necessidades manifestadas biologicamente são aquelas comuns em animais e humanos, como por exemplo, o ato de alimentar-se. A necessidade de comer do ser humano se diferencia da do animal, pois este muitas vezes se alimenta mediante necessidades determinadas socialmente, o que para o animal apenas são determinadas biologicamente.

Asbahr (2014) pontua, nesta perspectiva, a partir dos estudos de Vigotsky acerca da aprendizagem da escrita, que muitas crianças apresentam dificuldades de aprendizagem por não compreenderem a necessidade em escrever, e que o modo de ensino é mecânico e artificial, desvinculado da função social.

A própria escolha de temas de redação pela escola é alheia à compreensão dos alunos, pouco afetando sua imaginação e seus sentimentos. Leontiev afirma que são necessários métodos de ensino que superem estas atividades artificiais, e investiga “como” a criança conscientiza os objetos de estudo. Para tal análise, o conceito de sentido pessoal é essencial e o autor retoma a relação do sentido com o motivo da atividade (Asbahr, 2014, p. 270).

Ou seja, para compreender o sentido pessoal de uma atividade é preciso analisar a priori o seu motivo. A apropriação do objeto para o sujeito dependerá do sentido da atividade para o mesmo. Para que a ação tenha o seu sentido é preciso que a sua finalidade vá ao encontro do motivo da atividade. Asbahr (2014) exemplifica que na atividade de estudo, a aprendizagem só se concretiza quando o conhecimento ocupa um lugar na vida do sujeito e não se apresenta de modo externo ou imposto. “Quando a atividade de estudo não tem um sentido real, conectado aos motivos do próprio sujeito, a atividade torna-se formal, meramente reprodutiva” (Asbahr, 2014, p. 271).

O *sentido pessoal* é o fruto da relação entre o sujeito e objeto, em que no processo de apropriação dos significados atribui o sentido que lhe é particular influenciado por sua forma de sentir, agir e pensar. A consciência necessita dos sentidos pessoais, o que nos leva a entender que durante a apropriação da linguagem, cada sujeito faz de uma forma diferente. Pois a consciência é reflexo subjetivo dos objetos e relações pessoais e se constitui a partir da atividade e da linguagem. Durante o processo de desenvolvimento da humanidade, a atividade

aplicada sobre a natureza, que conhecemos como trabalho, solidifica conhecimentos e emoções do sujeito para com a realidade, o que é na verdade a base para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores e da consciência do sujeito, sempre mediado pela linguagem.

Ou seja, retomando o enfoque da seguinte pesquisa, o trabalho voluntário para o sujeito dependerá do sentido que esta atividade tem para o mesmo e, antes disso, o que motiva a ação. Como pratica, onde, com que frequência, em quais circunstâncias, se existe um planejamento anterior, se existe uma reflexão posterior etc. Qual o lugar estrutural que esta atividade ocupa para este sujeito e o que é apreendido a partir dela?

Além disso, podemos concluir que a atividade do voluntariado terá o seu sentido se esta estiver conectada aos motivos do sujeito e não como uma obrigação imposta ou uma simples reprodução de uma prática.

Para darmos continuidade ao estudo, realizaremos um resgate histórico acerca da história do voluntariado compreendendo suas mudanças a partir da evolução histórica.

2. HISTÓRICO DO VOLUNTARIADO

Para proceder à análise do objeto, realizamos um resgate histórico do mesmo, e dos fatos ligados a esta história: a assistência social, a origem das entidades do terceiro setor (ONGs), e o trabalho voluntário que caminharam juntos. O trabalho voluntário não é considerado uma atividade recente, mas apresenta-se historicamente como uma ação antiga, porém, recentemente instituída legalmente e ligada à política de assistência social a partir das instituições de terceiro setor. Tais entidades de terceiro setor atualmente são criadas a partir de uma equipe voluntária composta por presidente, tesoureiro, secretário, dentre outros, que compõem um grupo que dirige a instituição sem remuneração para tal responsabilidade. Além dessa equipe, outras pessoas acabam se tornando voluntárias na instituição, mobilizados pela causa que esta apresenta para a sociedade civil.

Antes de tratarmos do voluntariado atual, é preciso conceituá-lo historicamente e compreender que as mudanças ocorridas nesta atividade ao longo dos tempos estão ligadas a uma discussão de luta de classes. No cenário atual, observamos que as modificações políticas estão atreladas ao modo de produção capitalista, que gera milhões de excluídos do processo produtivo e alvos da assistência social que, conforme Fagundes (2006), fazem surgir inúmeros trabalhos que procuram dar respostas às necessidades sociais.

Neste modo de produção capitalista, não há espaço no mercado formal para todos e uma grande maioria fica à margem, sem poder garantir o mínimo para sua própria sobrevivência. “Expulso do mercado formal de trabalho, a sobrevivência do homem proletário passa a depender, do mesmo modo que a do homem supérfluo⁶ em estado de pobreza, do assistencialismo público.” (Martinelli, 2009, p. 124).

Para existir esta ação voluntária é preciso que alguém detenha mais de algo para oferecer a outro, sem nada em troca. Neste caso, é preciso que haja alguma desigualdade para que exista a ação voluntária.

⁶ Do ponto de vista espacial-urbano, o homem supérfluo miserável vive nas ruas, em parques públicos, debaixo de pontes, viadutos, passarelas etc. O homem supérfluo em estado de pobreza integra as populações localizadas “na periferia ou nas áreas decadentes das grandes metrópoles, dando origem aos bairros marginais.” A precariedade da habitação do homem supérfluo em estado de pobreza – favela – realça a ausência ou inefetividade de políticas públicas habitacionais, de saneamento básico e de criação e valorização do trabalho humano. Essas concentrações humanas nas áreas decadentes das cidades, completamente desprovidas de adequadas políticas habitacionais e de saneamento básico, são o fenômeno urbano mais saliente de demonstração da falência das políticas públicas de expansão da efetividade dos direitos de igualdade material na periferia (Martinelli, 2009, p.1 27-128)

Compreender a história da luta de classes foi de fundamental importância para entender o voluntariado nas instituições do terceiro setor, para se ter a dimensão de como culminou no surgimento de uma política pública para suprir esta necessidade, ou seja, a política de assistência social e a regulamentação do chamado Terceiro Setor.

2.1 As modificações do voluntariado ao longo da história: da origem à sua vinculação à política de assistência social

Conforme dito anteriormente, a história do voluntariado não é recente. De modo geral, a ação voluntária emerge dos problemas sociais advindos de um determinado momento histórico, porém, o perfil foi se modificando ao longo dos anos. Conforme destaca Montaño (2008), localizar esta origem em seu processo histórico é de fundamental importância, visto que no Brasil o sistema capitalista foi incorporado, e não implantado mediante uma revolução burguesa como nos demais. O capitalismo originado na Europa mediante revoluções, que rompeu com o feudalismo, foi incorporado no Brasil, pois este era colônia de Portugal. As influências do sistema econômico vigente estão diretamente ligadas às características de uma sociedade e no que se quer dela. O voluntariado originado no Brasil também foi “importado” com as características portuguesas devido a colonização, com enfoque cristão e baseado na caridade.

Segundo Borba (2001), no período colonial a caridade era desempenhada no Brasil individualmente e com intuito religioso, afinal não havia culpa pelas diferenças sociais estabelecidas, pois a pobreza era nivelada como pecado. Desta forma, inicialmente o perfil do voluntário tal como é visto hoje, ligado à assistência social, não existia, mas era vinculado a influência religiosa.

As primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. Esperava-se que os fiéis levassem donativos, voluntariamente, que eram colocados na mesa do Senhor para que os necessitados pudessem recebê-lo das mãos de Deus. Os primeiros legados foram autorizados pelo imperador Constantino I, no ano 313 d. C., possibilitando a doação de recursos para caridade. No mundo islâmico, a filantropia foi usada para montar grandes hospitais. Exemplos remotos de fundos de miséria também partiram do islamismo, quando pacientes indigentes recebiam cinco peças de ouro assim que recebessem alta (Hudson, 1999, p. 02).

Faleiros (2011) destaca que em 1498 foi fundada a primeira Santa Casa de Misericórdia em Lisboa por um grupo de leigos e um frade. Tal irmandade ocupava um posto privilegiado na Igreja Católica, monopolizando a coleta de esmolas e da assistência, além de possuir estreitas relações com a realeza. Depois as “Misericórdias” (Faleiros, 2011, p. 210) multiplicaram-se nas colônias portuguesas na África, no Oriente e no Brasil. No ano de 1543, segundo Montañó (2008), podemos destacar a criação da primeira entidade do país para atender desamparados, a Irmandade da Misericórdia, instalada na capitania de São Vicente.

Cabe ressaltar que para Gastaldo e Meyer (1989), o hospital da Idade Média era caracterizado como local de exclusão, onde as pessoas que lá trabalhavam buscavam sua salvação eterna por meio da caridade. “O hospital caracterizava-se como um morredouro e o pessoal hospitalar não era destinado a realizar a cura do doente, compondo-se de pessoas religiosas ou leigas que lá estavam para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna” (Gastaldo; Meyer, 1989, p. 7). Nessa compreensão, as autoras enfatizam que a história da própria profissão da enfermagem vem carregada por um aspecto moral e de gênero muito forte e enraizado. Primeiramente a questão da predominância feminina na profissão, sendo o cuidado à saúde ligado a uma responsabilidade da mulher. Outra questão destacada foi que as mulheres que prestaram pela primeira vez os seus cuidados aos doentes enquanto trabalho remunerado foram: “bêbadas, desqualificadas e prostitutas” (Gastaldo; Meyer, 1989, p. 7). O ambiente hospitalar era composto por sua maioria de religiosos, além de muitos voluntários sem preparo que também desenvolviam tal atividade.

A partir do século XVII a medicina adentra o contexto hospitalar enquanto local de formação tornando o médico a figura superior da organização. “Na medida em que a assistência ao doente deixa de ser uma mera prática caritativa e passa a buscar a cura, deixa de ser um domínio da igreja” (Gastaldo; Meyer, 1989, p. 8).

Em 1572, conforme aponta Hudson (1999), Elizabeth I instituiu a lei que destinava o dinheiro das paróquias para as instituições de caridade, nomeada “taxa de pobreza”. Esta lei regulamentava a Igreja enquanto provedora das obras sociais.

Tempo depois há uma nova mudança na sociedade que também implica em novas formas de se colocar estas desigualdades e as suas intervenções. Conforme explica Hobsbawm (2012), a Revolução Industrial inglesa e a mudança política da França foram grandes marcos dos anos 1749 a 1848 que resultaram no “triunfo de uma nova sociedade”. Conforme aponta o autor: “Por baixo e em volta dos empresários capitalistas, os ‘pobres proletários’, descontentes e sem lugar, que agitavam e se insurgiam. Os anos de 1830 e 1840

foram uma era de crises, cuja saída apenas os otimistas ousavam predizer” (Hobsbawm, 2012, p. 18).

Percebe-se, neste contexto histórico, um momento de grandes transformações, intensificando a desigualdade social e a marginalidade. Não há mudança no sistema que não influencie a forma de organização de uma sociedade.

A classe operária, porém, muito diferente da classe média, via a insegurança como uma coisa muito mais constante e real. Ela não tinha reservas significativas. Aqueles que podiam viver de economias por algumas semanas eram considerados privilegiados (Hobsbawm, 2012, pp. 228-229).

Até meados do século XIX o Liberalismo ainda vigorava e o Estado não intervinha na economia, dando liberdade ao mercado. Conforme aponta Hobsbawm (2012), aproximadamente em 1860 o capitalismo passa a ser a nova roupagem econômica e política do mundo e as influências deste sistema passam a modificar conseqüentemente todas as esferas, culminando no aumento das desigualdades.

Após a Primeira Guerra Mundial, e na seqüência, com a crise de 1929, houve um aumento do desemprego, dentre outras dificuldades, passando o Estado a intervir na economia para superação e manutenção do capitalismo e investindo em políticas sociais. Segundo Fagundes (2006), é neste cenário que a teoria *keynesiana* ganha forma, com a política de pleno emprego, tendo como objetivo aumentar as taxas de produtividade para elevar o consumo e a redistribuição de renda: “[...] o Estado deveria intervir no mercado contrapondo-se ao desemprego e aumentando a produção, dando, dessa forma, suporte para a constituição do Estado de Bem-Estar ou *Welfare State*” (Fagundes, 2006, p. 89).

Com o desenvolvimento do capitalismo, em especial na década de 1930, houve um aumento na exploração da força de trabalho e nos níveis de desigualdades, surgindo a necessidade da criação de um sistema de proteção social para minimizar as chamadas mazelas sociais. Expande-se então o chamado Estado de Bem-Estar Social para defesa e promoção social.

Segundo Borba (2001), após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil buscou alavancar um processo de produção própria para suprir a escassez causada pela guerra, intensificando os problemas sociais, mobilizando as pessoas a agirem para o desenvolvimento da cidade e ações pontuais, ainda com caráter religioso e de caridade. Porém, somente na Era Getúlio e no Governo de Juscelino Kubitschek houve uma maior industrialização no país.

Conforme destaca Cisne (2004), a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) deu-se na presidência de Vargas, em 1942, para atender as famílias em que os seus

mantenedores (chefes da casa) estavam envolvidos com questões da Segunda Guerra Mundial. “A LBA, ao expandir-se, passou a atuar em praticamente todas as áreas da assistência social, influenciando significativamente a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social, bem como a própria dinamização da assistência social brasileira” (Cisne, 2004, pp. 42-43).

A partir deste atendimento voltado às famílias dos convocados, gradativamente, a atuação da LBA passou a se expandir para todas as áreas, em sua origem suprindo as necessidades básicas e gradativamente para uma ação mais duradoura. “Nesse sentido se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado, e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência” (Cisne, 2004, p. 43).

A primeira dama Darcy Vargas foi a primeira presidenta da LBA e, na sequência, fundamentada por meio de estatuto, sucessivamente, seria liderada pelas primeiras damas da República brasileira. O chamado primeiro-damismo demonstra a “responsabilização das mulheres à ‘questão social’ e, conseqüentemente, à assistência social, se dá uma vez que se considera e fomenta uma ideologia (principalmente via Igreja Católica)” (Cisne, 2004, p. 44).

Diante destas mudanças e demandas surge o Serviço Social, com a implementação de políticas sociais para atender as classes exploradas e manter o controle e a reprodução do capital. Neste contexto, o Serviço Social se origina atrelado à história da assistência e ligado a uma profissão feminina:

Profissão esta, diretamente vinculada à família, à mulher, à criança, ao adolescente pobre, enfim, a questões historicamente atribuídas ao gênero feminino. O Serviço Social configura-se, portanto, em um processo de “feminização”, assim como outras profissões vinculadas diretamente à reprodução social (Cisne, 2004, p. 45).

Percebe-se que a mulher assumir este papel social está vinculado ao papel doméstico e familiar estabelecido até então.

A autora ainda destaca que a profissão do Serviço Social nasce juntamente com a origem das políticas assistenciais, porém com caráter de favor e não de direito do assistido, gerando a dependência deste. Superar as desigualdades sociais não era o compromisso deste modelo de assistência, mas apenas apaziguar os ânimos evitando os conflitos sociais. As políticas sociais estavam também permeadas por suas contradições, pois:

[...] ao mesmo tempo em que garantem o atendimento de necessidades concretas da população usuária, que de outra forma lhe é negado, configuram-se como instrumento que assegura a reprodução do capital via garantia da força de trabalho e ameniza os conflitos de classe (Cisne, 2004, pp. 38-39).

De acordo com Cisne (2004), é também nesta época que iniciaram as ações na área trabalhista. Porém, estas surgiram diante do cenário de descontentamento dos trabalhadores que ameaçavam o sistema vigente, diante das consequências ocasionadas pelo próprio capital. A intenção era manter a ordem e a conciliação entre trabalhadores e empregadores, executando medidas estratégicas e paliativas para obter este controle, controlando inclusive os movimentos sindicais.

As instituições governamentais que executavam as ações ligadas à assistência social não a consideravam como um direito, reproduzindo as relações de favor que marcaram e continuam a marcar a história da assistência social no Brasil. Prevalencia no governo de Vargas o paternalismo, o populismo, o clientelismo, o mascaramento da desigualdade social e, conseqüentemente, o apadrinhamento, visando ao envolvimento ideológico da sociedade civil para a “integração” entre as classes antagônicas. Este modelo governamental não eliminava, no entanto, o uso da repressão tanto direta, quanto camuflada ideologicamente. O objetivo central de Vargas era, destarte, impedir a autonomia das organizações sindicais, da classe trabalhadora de uma forma geral, que já conquistava espaço no cenário político (Cisne, 2004, p. 37).

No final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, coincidindo com final do Governo Vargas, ocorreu o início de uma remodelação no país, o chamado período da redemocratização, caracterizado pela abertura política e organização social.

Passos (2015) destaca em sua pesquisa por meio de coleta e análise de documentos (legislação, relatórios, publicações oficiais) referentes a assistência social durante o período da ditadura militar (1964-1985), que houve uma crescente mudança da política de assistência social visando legitimar o Governo e ganhar apoio da população. “O governo militar utilizou-se de benefícios assistenciais e a implementação de programas nacionais de cunho social para aumentar a sua base de apoio” (Passos, 2015, p. 1).

A autora aponta em sua pesquisa que em 1964 foi promulgada a Lei nº 4.513, de 1º de dezembro, de criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Já em

1969 é promulgado um decreto autorizando o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e a adolescência por meio do Decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969. Na década de 70 houve a legitimação do crédito destinado à LBA pelo Decreto nº 66.257, de 24 de fevereiro de 1970. Um ano depois por meio da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971 foi instituída a assistência ao trabalhador rural (PRORURAL).

Passos (2015) ainda levantou que em 1974 houve a Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974 de criação do Ministério da Previdência e Assistência Social e o Decreto nº 74.254, de 4 de julho de 1974 que definia a estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo o “primeiro ministério a incorporar entre suas funções precípua a proteção social e a prestação de auxílios materiais e educacionais de cunho assistencial” (Passos, 2015, p. 1). Além dessas alterações foi instituída a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, de Amparo previdenciário para maiores de 70 anos de idade e para os inválidos.

Foi por meio do Decreto nº 76.719, de 3 de dezembro de 1975, que houve uma Redefinição na estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social e em 1977 institui-se o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, pela Lei nº 6.439, de 1 de setembro. A Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, foi criada para assegurar às pessoas com deficiência a melhoria de sua condição social e econômica e também foi uma considerável mudança, bem como a aprovação do estatuto da Fundação Legião Brasileira de Assistência, pelo Decreto nº 83.148, de 08 de fevereiro de 1979.

A inflexão do crescimento econômico a qualquer custo à preocupação com ‘o problema social’ se expressa na criação de benefícios para o trabalhador rural, idosos, pessoas com deficiência e ampliação da assistência a famílias pobres e a crianças e adolescentes, destituídos de apoio familiar e envolvidos em atos infracionais. Além disso, houve a expansão das bases institucionais que ofereciam suporte a oferta de bens e serviços assistenciais, mediante a criação e reorganização de órgãos públicos (Passos, 2015, p. 1).

Segundo Borba (2001), foi na década de 1970 que houve a revisão do Código de Menores, pela Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979. Percebe-se, assim, que ao longo da história, as legislações também passam a se alterar na busca da garantia destes direitos, mas por trás disso, garantir que haja manutenção deste sistema.

Passos (2015) conclui que ocorreram muitas mudanças no período ditatorial tendo como seus beneficiários o trabalhador rural, idosos, pessoas com deficiência, famílias pobres, “e, principalmente as crianças e adolescentes destituídos do amparo familiar ou envolvidos em atos infracionais. Porém, no período, havia exigência de inserção no mercado informal de trabalho para o acesso a maioria dos direitos sociais” (Passos, 2015, p. 1). Observamos dessa maneira que o grande intuito era garantir um mínimo de assistência para a população aceitar o Governo, mas não a ponto de abalar a ordem econômica e principalmente abalar o Governo Ditatorial.

No contexto mundial, nesta mesma época, ocorre a “crise fiscal do Estado” nos países desenvolvidos em que, conforme aponta Fagundes (2006):

[...] esgota-se o modelo baseado no bem-estar, que mediava a acumulação através de mecanismos estatais. O processo inflacionário, juntamente com a diminuição da capacidade de arrecadação, ocasiona a crise deste modelo. Caracterizando-se pela diminuição de recursos para custeio das políticas públicas na área social, nesse período houve o crescimento do fenômeno da financeirização, produzindo uma reestruturação do mundo da produção dando início a chamada revolução tecnológica. A reestruturação do modo de produção desse período deve ser compreendida dentro do contexto de crise de acumulação mundial, das medidas necessárias para a contenção da queda das taxas de lucro das grandes corporações transnacionais, que se agravou pela crise do petróleo e pelo crescimento dos déficits públicos e pela recessão mundial, essa crise passa a ter destaque na agenda internacional com a finalidade de se criar medidas para garantir a reprodução e a continuação do capitalismo. Estas medidas são sintetizadas no Consenso de Washington, em 1989, que propõe restrições às economias centrais, como o controle da inflação e adoção de uma política monetária para atrair os grandes investimentos internacionais este é um dos principais pressupostos da proposta neoliberal (pp. 89-90).

No Brasil, a década de 1980 foi marcada como um período de transição pós-governo ditatorial frente à democratização, com diversos obstáculos, pois havia muitas insatisfações na população, além disso, buscava-se superar a crise econômica e garantir o desenvolvimento. Segundo Fagundes (2006):

Na década de 80 no Brasil, essa crise se agudiza, expressando-se nas pequenas taxas de crescimento econômico, na inflação crescente e no aumento da pobreza, inclusive

nos países da Europa e Estados Unidos, ocasionando que retornem à cena as ideias liberais com uma nova roupagem, o neoliberalismo. Este se fundamenta numa crítica ao Estado interventor, propondo o dismantelamento do Estado de Bem Estar, com cortes dos gastos na área social, focalização das políticas e a privatização, constituindo a proposta do Estado mínimo (Fagundes, 2006, p. 90).

Dessa forma, a própria sociedade é colocada como responsável pela assistência social e não mais o Estado. Segundo Montaño (2008), com o avanço do sistema econômico capitalista, o Estado de Bem-Estar social precisou se restringir, pois com o neoliberalismo o Estado precisava retirar dos cidadãos para injetar investimentos no mercado.

A Constituição Federal de 1988 foi o impulsionador gradativo da regulamentação legal embasada na democracia e nos direitos sociais, sendo que a Assistência Social foi inscrita no campo de direitos sociais de responsabilidade do Estado. Depois deste marco, podemos destacar a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (07/12/1993); a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Resolução 145 de 15/10/2004), que organizou a proteção social por níveis de proteção; a NOB SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (de 15/07/2005), que tende a organizar e regular o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no território Nacional; a NOBRHSUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS), em 2006, que normatiza os recursos humanos do Sistema Único de Assistência Social; a TNS - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (de 12/11/2009), que padroniza os serviços socioassistenciais por níveis de complexidade.

Neste cenário, houve um aumento da população em situação de vulnerabilidade social, surgindo novas figuras preocupadas e comprometidas com a superação de toda esta situação, incluindo os movimentos sociais, associações civis, ONG's (organizações não-governamentais), entre outros, que exigiam do setor assistencial práticas inovadoras para responder a esta demanda, focada em uma política social mais ampla, que acarretou em discussões sobre possíveis caminhos para sua concretização, vinculada ao direito a seguridade social. Cabe ressaltar que tais políticas sociais mais amplas, apesar de se tratarem de conquistas, passam também a atender aos interesses do próprio capital.

É, portanto, na forma de políticas setorializadas que as prioridades no campo social são definidas. E política, é sempre conveniente lembrar, é conflito, que nas formações sociais capitalistas, traduz-se na oposição entre os interesses da acumulação e as

necessidades dos cidadãos. As políticas sociais, como parte do processo estatal da alocação e distribuição de valores, encontram-se no centro desse confronto de interesses de classes (Yamamoto, 2007, p. 32).

Além destas características das políticas sociais voltadas ao interesse de classes, cabe destacar que a ideologia neoliberal contaminada pelo sistema econômico capitalista passa a ter um novo discurso, e, segundo Fagundes, “somente as ações individuais por serem ímpares seriam edificadoras da liberdade e do direito às diferenças” (2006, p. 90). Há, assim, conformidade com a omissão do Estado e responsabilização do indivíduo na prática das ações sociais. É como se tivesse mais valor a ação executada de pessoa para pessoa do que do Estado, pois aquela seria tida como mais edificadora para o ser humano. Montaña (2014) destaca que tal mobilização social resulta em dois tipos de consequências:

- a) Criar a (falsa) sensação de que com as ações singulares estaria se resolvendo as questões pontuais, e/ou educando o povo na participação social, criando uma pedagógica e cumulativa “experiência participativa”; e, derivado disso,
- b) Deslocar as expectativas de uma ação transformadora de longo alcance (das lutas de classes) para ações imediatas, que, podendo gerar pequenas mudanças locais, confirmariam e reforçariam as estruturas e o status quo (Montaña, 2014, p. 101).

Percebemos uma preocupação da população com as questões sociais em que o Estado passa a se eximir de cuidar destas responsabilidades voltadas à assistência social e, além disso, a fomentar o trabalho das ONGs, com repasse de verbas públicas, supostamente com menor custo.

Vemos, aqui, uma inversão de valores, havendo mais preocupação com a moral pessoal em realizar este tipo de atividade como dever da sociedade, e não do Estado, no atendimento das necessidades cidadãs. Mais do que incentivar, há uma alteração nas legislações para este fim, sendo que inclusive empresas privadas passam a receber isenção de impostos quando promovem ações sociais:

Em contrapartida, apesar de a legislação beneficiar, através de isenção de impostos, as empresas e incentivar a chamada “sociedade civil” para dar respostas à “questão social”, a situação de pobreza e exclusão da grande massa dos trabalhadores brasileiros tem se agravado. Essa situação se expressa na falta de moradia, de saneamento básico e de emprego, faltando, portanto, uma política pública de

responsabilidade do Estado que dê respostas satisfatórias para estas questões. Nesse sentido, vive-se um movimento contraditório, caracterizado como uma teia de reciprocidades e antagonismos, característicos do contraditório modo de produção capitalista. Apesar de vivermos num mundo que prevalece o individualismo, o consumo, há um movimento para a ação voluntária na concretização da assistência com o sentido de que a cidadania seja efetivada (Fagundes, 2006, p. 97).

Percebe-se, além disso, que as ações voluntárias, sejam de pessoa física e/ou jurídica, sempre partem de uma relação entre um que possui mais e outro que possui menos, do mais favorecido para o menos favorecido, intensificando as desigualdades, gerando no indivíduo que pratica a ação voluntária um status de benfeitor:

Quando não se crê mais nas promessas da política, do progresso e do Estado, resta a moral. Todavia essa emergência pela ética, pela solidariedade em relação aos mais desvalidos, nesse “show business” pode propiciar é a banalização dessas ações, não raro, conceder uma “ajuda” é algo inclusive desejado transformando-se num símbolo de status, de diferenciação social (Fagundes, 2006, p. 100).

Existe uma história que não deve ser ignorada, e interesses políticos e econômicos que influenciam diretamente naquilo que está posto. Pode-se perceber que a trajetória da assistência social não está isenta dessas influências, e não surge ao acaso. Sendo assim, o voluntário é antes de tudo um ser histórico-cultural que produz comportamentos e tem sentimentos gerados propriamente deste contexto de várias determinações e contradições.

Para melhor compreender nosso objeto de estudo, também discorreremos a seguir sobre o chamado terceiro setor, suas diferentes nomenclaturas e enfoques de atuação. Como se tratam de instituições que não são públicas e que também não visam fins lucrativos, formadas a princípio por uma equipe voluntária em sua gestão, possuem suas características próprias, assim como da instituição a qual colhemos as entrevistas de nosso público-alvo.

2.2 O voluntariado e o terceiro setor

Como a seguinte pesquisa tratou de colher informações de voluntários atuantes em uma instituição de terceiro setor, acreditamos ser relevante a explanação sobre tais instituições e algumas observações acerca destas entidades.

Para discorrer sobre o chamado Terceiro Setor, devemos ir para além do conceito básico que o define, enquanto associações ou entidades sem fins lucrativos, formadas por pessoas da sociedade civil organizada. Somente esta definição tende a romantizar este tipo de ação, sem possibilitar uma reflexão acerca das próprias contradições que permeiam este tipo de organização no contexto atual. Para Montañó (2014, p. 38):

O que denominamos, então, de Ideologia do “Terceiro Setor” parte da compreensão da ação social dos indivíduos desenvolvida no âmbito de uma abstrata “sociedade civil”, não só desarticulada da base econômica da sociedade e das contraditórias relações de produção (numa clara deseconomização das relações sociais), mas também desconectada dos conflitos delas derivados (promovendo uma despolitização das mesmas), transformando a contraditória e conflitiva sociedade civil num homogêneo e dócil “terceiro setor”, onde cada indivíduo, cada ator, desenvolveria conscientemente sua ação a partir de interesses e identidades singulares.

Esta expressão “Terceiro Setor” surge segundo Torres (2013) do inglês *Third Sector* que caracteriza as instituições formadas pela sociedade civil, que não almejam lucro e visam suprir necessidades de interesse social comum.

São utilizadas diversas expressões para denominar as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que objetivam atender interesses coletivos. No Brasil, a expressão Organizações Não-Governamentais (ONG's) alcançou maior popularização. Contudo, deve-se observar que o mero aspecto de “não-governamental” é insuficiente para identificar a natureza dessas entidades, uma vez que o Mercado também não faz parte do Governo (Torres, 2013, p. 58).

É por volta de 1940 que começa a ser conhecido o termo ONG – Organização Não-Governamental, criado pela ONU “para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade no pós-guerra”, conforme destaca Machado (2012, p. 3488). Tais instituições surgiram para dar suporte à camada da população marginalizada, vítima do sistema capitalista, a qual o governo passa a subsidiar com um custo menor do que se assumisse para si toda responsabilidade.

Conforme destacado por Machado (2012), originada na América Latina, ela foi estrategicamente pensada para manutenção do sistema capitalista na busca de superar o atraso

e o subdesenvolvimento. “Trata-se do ‘Nacional Desenvolvimentismo’ (1930-1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI.” (Machado, 2012, pp. 3488-3489). Este desenvolvimento buscava modernização e progresso por meio do crescimento econômico. Além desse progresso, havia uma preocupação contra o comunismo que causava ameaça com a Guerra Fria, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial:

Em vista disso, para o sistema capitalista era imprescindível que os países mais desenvolvidos contribuíssem com o avanço dos denominados países subdesenvolvidos. No âmbito social, uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países do chamado “Terceiro Mundo” (Machado, 2012, p. 3489).

Conforme explica Machado (2012), a origem do termo ONG (Organização Não-Governamental) foi vinculada às ONGDs – Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento, termo este utilizado em países de primeiro mundo. Já os países latino-americanos conheciam tais instituições pelo termo “Centros populares”, gradativamente passando a serem chamados de ONG. A autora enfatiza:

[...] as Organizações Não-Governamentais continuaram a surgir na América Latina buscando contribuir com o desenvolvimento do sistema capitalista por meio do abrandamento das questões sociais advindas deste mesmo sistema. Com isso, apaziguavam-se os conflitos sociais e evitavam-se as manifestações e possíveis avanços no sentido de um modelo alternativo de sociedade, o socialismo (Machado, 2012, p. 3490).

Foi também neste mesmo período que surgiu o Fundo das Nações Unidas Para Infância-UNICEF, dando assistência emergencial a crianças na Europa, no Oriente Médio e na China. No ano de 1950, foi instalado o primeiro escritório do UNICEF no Brasil, na cidade de João Pessoa-PB. É importante destacar que foram surgindo gradativamente, ao longo da história, instituições sociais distintas que buscavam assegurar os direitos das pessoas segundo uma causa específica (idosos, crianças e adolescentes, mulheres, gestantes, pessoas com necessidades especiais, indígenas, entre outros). É o caso, por exemplo, das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que, segundo Borba (2001), originadas em

1961, também surgem com a finalidade de assegurar os direitos das pessoas com deficiência, porém sempre com ações focalizadas e pontuais.

Borba (2001) ressalta que a partir da década de 1970, no Brasil, houve um grande avanço no fortalecimento da sociedade civil, na criação de ONGs em oposição ao estado autoritário.

Neste período, a esfera privada passa a se fortalecer em detrimento da esfera pública, o voluntariado e as empresas passam a assumir responsabilidades antes tidas como do Estado: “há um tipo de convocação à maior participação das pessoas no combate à miséria e à desigualdade social, que sugere o engajamento dessas em atividades beneficentes e voluntárias” (Fagundes, 2006, p. 93).

Frente a esse contexto e vinculado as ONGs, Machado (2012) complementa que há uma preocupação do Estado e principalmente do mercado em não provocar descontentamento social, visto que as desigualdades provocadas pelo capitalismo eram evidentes:

O ponto de partida para o desenvolvimento das ONGs ocorre quando os setores mais perceptíveis das classes dirigentes neoliberais perceberam que suas políticas estavam polarizando a sociedade e provocando um descontentamento social de grandes proporções. Em decorrência, assevera que no início da década de 1980 os políticos neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela nos Estados Unidos, Europa e América Latina, a partir de organizações “comunitárias de base”, com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflitantes (Machado, 2012, p. 3493).

Porém, as contradições de posicionamento destas organizações já se faziam presentes e ao mesmo tempo em que se posicionavam contra as violações dos direitos humanos, quando estas denúncias deveriam se destinar aos seus patrocinadores, raramente faziam estas acusações:

[...] As limitações dessas organizações já eram evidentes naquela época, tendo em vista que ao mesmo tempo em que atacavam as violações dos direitos humanos, praticadas pelas ditaduras locais, raramente denunciavam os seus patrocinadores norte-americanos e europeus que as financiavam e aconselhavam. Não havia esforço sério para ligar as políticas econômicas neoliberais às violações dos direitos humanos, pois os patrocinadores limitavam a esfera da crítica e das ações das ONGs em prol dos direitos humanos (Machado, 2012, p. 3493).

Cabe ressaltar que no Governo de José Sarney (1985) foi criada a Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC (Decreto 91.500/1985), que tinha como função primordial na área social o repasse de recursos com características fundamentalmente políticas. Conforme apresentado no art. 2º compete a SEAC:

I - o assessoramento ao Presidente da República nas questões relativas à ação comunitária, propondo medidas que objetivem maior racionalização, em substância e espaço, às ações desenvolvidas no âmbito Governamental, Empresarial, e de Entidades da Sociedade Civil;

II - o estímulo à canalização de recursos e à execução de trabalhos necessários à operacionalização de ações comunitárias imediatas e específicas, sob a orientação do Presidente da República, em articulação com Ministérios, Governos Estaduais e Municipais, Empresas Privadas, e Entidades da Sociedade Civil, buscando a coordenação multisetorial através de sistemas de ações sociais conjuntas;

III - o estabelecimento dos contatos e realização das consultas no âmbito governamental, visando à maior mobilização e melhor harmonia no apoio e execução de ações comunitárias, com base em permanente relação de trocas entre o Governo e a Sociedade; e

IV - realização de estudos e pesquisas voltadas para a identificação e análise de problemas e ações comunitárias que requeiram articulação do Governo, bem como de alternativas de ações de suporte aos diferentes tipos de organizações societárias, em nível nacional, regional e local (Brasil, Decreto 91.500/1985).

Torres (2013) destaca que no ano de 1999, por meio da Lei 9790/99 se cria uma nova modalidade de instituições privadas sem fins lucrativos denominada Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Para ser caracterizada como OSCIP a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos devia atender aos seguintes objetivos de cunho social, conforme aponta Torres (2013, pp.114-115): assistência social; cultura; educação gratuita; saúde gratuita; segurança alimentar e nutricional; defesa do meio ambiente e sustentabilidade; voluntariado; desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza; promoção de direitos e assessoria jurídica gratuita; ética, paz, cidadania, democracia, valores universais e direitos humanos; desenvolvimento de tecnologias alternativas, e experimentação não lucrativa de novos modelos sócioprodutivos e econômicos.

Para obter esta qualificação como OSCIP, a instituição devia se adequar nas normas designadas na legislação que implicavam no repasse de recursos públicos que podiam afetar a forma de funcionamento e até mesmo a estrutura da entidade.

As exigências impostas pela legislação, relacionadas à disposição estatutária e ao funcionamento da pessoa jurídica, fundamentam-se na necessidade de controle, já que tais parcerias resultarão no dispêndio de recursos públicos e na “transferência” de atividades outrora desempenhadas diretamente pelo Estado (Torres, 2013, p. 120).

Porém, obter a qualificação não significa receber os recursos automaticamente. É necessário que esta entidade firme parceria com o Poder Público para assim ter “o vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público, previstas na Lei” (Torres, 2013, p. 130).

Montaño (2008) explica que a dependência financeira das ONGs por empresas privadas e/ou de financiamento do Estado deixam as mesmas reféns destes em sua atuação, sendo despolitizadas, ou seja, perdendo o caráter de movimento social que busca uma transformação de sociedade. A instituição formada pela sociedade civil passa a ser “parceira” deste sistema na medida em que depende financeiramente deste, mantendo o *status quo*.

Dessa forma, percebemos as inúmeras contradições e interesses na manutenção de tais instituições que não conseguem abarcar todos os problemas sociais ocasionados pelo atual modo de produção tampouco amenizá-los. As mazelas sociais continuam aumentando em larga escala e a população, por meio destas organizações, se encarregando de tal responsabilidade.

Como a atual pesquisa foi realizada com voluntários em uma instituição de terceiro setor, com enfoque em acolhimento institucional de idosos, discorreremos no subitem seguinte sobre o histórico destas instituições, pois acreditamos que o tipo de instituição e público atendido mobilizam de alguma forma a escolha das pessoas para a prática voluntária.

2.3 As Instituições de Longa permanência para idosos

Ao buscar alcançar o objetivo da pesquisa na compreensão das motivações do trabalho voluntário, e diante de suas inúmeras determinações e nexos, fez-se necessário abrir espaço para explanar sobre o tipo de instituição social e sua história. Acredita-se que por se tratar de um público idoso e além de tudo institucionalizado (morador de um asilo) há motivações específicas que podem justificar este tipo de envolvimento do voluntário.

Para compreender o idoso institucionalizado e a imagem que este possui para o voluntário que pratica a ação, faz-se importante relatar sobre as instituições de acolhimento para idosos, os conhecidos asilos e/ou atualmente chamados de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

ILPI é definida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº283 (Brasil, 2005) como - instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania (Watanabe & Di Giovanni, 2009, p. 69).

Juntamente com as transformações sociais ocorridas ao longo da história, a trajetória histórica dos asilos também tem se modificado e inclusive tem aumentado a demanda de acolhimentos. Segundo Watanabe e Di Giovanni (2009), com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que antes ficavam em casa e se encarregavam dos serviços domésticos e daqueles que necessitavam de cuidados (filhos e idosos), o fenômeno dos acolhimentos tem sido muito presente na atualidade. Além disso, o perfil populacional também tem mudado, os casais passaram a ter menos filhos e a população deixou de ser em sua maioria jovem, passando a ter um envelhecimento populacional alto.

Assim, como ressaltado na própria história da assistência social e do terceiro setor, estas entidades, no caso as casas de acolhimento para idosos, tinham em sua origem caráter de caridade com fortes influências religiosas para atender as necessidades básicas de idosos pobres e enfermos (físicos e/ou mentais) que não possuíam moradia e/ou apoio da família. No início de sua história não havia um acolhimento específico para idosos, mas estes eram abrigados com miseráveis e doentes mentais e/ou físicos, caracterizando um público excluído da sociedade. Com caráter meramente assistencialista, estas instituições não assistiam seus usuários na sua integralidade, conforme prevê a legislação atual.

Segundo Pollo e Assis (2008), até 1780 os hospitais prestavam assistência material e espiritual aos doentes físicos e mentais, pobres e prostitutas. Um local de caráter excludente, onde o doente era separado do convívio com a sociedade, incluindo os idosos.

Araújo *et al.* (2010) destacam que foi no ano de 1794 que se iniciou este tipo de serviço destinado aos idosos na chamada Casa dos Inválidos, onde buscava-se acolher os

idosos que em sua vida prestaram serviços de soldados ao país para proporcionarem um envelhecimento digno como recompensa.

Araújo *et al.* (2010) ainda ressaltam que no ano de 1890, no Rio de Janeiro, foi criado o primeiro asilo denominado Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, e o acolhimento significava um rompimento familiar e social, caracterizado como um “mundo à parte”. Na ausência deste tipo de entidade para esta faixa etária, existiam os chamados asilos de mendicidade que os acolhiam junto com outras faixas etárias que necessitavam deste abrigo pela sua condição de pobreza, doença, abandono entre outros.

Outros destaques históricos das instituições para idosos é que, segundo Araújo *et al.* (2010), a própria Santa Casa de Misericórdia de São Paulo passou a ser definida enquanto instituição gerontológica no ano de 1964 pelo número de internamentos de idosos. Os autores também ressaltam que no ano de 1970 a obra denominada “A Velhice” de Simone de Beauvoir foi lançada denunciando os problemas apresentados nos asilos da época. Fazia observações acerca da velhice em geral, acolhida em asilos ou não, ressaltando o abandono familiar e social dos idosos:

O silêncio social em torno da velhice expresso no abandono e no descaso dessa população apontava o modo pelo qual a sociedade tratava seus velhos: como um refugio. Essa era uma das faces da velhice, estigmatizada e indesejável, objeto de obras de caridade, confinada em asilos ou na solidão do desamparo familiar e social e preterida no âmbito das políticas públicas (Correa, 2009, p. 27).

Nessa época não existiam regulamentações que norteassem e fiscalizassem o trabalho com os idosos, ou seja, não haviam políticas públicas específicas voltadas ao seu atendimento, como na atualidade. “Hoje os problemas persistem e, apesar de existirem instituições com atendimento de qualidade, ainda é expressivo o número daquelas que não atendem a parâmetros básicos de funcionamento” (Araújo *et al.*, 2010, p. 254).

Watanabe e Di Giovanni (2009) destacam que a partir da década de 1970 houve um avanço nos padrões destas instituições, passando a ter características diferentes das denominadas instituições totais, que por sua vez, “Nesse espaço os indivíduos se tornam cidadãos violados em sua individualidade, sem controle da própria vida, sem direito a seus pertences sociais e à privacidade, com relação difícil ou inexistente com funcionários e o mundo exterior” (Araújo *et al.*, 2010, p.253).

Conforme aponta Pollo e Assis (2008), foi com a Portaria nº 810/1989 que houve a normatização e padronização de Funcionamento de Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e outras instituições para idosos. O intuito desta portaria é definir a organização em estrutura física e recursos humanos antes precários e sem profissionais adequados ao atendimento. Em 1994 outro marco legal para este atendimento ao idoso com a lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, como fiscalizador dos serviços. A Portaria nº 73/2001 redefine as normas e padrões de funcionamento de serviços e programas de atenção à pessoa idosa. No ano de 2005 a Resolução da Diretoria Colegiada RDC n. 283 passa a vigorar e definir de novo modo as organizações para idosos:

A RDC adota o termo ILPI e estabelece normas de funcionamento desta modalidade assistencial. Segundo o documento, ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania. A norma define quais são os graus de dependência e as condições gerais de organização institucional baseada nos direitos dos idosos, incluindo recursos humanos, infra-estrutura, processos operacionais, notificação compulsória, monitoramento e avaliação. A implementação desse documento é um desafio para os órgãos fiscalizadores e as instituições. A cada dia mais, estas estão sendo obrigadas a se adequar à legislação, superando o paradigma de atendimento enquanto caridade e assistencialismo para o de prestação de serviços com qualidade e garantia dos direitos da pessoa idosa (Pollo & Assis, 2008, p. 35).

Tal mudança positiva se deu pelo avanço na área das políticas públicas sócio assistenciais voltadas ao atendimento desta faixa etária. Tais normatizações impactaram positivamente na melhoria do atendimento das instituições asilares na exigência de profissionais qualificados para o trabalho com o usuário, no tratamento mais humanizado com este público considerando a integralidade do ser humano, além da adequação dos espaços físicos.

Mesmo com tal norma de padronização, ainda há muitas falhas encontradas nestas entidades na atualidade. “Essas ações ainda não são suficientes e por isso é necessária a parceria entre o poder público, sociedade, profissionais e idosos para dar continuidade a ações

bem-sucedidas, ampliar e implementar novas modalidades de serviços no país” (Araújo *et al*, 2010, p. 254).

Em relação ao motivo do acolhimento do idoso em uma ILPI, diferentemente das causas apontadas no início de sua história no país voltadas à pobreza, doença e abandono, na atualidade, o asilo também é visto como um local para os idosos conviverem com os demais, encontrarem um novo meio de se expressar e desenvolver suas habilidades e não atrapalharem a rotina de seus familiares com os seus cuidados, no caso dos idosos dependentes.

[...] os idosos vislumbram, nestas instituições, um espaço para resgatar uma sociabilidade perdida, experimentando novas formas de interação; um espaço para desenvolver novas habilidades, através das atividades oferecidas e, conseqüentemente, propiciar novas formas de expressar o seu eu (Watanabe e Di Giovanni, 2009, pp.70-71).

Segundo Pollo e Assis (2008), muitos também são acolhidos por motivos de doenças, em que a família por ter os seus membros vinculados ao mercado de trabalho não dispõe de tempo para os devidos cuidados ao idoso, optando pelo seu encaminhamento à ILPI. Destacam também como outra causa a procura deste tipo de serviço pelo próprio idoso ou pela família deste em casos de conflitos familiares em que a convivência torna-se insustentável. Outra razão ressaltada seria o desgaste familiar causado diante dos cuidados para com o idoso. Quando a família não possui condições econômicas para contratar alguém para fazê-lo e seus membros revezam nesta difícil missão, onde “cuidar implica função física, psicológica, relacional, material, e para tal demanda, é fundamental a disponibilizaçãp de determinadas condições econômicas e sociais que viabilizem o cuidado” (Pollo & Assis, 2008, p. 33).

Após analisarmos esta modalidade de serviço, acreditamos que podemos visualizar o voluntário desse tipo de instituição de forma mais ampla, de modo que seu campo de atuação foi historicamente explanado. Discorreremos, a seguir, sobre o nosso método de análise materialista histórico-dialético, base epistemológica da Psicologia Histórico-Cultural para compreensão do nosso objeto de estudo.

3. A PESQUISA: Percurso Teórico e Metodológico

A presente dissertação busca compreender o sentido pessoal da ação voluntária e seu impacto na formulação de novos motivos de vida para o sujeito e até mesmo para a coletividade, partindo de estudos sobre o sentido e significado de Leontiev (2004), Vigotsky (2001) e Melo (2017), segundo a psicologia histórico-cultural. Para tal buscou-se realizar uma análise da realidade investigada utilizando o método materialista histórico-dialético para compreensão deste objeto de estudo. Cabe ressaltar que a seguinte pesquisa busca realizar o exercício do método em sua análise compreendendo a complexidade deste movimento de apreciação de nosso objeto de pesquisa, no caso o materialismo histórico-dialético.

Dessa forma, discorreremos brevemente sobre dois pontos de vista do conhecimento científico (ontológico e gnosiológico), correlacionando-os com a psicologia originada na ciência moderna (positivista) e a importância da superação desta visão na metodologia embasada no materialismo histórico dialético, no caso, a Psicologia Histórico-Cultural.

Para melhor compreender como se dá esse movimento de interesses no campo do conhecimento científico, é preciso discorrer sobre dois importantes pontos de vista que Tonet (2013) relata em sua obra. O primeiro é a gnosiologia, que seria o estudo da problemática do conhecimento, ou seja, o conhecimento é o objeto a ser estudado. O segundo seria a ontologia, que nada mais é do que o estudo do ser, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe.

Desse modo, segundo Tonet (2013), como o conhecimento se resume à relação entre sujeito e objeto, se pode afirmar que quando o elemento central é o sujeito, temos um ponto de vista gnosiológico – o sujeito constrói teoricamente o objeto, coletando dados, classificando, ordenando, organizando. O conhecimento científico moderno utiliza deste ponto de vista para produzir o conhecimento.

Fazendo uma analogia com o campo da psicologia, Tuleski (2008) destaca que a psicologia se originou no séc. XIX fundamentada no empirismo e negando a filosofia. Não há uma análise aprofundada dos fatos, e neste momento é exigido que os dados e os resultados sejam comprovados. Partindo deste ponto de vista gnosiológico explicitado anteriormente, segundo a autora, a psicologia:

Na ânsia de tornar-se ciência objetiva, partiu da premissa que é suficiente observar e descrever os fenômenos, negando qualquer interpretação ou explicação, considerada como subjetivismo. Esta é, para Vigotsky, a principal característica da psicologia descritiva do século XIX (Tuleski, 2008, p. 91).

Porém, ainda segundo Tonet (2013), quando o elemento central é o objeto, apropriamos do ponto de vista ontológico – não cabe ao sujeito criar teoricamente o objeto, mas traduzir, sob forma de conceitos, a realidade do próprio objeto. A perspectiva ontológica ainda pode ser metafísica ou histórico-social se contrapondo ao ponto de vista gnosiológico. Dessa maneira, segundo Tuleski (2008) a psicologia em sua origem, “ao se desligar da filosofia, acaba negando as concepções “metafísicas” que lhe eram intrínsecas, para buscar explicações objetivas da natureza humana nas ciências naturais.” (p. 89).

As teorias psicológicas que deram início à psicologia como ciência têm suas características gerais marcadas por uma forma de concepção de homem e de uma dada organização social, conforme destacado por Tuleski (2008, p. 103). Tal afirmação também vem ao encontro do pensamento de Tonet (2013), quando ressalta que: “As classes sociais são o sujeito fundamental – não o único – tanto da história quanto do conhecimento” (p. 15). O autor faz esta afirmação, pois conhecer e explicar o mundo de determinada forma é imprescindível para que uma classe conquiste e permaneça no lugar de dominação, produzindo e apropriando-se da riqueza:

Ao elaborarem suas teorias, porém, os indivíduos expressam, ao nível teórico, de modo consciente ou não, os interesses mais profundos das classes sociais. Isto significa que também no processo de construção do conhecimento existe uma articulação entre sujeito coletivo (classes sociais) e sujeito individual (indivíduo singular), sendo o primeiro o momento predominante (Tonet, 2013, p. 17).

Tuleski (2008, p. 117) complementa ainda em sua obra que “[...] Uma psicologia que não leve em consideração as relações entre os homens e a sociedade seria pura abstração.” Destaca, por fim, que utilizando o método marxista há possibilidade de analisar as contradições e as relações sociais para além da aparência. Sobre essa questão, assim diz Vigotsky (1996): “[...] O que é preciso não são opiniões exatas, mas um método [...]” (p. 365). A metodologia científica moderna (positivismo) delimita o campo do que é ou não é ciência, desqualificando os métodos que fogem a sua regra:

Pretendemos mostrar que a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em articulação íntima com o conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais (Tonet, 2013, p. 10).

O excerto vem reafirmar que a construção do conhecimento está sujeita aos interesses da classe social em questão: aos burgueses não interessa aprofundar-se no conhecimento da realidade social (caráter histórico e social), para que não sejam desvendados os mecanismos de produção e reprodução de sociabilidade a que estão sujeitados – exploração do homem pelo homem; é à classe trabalhadora que este conhecimento interessa, pois é a possibilidade de instrumentalizar-se para uma transformação da sociabilidade atual.

Segundo Tonet (2013) a apropriação do método para a apreensão da realidade e da teoria do real deve partir do processo de produção e reprodução social, neste sentido a história é criada por sujeitos históricos. Considerando que são as relações sociais que movimentam a história, concepções idealistas não dão conta de explicar a complexidade destas relações. Sendo assim, não basta partirmos apenas de conceitos idealistas para a análise do objeto, mas realizar um resgate histórico do mesmo e aos fatos atrelados a esta história: o que é, como surgiu, quais as relações que foram e estão sendo estabelecidas, entre outros. É preciso conceituá-lo historicamente e compreender que as modificações históricas estão atreladas nas e pelas relações sociais, no caso a luta de classes e a reprodução econômica capitalista.

Percebemos que no campo da psicologia houve diversas influências deste pensamento do padrão moderno do conhecimento em sua origem. Tonet (2013) destaca que na mudança do mundo medieval para o mundo moderno – surgimento da forma de produção capitalista – há uma mudança de paradigma: abandono da centralidade do objeto e a instauração da centralidade do sujeito. Da visão ontológica para a visão gnosiológica. Experimentação e verificação empírica são duas características essenciais desta nova forma de conhecimento. “Classificar, organizar, estabelecer relações e extrair leis gerais, este é o trabalho da razão” (p. 41). De maneira geral, este é o percurso da pesquisa moderna: elaboração de hipóteses, coleta de dados empíricos, organização, classificação, análise e elaboração de uma teoria. A psicologia não ficou imune a tais influências em sua origem:

[...] pela primeira vez a psicologia defrontou com a práxis altamente organizada: industrial, educativa, política, militar. Esse contato obriga a psicologia a reestruturar seus princípios de forma que possam passar pela prova suprema da prática. A psicologia viu-se obrigada a assimilar e introduzir na ciência uma grande quantidade de reservas de experiências, de psicologia prática e de hábitos, acumulados ao longo de séculos [...] (Vigotsky, 1996, p. 344).

Assim, somente uma teoria geral do ser social (ontologia do ser social) poderia responder estas lacunas que a pesquisa moderna não consegue preencher. Tonet (2013) aponta que Marx parte do pressuposto que o conhecimento é apenas uma das dimensões da totalidade do ser social. Deste modo, a origem, a natureza e a função social do conhecimento só poderão ser apreendidas na medida em que forem conhecidas as determinações mais gerais e essenciais do ser, identificando também o lugar que o conhecimento ocupa na práxis social (produção e reprodução do ser social como totalidade). Em Marx, as duas perspectivas (objetividade e subjetividade) são conservadas/superadas/elevadas a um novo patamar.

Ainda segundo Tonet (2013), a análise do trabalho (ato ontológico) revela outros elementos para a compreensão da natureza do ser social: o caráter histórico; o caráter social; o caráter de totalidade; e a forma como se originam e articulam a objetividade e a subjetividade:

[...] na perspectiva marxiana, o ser social tem como ponto de partida o trabalho, síntese de teleologia e causalidade e, como tal, ato ontologicamente fundante do ser social. O trabalho, por sua vez, é mediação através da qual o homem transforma a natureza, adequando-a aos seus fins e, ao mesmo tempo, constrói a si mesmo. Da natureza do trabalho, também decorre o fato de que o homem é um ser essencialmente interativo, social, universal, consciente e livre. A partir do trabalho e como exigência da complexificação do ser social surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com uma função própria na reprodução do ser social. E, enfim, da análise do trabalho decorre, naturalmente, a constatação de que o homem é um ser radicalmente histórico e social (Tonet, 2013, p. 98).

Sendo assim, segundo Martins (2008), a realidade objetiva, que existe independente da consciência humana, está também ligada à história e suas mudanças (relações, movimento e contradições). “Se todo existente é movimento, a dialética se apresenta no pensamento de Marx como a lógica pela qual ele deva ser compreendido”. (p. 42)

A autora destaca, ainda, que a lógica dialética é regida por três leis fundamentais, sendo elas: a lei da totalidade, a lei da contradição e a lei do movimento. A primeira delas destaca a importância de serem observadas as múltiplas determinações, onde “é impossível construir qualquer conhecimento objetivo, explicar de fato o real, levando-se em conta as partes ou aspectos isolados que lhe constituem” (p. 55). Já a segunda, conforme ressalta sua própria denominação, refere-se a todas as contradições internas apresentadas pelos objetos e fenômenos da natureza, “tudo é e não é ao mesmo tempo” (p. 55). Já a terceira é sobre a constante transformação e renovação, a historicidade, ou seja, “reflete a constatação da realidade como incessante transformação e renovação” (p. 55). Pensar nesta lógica significa apreender o essencial e não apenas o aparente pregado pelo padrão de conhecimento moderno.

Konder (2008), por sua vez, classifica as leis da dialética segundo seus estudos baseados em Karl Marx e Friedrich Engels, em: primeiro a lei da passagem da quantidade à qualidade, que diz respeito aos processos de mudança que não possuem sempre o mesmo ritmo, estas podem ocorrer lentamente e também passam por bruscas acelerações; a segunda seria a lei da interpenetração dos contrários, que se refere ao entrelaçamento dos diversos aspectos da realidade que mesmo se opondo compõe a mesma unidade; e a terceira e última a lei da negação da negação, onde toda transformação se dá pela contradição e esta, por sua vez, se alterou pelo seu contrário.

Em geral, diferentes autores apresentam a lógica dialética subdividida em diferentes leis fundamentais que expressam o mundo enquanto um conjunto de processos não estáticos, mas em constante movimento. Segundo Cury (1985) para compreender este objeto de estudo na lógica dialética utilizando-se do método materialista histórico, é preciso captar o objeto a ser estudado a partir de contínuas aproximações, estudando as relações e inter-relações inerentes a este objeto em sua essência, as quais devem revelar o caráter contraditório intrínseco às múltiplas determinações ligadas ao movimento histórico e ao desenvolvimento do modo de organização social, no caso da luta de classes.

No materialismo histórico-dialético, as características da totalidade e da contradição permitem ao pesquisador apreender o objeto de pesquisa na sua essência, compreendendo-o como é em si. Tanamachi (2007) destaca o aporte filosófico marxiano como primordial para o plano metodológico. Além disso, não abre mão de compreender o seu movimento histórico como algo de suma importância na investigação do objeto a ser estudado. Conforme ressalta Konder (2008) “para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana,

em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (p. 35), ou seja, que está em constante movimento, não está estático nem findado.

Tuleski (2008) destaca que a psicologia histórico-cultural surgiu em 1917 na Rússia com desígnio de pensar o novo homem e uma nova sociedade diante da revolução. Fundada por Lev Semenovitch Vigotsky, a psicologia histórico-cultural encontrou no materialismo histórico dialético as premissas necessárias para a sua formação teórica marxista.

Construída por Vigotsky (1896 – 1934), Leontiev (1903 – 1979) e Luria (1902 – 1977) – a chamada Troika – a Psicologia Histórico-Cultural tem como suporte teórico-metodológico o materialismo histórico dialético de Marx (1818 – 1883), cujo conhecimento se faz necessário para um entendimento da teoria (Tuleski, 2008).

Dentre os diferentes modelos existentes, acerca do desenvolvimento humano, a Psicologia Histórico-Cultural enfatiza o papel da cultura e das interações sociais. Vigotsky (1999) destaca que o indivíduo somente se constitui como tal por meio das suas relações sociais com os outros indivíduos e com o mundo exterior em um determinado contexto histórico. Este novo enfoque metodológico incluía a natureza, a história, a vida social e o próprio homem. Não tinha o intuito de fazer uma nova abordagem psicológica, mas sim de unificar as “várias psicologias” marcadas por dualismos: objetividade e subjetividade; normal e patológico; social e individual; orgânico e mental entre outros. “Trata-se de toda a psicologia em toda sua dimensão, de uma psicologia única, que não admite nenhuma outra. Trata-se de realizar a psicologia como ciência” (Vigotsky, 1996, p. 416).

Uma das questões que chama a atenção quando se lêem atentamente as obras de Vigotsky é a sua contundência e insistência em superar a “velha psicologia”, postulando uma “nova psicologia” que fosse capaz de eliminar a dicotomia entre corpo e mente e realizar a síntese. Esta dicotomia foi historicamente o pomo da discórdia entre as teorias psicológicas, justificando sua classificação entre idealistas e materialistas. Vigotsky parece perseguir o objetivo de superá-la trazendo para a psicologia o método proposto por Marx e Engels e construindo a ponte que eliminaria a cisão entre a matéria e o espírito (Tuleski, 2008, p. 81).

A própria teoria histórico-cultural sofre influências do padrão de conhecimento moderno, pois muitos teóricos acabam interpretando erroneamente o autor Vigotsky, superficializando a sua teoria e não compreendendo o principal objetivo de seus estudos e o que de fato o autor defendia:

Assim, seja por dificuldade no entendimento do pensamento dialético e histórico de Vigotsky, seja por razões político-ideológicas ou por peculiaridades do pensamento atual que prima pela fragmentação, acaba-se por traduzir suas ideias linearmente, retirando grande parte das “questões polêmicas” abordadas por ele e, conseqüentemente, sua historicidade. Eliminar esta singularidade de seu pensamento significa eliminar grande parte de seu esforço por construir uma psicologia marxista em circunstâncias históricas determinadas (Tuleski, 2008, p. 47).

Considerando isto, é preciso fazer reflexões teóricas e filosóficas para realizar esta produção científica, para que não torne a teoria vazia em si mesma. A psicologia desde seu início rompeu com a filosofia para poder firmar-se enquanto ciência, o que contribuiu com o estabelecimento de uma visão naturalizada e individualizada de homem que o separa do contexto que o constitui, ignorando as multideterminações que constituem sua subjetividade (Souza, 2000). Dessa maneira impede um olhar sobre qualquer aspecto social, evitando o despertar da necessidade coletiva de transformação.

Pensando com essa base filosófica que reconhece a complexidade dos fenômenos, a subjetividade é vista como reflexo do mundo objetivo e o homem como produtor e produto das relações sociais (Tanamachi, 2007). O materialismo histórico-dialético norteia a Psicologia Histórico-Cultural, e, assim, sua abordagem engloba todas as vivências (passadas e presentes) do indivíduo, sendo este um ponto essencial para produção do conhecimento científico buscando abarcar o ser social, a história, as contradições e as suas múltiplas determinações.

Tendo em vista a fundamentação teórica e metodológica da epistemologia marxiana apresentada, podemos observar a importância desta análise para produção do conhecimento, o que no campo da psicologia está engendrada na psicologia histórico-cultural.

Vigotsky (1996) explana acerca das diversas psicologias e da maneira em que esta se intitulou como ciência, porém sugere a superação da mesma. O autor traz em sua obra as diversas pesquisas e experimentos realizados, bem como os resultados obtidos. Porém, realiza o movimento de sucessivas aproximações estudando as relações e inter-relações inerentes a este objeto em sua essência. Não nega o saber já constituído pelos diversos autores, mas reconhece o que já foi adquirido e as limitações apresentadas por estas pela carência metodológica.

A superação da visão positivista se faz necessária na busca de uma nova sociedade, para que de fato se produza o conhecimento para além das aparências. Porém, com sujeitos

pertencentes a um sistema profundamente alienante a luta se faz ainda mais árdua e, em geral, os que detêm os meios de produção são aqueles que muitas vezes financiam o conhecimento.

Percebemos o quanto o padrão moderno de conhecimento tem fragmentado aquilo que se intitula como ciência, inclusive no campo da psicologia, não deixando margem para questionamentos ou dúvidas no que é produzido. Conhecimento enquanto verdades inquestionáveis, sem correlação histórica ou social.

Essa visão de Psicologia construída por Vigotsky (1996), a chamada Psicologia Histórico-Cultural, busca compreender como o processo histórico, cultural e social se torna subjetivo.

Desta forma, ao retornarmos ao objetivo principal desta pesquisa, verificamos, partindo deste referencial teórico, que não basta analisar os relatos dos voluntários observando apenas os discursos recolhidos, mas que se deve compreender as motivações dos indivíduos para ação voluntária considerando uma análise histórica, cultural e social das múltiplas determinações e nexos envolvidos.

3.1 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. A revisão bibliográfica se norteou a partir de leituras de livros, artigos, teses, enfim, materiais que traçam a história do voluntariado, que destacam a importância da perspectiva histórico-cultural como olhar crítico e que justificam o sentido do trabalho voluntário para o sujeito que pratica a atividade.

A análise documental se realizou com as fichas cadastrais dos voluntários inscritos no programa para seguinte contato e agendamento, além do estatuto social contendo o histórico da entidade Lar dos Velhinhos.

A pesquisa de campo foi realizada, inicialmente, por meio de um levantamento de dados encontrados nas fichas de voluntários atuantes na entidade de terceiro setor denominada Lar dos Velhinhos do município de Maringá. Sobre a pesquisa de campo é importante destacar que:

Para conseguirmos um bom trabalho de campo, há necessidade de se ter uma programação bem definida de suas fases exploratórias e de trabalho de campo propriamente dito. É no processo desse trabalho que são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a

população investigada, propiciando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas (Neto, 1994, p. 56).

As fichas dos voluntários foram escolhidas aleatoriamente, porém, por se tratar de uma grande maioria feminina, não foi possível colher muitos relatos do sexo masculino, apenas de dois de seis voluntários inscritos e ativos em 2016. Em seguida, realizamos um contato com os voluntários em atividade para ver a disponibilidade de agendamento.

Utilizou-se uma entrevista aberta para a coleta das informações necessárias sobre o trabalho dos voluntários. “A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão” (Quaresma, 2005, p. 74), para que o pesquisado tenha o máximo de liberdade de expor o assunto a ser investigado.

Segundo Minayo (2001), é comum realizar o processo de entrevista na pesquisa de campo buscando trazer a “*fala dos atores sociais*”, que trazem importantes aspectos objetivos e subjetivos do entrevistado.

Os materiais utilizados para a realização da pesquisa de campo e coleta de dados foram:

1. **Documento de anuência da instituição:** elaborado e entregue à direção da instituição, solicitando a autorização para a pesquisa a ser realizada no Lar dos Velinhos. (Apêndice 1).
2. **Termo de consentimento livre e esclarecido:** documento apresentado aos participantes (voluntários) para que, a partir da leitura e explicação do mesmo, tivessem conhecimento dos objetivos da pesquisa e o assinassem, demonstrando sua concordância em participar desta pesquisa (Apêndice 2).
3. **Roteiro de Entrevista:** Elaborado pela pesquisadora para coletar as informações acerca do voluntariado (Apêndice 3).
4. **Gravador:** Foi utilizado durante a entrevista mediante autorização de cada entrevistado.

Depois de coletados os dados, eles foram tabulados para melhor visualização para a produção do perfil dos voluntários, seguido de uma análise qualitativa sobre os relatos dos voluntários, com intuito de compreender a essência deste trabalho para o voluntário e os sentimentos gerados a partir deste.

Por envolver pesquisa com seres humanos, esta passou anteriormente pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Maringá, com parecer favorável documentado em 22 de fevereiro de 2017, conforme CAAE 63778317.0.0000.0104.

3.2 Histórico da Entidade Lar dos Velhinhos

Diante do nosso campo de pesquisa, buscamos junto à instituição de acolhimento institucional de longa permanência o seu histórico institucional através do Estatuto Social. Denominada Lar dos Velhinhos “Sociedade Beneficente”, foi constituído aos 27 dias do mês de novembro de 1960. Foi uma iniciativa do Senhor Vanor Henriques, na época Presidente do Rotary Clube Centro de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, como uma sociedade filantrópico-beneficente, com seus Estatutos Aprovados, tendo as seguintes finalidades no Art. 2º do Capítulo 1º:

- prestar amparo, asilo e subsistência física, moral e religiosa aos velhos de ambos os sexos, desamparados, até o limite das possibilidades das suas instalações a serem construídas, que, reconhecidamente indigentes e maiores de 65 anos comprovado por atestado de autoridades civis ou eclesiásticas locais e por sindicância de 2 dois membros da Diretoria, residam pelo menos há um ano no município de Maringá independentemente de nacionalidade, raça ou credo religiosos. São sócios fundadores todos os rotarianos dos Rotary Clube de Maringá e Rotary Clube de Maringá- Oeste e suas respectivas senhoras.

O serviço interno do estabelecimento fica a cargo de Irmãs de Caridade. Em 1964 o presidente do Rotary Sr. Willian Casteleins, orientado pelo então Bispo metropolitano Dom Jaime Luiz Coelho, que entrou em contato com as Irmãzinhas da Imaculada Conceição, província São José, com sede em Sorocaba, SP. Em 1965 foi efetuada a doação do Lar para a referida Congregação e em 8 de maio de 1966, o Lar dos Velhinhos - Sociedade Beneficente, iniciou seus trabalhos oficialmente, mantendo-se uma personalidade jurídica própria com registro no CNPJ sob número: 79.133.179/0001-05, mas de propriedade das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, por doação.

De acordo com os documentos colhidos na instituição (estatuto social) e informações verbais da presidente e equipe técnica, os trabalhos foram iniciados com sete acolhidos, dois encaminhados pelo Rotary e cinco pelo Albergue Santa Luzia de Marilac, sendo seis homens

e uma mulher. Em 17 de novembro de 2003 por decisão da Congregação e de comum acordo com a diretoria do Lar, para transformar o Lar dos Velinhos uma associação mais moderna e eficiente, resultando em novos conceitos no atendimento a assistência social, melhorando de forma significativa o controle patrimonial para as Entidades, sendo, portanto altamente conveniente e proveitosa a operação, aconteceu a incorporação do Lar dos Velinhos – Sociedade Beneficente, para a Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, com sede em Itajaí/SC, ambas de propriedade da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Desta forma, é dada baixa na Personalidade Jurídica do Lar, e o mesmo tempo passa a ser uma filial da Associação, denominando-se: Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes – Lar dos Velinhos, usualmente: ACB Nova Lourdes – Lar dos Velinhos, CNPJ: 84.305.179/0013-02.

Segundo a presidente da instituição, o histórico do Lar dos Velinhos esteve sempre ligado aos rotarianos, que ao passar o Lar para a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, sempre deixaram suas contribuições vistas enquanto princípios humanitários e, continua lado a lado com as Irmãs, em busca da manutenção e melhores condições de funcionamento.

O grupo de senhoras Rotaryanas fundou com a Ir. Firmina Mar, a primeira Diretora do Lar, o Grupo São José, de voluntárias que auxiliavam nas promoções para arrecadação de fundos e que por muitos anos foi um alicerce insubstituível. Por sua atuação, fidelidade aos seus objetivos de fundação, e ao Carisma da Congregação das Irmãzinhas Da Imaculada Conceição, o Lar projetou-se na Sociedade Maringaense como uma Instituição que busca cumprir os seus objetivos de atendimento.

Segundo relatos, muitas foram as dificuldades, porém, muitas alegrias e realizações fizeram parte desta história. Até o ano de 2016, a Instituição acolheu 795 idosos, sendo mulheres e homens. Hoje acolhe 60 idosos residentes de ambos os sexos. Os Rotarianos continuam presentes colaborando com as promoções, além da sociedade Maringaense. O poder público também colabora dando atenção às questões sociais, na luta incessante das Irmãzinhas pela dignidade da pessoa idosa. A instituição busca responder as exigências da política de assistência social vigente, acima de tudo enxergar o idoso, como alguém que tem direitos e a receber os cuidados próprios de acordo com a sua condição particular, oferecendo proteção integral, alimentação balanceada e adequada a cada necessidade, controle nutricional, acompanhamento médico, psicológico, de assistência social, de enfermagem, vacinações, assistência religiosa, cultura, lazer incluindo a comemoração das datas festivas e aniversários.

De acordo com o Estatuto Social da Entidade, capítulo II, art 5º, a Associação tem as seguintes finalidades:

- I. promover a formação humana, social, espiritual, cultural, científica, profissional e pastoral da mulher vocacionada à Vida Consagrada na Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes;
- II. oferecer e desenvolver o Ensino sob diversas formas, a cultura e a educação moral, ética, ecológica, cívica e religiosa;
- III. amparar os empobrecidos através de programas e projetos de assistência Social;
- IV. prestar serviços pastorais e profissionais nas áreas de educação, saúde e assistência social, e em qualquer ministério, de acordo com o Carisma e a Espiritualidade da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, assumidos pela Associação;
- V. assessorar com recursos humanos, as Entidades Vinculadas Prestadoras de Serviço, nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social;
- VI. dinamizar a ação participativa das associadas no compromisso responsável com identidade da ASSOCIAÇÃO, na sua ação evangelizadora, transformadora e promotora da dignidade humana;
- VII. promover a saúde preventiva e curativa;
- VIII. zelar por um atendimento digno à pessoa idosa, oferecendo-lhe o tratamento adequado;
- IX. dinamizar centros de Espiritualidade e Hospitalidade.

Desta forma, busca proporcionar ao idoso um acolhimento digno e um atendimento em sua integralidade.

3.3 Apresentação e análise dos dados

Conforme apresentado anteriormente, as entrevistas foram colhidas mediante agendamento prévio na própria instituição, seguindo um roteiro padrão. Os voluntários foram selecionados de maneira aleatória, não se estabelecendo um critério específico para tal, sendo que totalizavam um número de 20 voluntários no total sendo apenas dois do sexo masculino.

Ao visarmos a identificação do sentido pessoal da ação voluntária para quem o pratica, elaboramos um roteiro de entrevista que buscasse obter do entrevistado as

informações necessárias para esta pesquisa, sendo elas: idade; sexo; se trabalha com outra atividade; o tempo de voluntariado; como começou; se gosta de realizar este trabalho; se encontra dificuldades em realizar essa atividade; o que o motiva; se obtém gratificações; se o entrevistado considera importante o voluntariado; que tipos de contribuição esta atividade lhe traz; o que sente a partir desta ação voluntária e se acredita que o trabalho voluntário acrescenta algo a sua vida.

A apresentação dos resultados foi elaborada a partir de um agrupamento de dados comuns recolhidos dos entrevistados, onde elegemos categorias de análise análogas. Dessa forma, dividimos a apresentação dos resultados em dois momentos. O primeiro é a respeito das primeiras cinco perguntas: nome fictício (visando manter o anonimato dos entrevistados); sexo; idade; se trabalha com outra atividade e o tempo de voluntariado organizados em uma tabela. O segundo se organiza em subíntes com as palavras-chave baseadas em respostas comuns colhidas na entrevista sobre o trabalho voluntário. Neste caso, as categorias de análise levantadas a partir das respostas comuns foram: a empatia; o voluntariado enquanto um espaço de trabalho; o ganho pessoal obtido pelo trabalho voluntário e o voluntariado justificado pela espiritualidade e/ou religiosidade.

Conforme explicitado, para melhor visualização das informações prévias obtidas com os sujeitos entrevistados, destacamos alguns elementos conforme apresentado na tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Caracterização dos participantes

Nome fictício do entrevistado	Sexo	Idade	Trabalha com outra atividade	Tempo de voluntariado
E1	Feminino	42	Sim, salão.	2/3 anos
E2	Feminino	46	Sim, comércio.	2 anos
E3	Feminino	35	Sim, salão.	Menos de um ano.
E4	Feminino	55	Sim, vida religiosa.	10 anos.
E5	Feminino	58	Sim, Massoterapeuta.	2/3 anos
E6	Masculino	57	Não.	1/2 anos

Para preservar a imagem e garantir o anonimato dos entrevistados nomeamos os mesmos como E1, E2, E3, E4, E5, E6, obedecendo a ordem das entrevistas realizadas para dar esta nomeação.

Da lista inicial apresentada pela instituição Lar dos velhinhos, havia o total de 20 (vinte) voluntários e, destes, apenas 2 (dois) eram do sexo masculino, todas as demais eram do sexo feminino. Dos seis entrevistados escolhidos aleatoriamente para participação desta pesquisa, apenas um era do sexo masculino, visto que a maioria das pessoas cadastradas para esta atividade na instituição é do sexo feminino.

O dado nos remete a um fato observado historicamente, percebendo-se um grande envolvimento das mulheres na questão social. Identificamos que as mulheres ocupam este espaço de trabalho social e o fato não é uma característica atual, mas fruto de uma construção histórica, onde a mulher assume o papel de cuidadora inclusive das questões sociais.

Há vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda, com o “equilíbrio” e “harmonia” sociais, enfim, com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora (Cisne, 2004, p. 44).

Historicamente, vimos que a mulher iniciou esta posição pela atuação das enfermeiras voluntárias durante as guerras. Como os homens saíam para trabalhar e as mulheres permaneciam no lar, elas acabavam possuindo tempo disponível para estas atividades. Observamos que o gênero feminino ocupou este espaço de cuidado inclusive nas primeiras Santas Casas de Misericórdias, porém em um posto de trabalho sem remuneração e sem reconhecimento.

Também notamos essa atuação vinculada ao gênero feminino, no Brasil, com as primeiras damas. Cisne (2004) ressalta que historicamente o campo da assistência social está ligada diretamente à questão de gênero, vinculando a mulher como responsável pela assistência por intermédio da primeira dama e não o presidente. Isto reforça como está posta socialmente a imagem e o papel social desempenhado pela mulher ao longo da história. Desta forma, as suas atuações são vinculadas ao que foi ideologicamente difundido. A imagem social da mulher difundida pela Igreja católica com seus dons e papéis sociais é utilizada pelo Estado “para assegurar o controle da ‘questão social’ e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais (Cisne, 200, p. 41).”

Outro dado levantado nas entrevistas foi em relação à faixa etária dos voluntários. As idades variam entre 35 e 58 anos, sendo apenas uma com 35 anos e os demais acima de 42 anos, ou seja, entre a idade adulta já antecedendo a terceira idade.

Ao se aproximar de uma idade mais avançada, os indivíduos passam a reorganizar seus planos de vida buscando novos espaços de atuação e motivações, o que levanta a hipótese da procura da ação voluntária nesta idade. “Após o afastamento da ocupação laboral e com a realidade da aposentadoria, é preciso, portanto, ressignificar os planos e projetos de vida, a ocupação do tempo livre e as motivações a essa nova condição socialmente imposta.” (Kunzler 2009, p. 69).

Cinco entrevistados realizam outra atividade além do trabalho voluntário, e apenas um dedica-se somente a este trabalho. Acreditamos que a prática desse tipo de atividade proporciona ao indivíduo ganhos pessoais que não seriam alcançados por outros meios.

Conforme ressaltado anteriormente, Caldana e Figueiredo (2009) destacam que existem necessidades criadas nos indivíduos pelo modo de produção atual que o próprio sistema não consegue satisfazer. As pessoas acabam buscando outros espaços para atuarem satisfazendo as lacunas que o capitalismo não permite preencher. “A atuação voluntária parece preencher tais lacunas, permitindo àqueles que se envolvem nesse movimento encontrarem diversos níveis de satisfação de suas necessidades individuais” (Caldana; Figueiredo, 2009, p. 472).

Em relação ao tempo de voluntariado, uma realiza a atividade há menos de um ano, outro de um a dois anos, três entrevistados de dois a três anos e apenas uma há dez anos. Percebemos, por essas informações, que a ação voluntária não é momentânea, mas é realizada por um período considerável, e mesmo assim traz benefícios que não a remuneração pelo trabalho, mas que a própria atividade traz consigo satisfações pessoais para estes indivíduos.

A seguir, apresentaremos as categorias de análise em comum encontradas nas entrevistas, divididas em quatro subitens.

3.3.1 A empatia (O outro em questão)

Quando questionados sobre o motivo que os levou a iniciar este tipo de trabalho, alguns dos discursos de destaque encontrados em comum se voltavam para uma disponibilidade em ajudar, cuidar, somar e em dedicar um tempo ao outro:

“[...] lá as pessoas necessitam, né, de um cuidado, de um carinho, às vezes nem é tanto o seu trabalho, mas um tempo dedicado a eles, né?” (E1)

“[...] voluntário é ajudar onde você precisa né? Onde a pessoa tá precisando.” (E2)

Percebemos, nesses relatos, que há uma motivação inicial para realização desta atividade que parte de uma preocupação com o usuário do serviço, com a constatação que este necessita de um tempo, de carinho e de cuidado que pode ser oferecido pelo voluntário naquele momento.

Existe, também, uma verbalização sobre a necessidade do outro, sobre a necessidade de contribuir com a sociedade, de se somar a ela, o que gera satisfação para o voluntário:

“[...] Eu acho que tipo, você ter a somar, é bom demais.” (E3)

Quando questionado sobre o que faz com que continue a realizar o trabalho voluntário, o entrevistado E1 alegou a importância de destinar a atenção para alguém que precisa:

“Eu acho que a dedicação mesmo no trabalho, carinho, atenção sabe, que você pode dar para alguém que tá precisando, você entendeu? Eu vejo assim, eu vejo como uma atenção que é necessária para quem precisa.” (E1)

Observamos, diante dos relatos, a motivação da ação pela necessidade do outro em carecer de afeto, cuidado e atenção. A grande maioria dos idosos institucionalizados se encontra com os laços familiares já rompidos, recebendo pouca ou até mesmo nenhuma visita de seus entes. O voluntário passa então a ver a sua atividade motivada a partir da necessidade do público atendido, mas não há questionamento sobre a omissão do Estado diante das mazelas sociais enquanto direito que deveria ser garantido.

A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão, e torna-se, sob a égide neoliberal, uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de carecimentos, o “cidadão-pobre” (Montaño 2002, pp. 11-12, grifo do autor).

A grande questão, portanto, a ser observada é que estas ações não devem vir para substituir o dever do Estado. O voluntariado é importante para resgatar nos indivíduos valores

humanos que, pela ordem capitalista, nos são capturados, como a importância da empatia e superação da visão individualista próprias do sistema vigente.

[...] o voluntariado e a solidariedade devem ser identificados como importantes valores morais para serem resgatados para a humanidade, mas as políticas sociais, mais especificamente a política de assistência social, que devem dar conta das desigualdades sociais, não devem ser cooptadas exclusivamente por esses valores (Fagundes, 2006, p. 13).

Se houvessem políticas sociais efetivas que amparassem as famílias em suas dificuldades, possivelmente haveriam outras formas de manter o idoso em seu convívio familiar do que institucionalizando-o. Preocupar-se com a necessidade das pessoas é importante, mas o que não se pode perder de vista é quem, de fato, tem a responsabilidade de agir sobre esta necessidade.

“Sempre que eu posso eu faço pelas pessoas que eu acho que tem mais necessidade, eu vejo sempre isso, eu vejo a necessidade das pessoas entendeu? Qual é a necessidade da pessoa? Ai dessa forma eu vejo como posso trabalhar com a necessidade da pessoa.” (E1)

Em apenas uma das respostas dos entrevistados houve referência ao sistema vigente, ressaltando o voluntariado na contramão desta lógica. Porém, não se faz alusão a luta de classes, tampouco a responsabilização do Estado quando questionado sobre a importância do trabalho realizado:

“Eu acho que ele é importante sim, porque nesse nosso mundo capitalista que todo mundo só quer ganhar, ganhar, e outros roubar, roubar, roubar e ganhar eu acho que ele é importante [o voluntariado] porque ele mostra um outro lado da moeda, um outro lado da realidade, diz que é possível se fazer algo mais pelos outros sem pensar só no dinheiro, no dinheiro. O dinheiro compra muita coisa, mas as vezes não compra felicidade, não compra solidariedade, não compra o carinho, o amor, o afeto, e as vezes quem faz voluntário é mais carinhoso que quem recebe.” (E4)

O trecho demonstra uma reflexão sobre a contradição do trabalho voluntário, que dá ao sujeito outros tipos de gratificações que não o dinheiro, tão almejado no capitalismo. O

entrevistado E4 destaca sobre o carinho, amor, solidariedade e afeto como valores recebidos pelo público atendido a quem pratica o voluntariado.

A questão fundamental nessa preocupação com o outro é que se deveria ir além de uma superficial observação, acerca de necessidades básicas do público atendido. Não é um carinho e uma atenção em um “tempo livre” de uma pessoa que se dispõe a ir à instituição, “arejar a cabeça”, pois assim fará a diferença social. Nota-se que muitas vezes, o trabalho voluntário alivia a culpa, sustentada por uma moral cristã, de que quem tem deve dar ao outro, pois do contrário estaria pecando contra Deus, estaria sendo egoísta e não estaria vendo a dificuldade de seu irmão. Percebemos que os voluntários não enxergam que a atuação voluntária é pontual e que a assistência ao público é de dever do Estado e direito do idoso atendido pela ILPI.

O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento (Montaño 2002, p. 12).

Montaño (2010) destaca que as demandas sociais acabam sendo contestadas seja pelo próprio sujeito que carece da ajuda, seja pela ação de entidades sociais e pelos serviços privados ou por parte da população que se mobiliza pela causa. O autor ressalta que há uma conformidade com a omissão do Estado em sua dita “falência”⁷, em que este não tem condições de arcar com políticas sociais ou serviços socioassistenciais, no máximo auxiliar em causas emergenciais. Os “serviços estatais para pobres” são, segundo o autor, “pobres serviços estatais”, sem qualidade, precários e despersonalizados.

As pessoas passam a se responsabilizar pelo outro, na lógica em que aquele que tem deve dividir com quem não tem, porém, não há uma análise de que há um grande percentual de impostos arrecadados pelo Estado, pagos pela população, que deveriam ser utilizados para realizar a administração de serviços públicos.

Diante destas reflexões apresentadas, percebemos as inúmeras contradições acerca da prática do trabalho voluntário.

Conforme destacado anteriormente, desde o Brasil colônia, com a influência religiosa na ação voluntária, seguida até a promulgação da Constituição de 1988, em que aparece o respaldo legal destas ações, percebe-se que houve interferências de controle social e

⁷ Montaño (2010) usa o termo Estado “falido” como discurso neoliberal.

manutenção econômica a priori e não benfeitoria ou transformação social em si. Enquanto as pessoas deixam se responsabilizar pela atenção ao desvalido, não conseguem perceber a função que o Estado deveria ocupar nesta questão, ou seja, na aplicação dos recursos públicos que são produto do trabalho da população, em seus tributos que deveriam ser utilizados para essa finalidade.

O voluntariado deve ser visto para além da benfeitoria e do status que o sujeito acaba adquirindo divulgando este tipo de iniciativa. Existem interesses pessoais, políticos e econômicos nesta ação que não podem ser ignorados. Não se trata de desconsiderar qualquer tipo de ação social por parte da sociedade civil, mas trata-se de olhar além, de buscar uma reflexão crítica desta prática, sem perder o foco na busca pela coletividade, empatia e principalmente na responsabilidade do Estado pela política de assistência social.

3.3.2 O voluntariado enquanto um espaço de trabalho

Outro aspecto evidenciado nas entrevistas foi a comparação do ambiente institucional da ILPI com um ambiente de trabalho. Porém, neste trabalho voluntário não há responsabilidades, cobranças e o clima é harmonioso e agradável.

A afinidade, os funcionários, a forma de trabalho que é muito gostoso, é um clima muito bom. (E3)

Esse local contrasta com os demais ambientes de trabalho que são equivalentes ao mundo capitalista, em que a competitividade, cobrança e individualidade são tão comuns. “A lógica de sustentação da atividade voluntária passa pelo fato de esta ser uma ação possível dentro do sistema do Capital, realizando necessidades de estima que talvez o trabalho em uma empresa capitalista não proporcione (Caldana & Figueiredo, 2008, p. 473).”

Você, sem aquela cobrança, sem aquela obrigação [...].” (E3)

Percebemos que os entrevistados trazem estas características de modo muito positivo, classificando o voluntariado como uma atividade sem cobrança e sem obrigação, o que nos faz refletir sobre a qualidade do serviço oferecido e comprometimento afetivo deste com o público atendido, que muitas vezes espera sua companhia, mas pode não desfrutá-la devido a esta falta de comprometimento. Também se pode pensar que o indivíduo necessite realizar uma atividade considerada socialmente útil, fora do ambiente doméstico, mas, ao

mesmo tempo, se ressentem da responsabilidade e cobrança normais na atividade de trabalho remunerado.

Outro fato evidenciado é em relação ao ganho de experiência profissional que a atividade voluntária pode proporcionar à pessoa que a pratica, pois no mercado formal de trabalho não encontra oportunidade, esta adquire experiência profissional para sua formação por meio do voluntariado dentro da instituição. Dessa forma, observamos uma exploração do trabalho do voluntário pela instituição, e da instituição pelo voluntário, em que o trabalho é feito para benefício próprio e não do outro, embora no discurso seja pelo outro. Também a instituição se aproveita da cultura do trabalho voluntário e da necessidade do voluntário em, muitas vezes adquirir experiência, para utilizar essa mão de obra gratuita e deixar de gastar com a contratação de pessoal qualificado.

[...]com voluntariado trabalhei aqui no Lar e adquiri bastante experiência no trabalho de saúde, assim a gente explica técnicas, medicação, todas estas coisas na área da saúde e também aprendi a valorizar aquilo que eu faço, porque sei lá se eu faço a coisa certa ou não faço, mas é ... eu percebo que é importante o trabalho que faço. (E4)

A partir deste discurso podemos perceber que E4 adquiriu experiência e passou a dar valor ao seu trabalho a partir da realização de atividades voluntária, o que atualmente em outros empregos formais, outros campos de trabalho, existem uma grande dificuldade em enxergar o valor e a importância do trabalho realizado. A oportunidade de ser voluntário da área de saúde proporcionou mais experiência e conseqüentemente gerou uma autovalorização do seu trabalho. Realizar esta atividade na instituição tinha o seu destaque pela importância dos cuidados voltados à área da saúde ao público atendido.

Há uma busca pelo bem-estar e diminuição de angústias geradas pelo capitalismo, porém, não há um embate efetivo com o sistema. Os indivíduos encontram nestes espaços do chamado Terceiro Setor um conforto e uma atenção não recebida em um espaço de trabalho formal, em que existem cobranças, competição, desvalorização, entre outros pontos negativos. “[...]a realização da atividade voluntária atua para aliviar as tensões determinadas pelo sistema do Capital, sem, contudo, se contrapor ou alterar tal sistema” (Caldana & Figueiredo, 2008, p. 473). Na atualidade o trabalho em si não é mais um meio de satisfação, pois aquilo que se utiliza para satisfazer as necessidades dos homens é o seu resultado final, no caso o salário. O

espaço das instituições sociais ganha força na medida em que “ocupa” uma parcela da atividade em ações de voluntariado.

3.3.3 O ganho pessoal obtido pelo trabalho voluntário

Ao iniciarmos a pesquisa, acreditávamos que parte dos entrevistados poderia trazer a busca pelo voluntariado como uma preocupação social particular; mas também esperávamos relatos individualistas, em que a grande motivação da ação seria de cunho particular, ou seja, no prazer pessoal de quem realiza.

“Eu tô sendo voluntário para mim mesmo, se for para mim viver a vida só para mim, eu não tô realizada, sempre tive essa necessidade.” (E2)

“Eu fico, sei lá, o meu coração ficar cheio, meu coração ficar grande (risos).” (E1)

Apreendemos, diante dos relatos trazidos pelos entrevistados, que a ação voluntária traz uma grande satisfação pessoal para quem pratica a atividade. A ação voluntária por parte de quem pratica a atividade proporciona um bem-estar, observado a partir dos relatos dos entrevistados. Ou seja, ser voluntário em uma instituição tem mais relação com o próprio sujeito, com sua satisfação pessoal, seu reconhecimento pessoal como pessoa boa, altruísta, do que com o benefício ao outro, àquele que necessita de atenção e afeto.

O “coração ficar cheio” mostra a sensação de alívio que o voluntariado é capaz de proporcionar à pessoa que realiza a ação, como espécie de missão cumprida. Foram diversos os discursos retirados das entrevistas em que observamos esta característica de individualismo por parte do voluntário. Como se a realização fosse apenas gerar este sentimento de prazer e não a ajuda em si:

“Com certeza como pessoa, eu acho que engrandece eu como pessoa, entendeu? Me faz ser mais, me faz me sentir melhor, uma pessoa melhor entendeu? Eu vejo como se fosse um sentimento de tá sendo uma pessoa melhor, melhor para o mundo.” (E1)

Percebemos que o fato de ser voluntário engrandece a forma que o sujeito se percebe, proporcionando-lhe satisfação pessoal, ligando a ajuda ao prazer pessoal. Este passa a acreditar que é uma pessoa melhor trazendo um sentimento de alívio, como se estivesse cumprindo seu o dever no mundo.

“ O prazer de ajudar [...]” (E3)

“Porque a gente se sente bem naquilo que a gente faz. Se sente bem ajudando as pessoas. Se sente bem com a própria pessoa né? Quem sou eu. Vamos supor, arejar um pouco a cabeça, se sentir bem com você mesmo, e dar um pouco daquilo que você pode pra alguém. É isso.” (E6)

“Ajudar o próximo né? Ajudar o próximo e se sentir bem com aquilo que você faz.” (E6)

Além do sentimento bom proporcionado pela atividade, o espaço da instituição alivia a mente deste indivíduo que busca “arejar a cabeça”, porém, não há uma reflexão sobre o outro de fato, no caso o público atendido pela instituição.

O auxílio ao próximo fica diretamente ligado ao fato de sentir-se bem e não nos reflexos positivos que deveria alcançar o usuário do serviço. “Fica evidenciada em diversos relatos a complexidade da relação altruísmo-egoísmo. Tal relação indica que a ajuda pode até mesmo ser prejudicial, pois quem a recebe não define as bases dessa ajuda e pode também se tornar dependente da mesma” (Caldana & Figueiredo, 2008, p. 477). Fazer a ação voluntária, segundo E3, traz um sentimento bom para quem o pratica, dando-lhe a sensação de utilidade:

“Acrescenta vida, a vida, é muito prazeroso. Se dar ao próximo. Eu me sinto, é uma sensação assim, tipo de ser útil, de ajudar, de ajudar sempre, alguém que tá precisando.” (E3)

Percebemos o caráter individualista nos relatos, próprio da sociedade capitalista, em que o prazer e a sensação de bem-estar está vinculada a quem pratica a ação, não havendo reflexão se quem recebe está a favor ou não, se está sendo efetivo ou não. Compreendemos a partir dos relatos de E5 que há um reconhecimento em receber mais do que dar e que há retorno naquilo que é dado. Também observamos a questão do retorno de gratidão e reconhecimento conforme ressaltado por E4:

“De gratidão, de tá doando e tá recebendo, mais recebe do que doa [...]Um retorno de carinho, de tudo.” (E5)

“Um obrigado, o reconhecimento [...].” (E4)

Outro relato classificado neste item de satisfação pessoal pelo voluntariado foi do entrevistado E5, que relatou que a atividade a ajudou a superar uma fase de luto muito difícil, recebendo carinho na medida em que dispôs seu tempo ao voluntariado:

“Depois que comecei a trabalhar assim, de (silencio), eu perdi meu marido a pouco tempo, daí, então me ajudou muito, de tá doando meu tempo, recebendo carinho.” (E5)

Percebemos que as carências dos sujeitos entrevistados passam a ser supridas na realização da atividade na entidade, o que mostra os benefícios trazidos para aqueles que fornecem a ajuda. Mas é preciso analisar criticamente, pois, “[...] da maneira em que está estruturado atualmente, ou seja, como elemento fundamental à ordem capitalista, tem gerado mais benefícios àqueles que fornecem a ajuda do que àqueles que a recebem, faz-se necessário analisar cuidadosamente essa ‘dialética da ajuda’”⁸ (Caldana & Figueiredo, 2008, pp. 476-477).

Realizar a ação voluntária por uma satisfação pessoal, retira do sujeito atendido o direito de ser ajudado em sua integralidade, dignidade e com a qualidade devida conforme lhe deveria ser garantido. “Esses ganhos percebidos podem sustentar a continuidade das atividades voluntárias e manter a clássica lógica vigente no voluntariado que, muitas vezes, é autoritária e não considera o ponto de vista dos ajudados” (Caldana & Figueiredo, 2008, p. 477).

Há uma perversão da lógica, pois a doação que acompanharia o serviço voluntário em instituições se torna benefício pessoal. Não se doa aquilo que o outro precisa, valorizando a necessidade do outro, mas se doa para receber o prêmio da satisfação pessoal, da ‘alma’ aplacada, por se mostrar altruísta, boa. A mensagem é “olha como sou uma pessoa boa, como ajudo os outros sem receber nada em troca”. Parece ser esta a motivação, quer dizer, novamente não é a preocupação com o outro, mas consigo próprio. É uma ação egoísta e descompromissada.

⁸ Grifos de: Demo, P. (2001). *Brincando de solidariedade: política social de primeira dama*. In M. O. S. Silva (Coord.). *O comunidade solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil* (pp. 43- 69). São Paulo: Cortez.

3.3.4 O voluntariado justificado pela Espiritualidade e/ou religiosidade

Outro ponto em comum, relatado pelos entrevistados, em relação ao voluntariado, foi sobre a religiosidade e/ou espiritualidade. Percebemos, nos relatos, que a gratificação no trabalho realizado também passa a ser uma realização pessoal de espírito, de salvação, de fé e missão de vida na terra:

“Deus nos colocou aqui para a gente ter uma função, e então isso é uma realização e a partir disso eu sei que eu tô apta para fazer qualquer coisa, é uma realização [...] Deus me usou e me deu esse presente de ajudar e eu fico muito feliz.” (E2)

Notou-se que a atividade realizada na instituição é uma realização divina, onde o sujeito é colocado como instrumento de Deus na terra, utilizado para ajudar o próximo. Conforme observamos historicamente, a religiosidade está vinculada ao ser social na medida em que esta dá sentido ao ser humano, vem para suprir suas necessidades, dando explicações para aquilo que não se esclarece no interior do próprio mundo. Esta espiritualidade acaba por influenciar a própria maneira que o indivíduo tem de enxergar o mundo e agir nele. No caso do voluntariado não é diferente, pois a ação de preocupar-se com o outro vem como o elo entre o homem e Deus, e ao realizar o bem ao próximo estaria realizando a própria vontade do criador.

“A realização humana, a realização pessoal que abrange todo o contexto de mulher, o contexto de filha de Deus, o contexto de ser humano.” (E2)

Realizar-se como ser humano e como filho de Deus, a partir desta ação voluntária, mostra-nos o quanto a religiosidade influencia na prática do bem e no medo do castigo. “A educação, ligada à transmissão de princípios religiosos, promove o fortalecimento da cultura do voluntário e constitui importante elemento de manutenção dessa lógica” (Caldana & Figueiredo, 2008, p. 474).

[...] o medo de um castigo em outro mundo e a recompensa pelo que se julga ser uma vida “corretamente vivida” seriam poderosos instrumentos de refreamento da maldade e de estímulo à prática do “bem”. A inexistência do castigo e da recompensa, imediatos ou futuros, pelo contrário, teria consequências desastrosas para a vida social (Tonet, 2016, p. 89).

O voluntariado se apresenta como uma prática contraditória ao atual sistema, visto que não há remuneração na realização deste trabalho e há preocupação com o outro, mesmo no auge da individualidade resultante da própria organização social vigente. Um sistema que se organiza pela exploração dos homens, que gera miséria ao produzir riqueza, e que incentiva a competição, também traz a necessidade de cuidar dos desvalidos, olhados em seu aspecto individual e não de constituição social a partir do sistema. Os indivíduos são então colocados como responsáveis pela demanda social gerada pelo próprio sistema por meio do trabalho voluntário em ONGs e afins.

“Ah eu acho que, tipo, de dentro mesmo, de gratificação de espírito mesmo (risos) eu acho que é essa gratificação, não é financeira, não é nada disso é gratificação espiritual, você entendeu?” (E1)

A ação passa a ser gratificante ultrapassando a barreira financeira e individualista, em que a necessidade pessoal para buscar realizar esta prática é a satisfação pessoal e espiritual motivando esta ajuda ao próximo.

Outro relato trazido ligado a este tema, quando questionado sobre o que motivou a fazer a ação voluntária, o entrevistado E4, por se dedicar a vida religiosa, acredita que não houve escolha para praticar a atividade na entidade, mas que foi levado a fazer, ligada a sua própria missão:

“[...]eu acho que não foi uma decisão minha, eu acho que foi da própria situação, do próprio meio, da própria opção de vida que levou a isso, leva a esse tipo de trabalho.” (E4)

Como se não houvesse outra opção na vida religiosa além da prática do bem na terra, como algo ligado diretamente a missão daqueles que se dedicam a vida religiosa.

“Tem que acrescentar né? Se não... como seria a nossa fé? A nossa missão?” (E4)

Percebemos pelo relato que o elo entre vida religiosa e ação voluntária é automática, porém, não há reflexão ou consciência clara sobre a atividade que se realiza, o porquê ou para quem se realiza. E4 acredita que a atividade acrescenta à sua vida, mas não dá argumentos sobre o que se acrescenta, mas que apenas é algo positivo, ligado a fé e a missão de vida.

“Então eu acho que a gente, como consagrada, deve fazer a diferença. Embora nem sempre consiga. Mas a gente faz a diferença.” (E4)

A entrevistada também destaca que a ação faz a diferença em sua vida, mas também não traz maiores elementos sobre isso. Apenas acredita que o fato de ser consagrada, ou seja, de ter abdicado de uma vida “comum” por uma vida religiosa já faz a diferença no mundo.

Tonet (2016) destaca que embora a religiosidade se apresente como alienante, esta não pode ser considerada negativa em sua totalidade, pois ela impulsiona o avanço do processo de humanização. A propriedade privada traz seus pontos negativos no processo de alienação, mas também impulsiona as forças produtivas, trazendo novas possibilidades para a humanidade.

É preciso compreender que a própria religiosidade não está imune às influências do capital. Apesar de impulsionar os indivíduos a práticas solidárias e humanas, não se consegue atingir um olhar revolucionário que busque, de fato, a transformação social.

Toda forma de religiosidade faz apelos à “conversão interior” ou ao amor ao próximo, à fraternidade, à solidariedade, à preocupação com o bem comum, à caridade, à paz, etc. No entanto, como se pode verificar, a realidade concreta demonstra que esses apelos não contribuem para melhorar o mundo. No máximo recobrem-no com uma fachada formal, enquanto a realidade mais profunda continua a reproduzir a inimizade, a oposição, a desunião, o egoísmo, as guerras e toda sorte de problemas sociais. (Tonet, 2016, p. 80).

Conforme destaca Tonet (2016), é importante superar a visão da religiosidade para poder ter um olhar crítico diante da realidade. É preciso considerar os meios que levam a construção das desigualdades, os seus fundamentos materiais e não apenas desejar um mundo melhor praticando ações pontuais que apenas mascaram esta realidade. “Daí o pacifismo que impregna a ampla maioria dos crentes. Deseja-se um mundo de paz e harmonia, mas rejeitam-se os meios que podem levar à sua construção” (Tonet, 2016, pp. 96-97).

O que se observa, segundo o autor, é que há contradições nos discursos, pois a medida em que há defesa do bem comum, também há defesa dos interesses das classes dominantes, pois só de existir a desigualdade de classes implica que há luta entre as mesmas. Desta forma, não deve haver uma luta entre crentes e ateus, mas que haja um pensamento comum e revolucionário pelo fim da propriedade privada.

O que deve ser combatido é o casamento entre religião e propriedade privada, a concepção idealista da história e todo apelo a poderes extramundanos para a solução dos problemas da humanidade. Para os crentes, é preciso que admitam a necessidade

de compreender a realidade como ela de fato é, sem ingerências religiosas que deformam esse conhecimento, incluindo aí a questão da revolução, da violência, da superação radical da propriedade privada e de todas as alienações que brotam dela e até a própria possibilidade de supressão da religião. Quanto ao restante, trata-se das questões concretas da luta revolucionária e estas não dependem nem da fé nem do ateísmo, mas de circunstâncias concretas. Haverá, certamente, divergências durante a luta, mas o terreno da análise e da resolução dessas divergências deve ser sempre intramundano e nunca o apelo à transcendência. Mais importante que tudo: decidir-se por assumir integralmente a história, engajando-se conscientemente na luta por uma sociedade autenticamente humana, aqui e agora. A superação de toda forma de exploração do homem pelo homem é condição absolutamente indispensável à construção dessa sociedade (Tonet, 2016, p. 147).

A mudança ocorre na materialidade, depende da atividade humana, e depositar a vida em um ser transcendente retira do próprio homem a sua capacidade de poder agir de fato sobre esta realidade e modificá-la.

Percebemos diante destes relatos acerca da influencia da religiosidade, que as necessidades pessoais a serem satisfeitas estão relacionadas a sua visibilidade enquanto uma boa pessoa; a sua isenção de culpa; a salvação de seu espírito; a tranqüilidade da alma e da consciência; o reconhecimento em praticar o bem e preocupar-se com o próximo contribuindo positivamente na sociedade.

De modo geral, compreender o sentido pessoal do trabalho voluntário é, antes de tudo, compreender o significado social desta prática. Conforme destacado anteriormente, observamos que Leontiev (2004), desenvolveu seus estudos acerca da significação relacionando-a ao que os homens constroem em suas relações ao longo dos tempos, a consciência individual do sujeito, ligado à sua época, e que no presente assimila as significações anteriormente construídas de forma generalizada e refletida. Ou seja, quando o sujeito nasce já está imerso em um sistema de significações o qual vai se apropriando na medida em que se desenvolve.

Dessa maneira, o conceito do voluntariado está atrelado ao significado social que este possui, ou seja, que ele já está imerso em um sistema de significações o qual o constituiu como tal longo de sua existência. Não conseguiremos enxergar o significado social do voluntariado por ele mesmo, mas em sua totalidade, atrelado a sua história e das múltiplas

determinações e contradições. Por isso, a importância dos resgates históricos e de destacarmos o exercício do método materialista histórico-dialético ao longo desta pesquisa.

Em relação ao sentido do voluntariado, primeiramente realizaremos um breve resgate acerca deste conceito para seguinte análise. Conforme apontado por Vigotsky (2001), o sentido está vinculado a ação humana, ou seja, o que a atividade provoca na consciência do indivíduo. Leontiev (2004) por sua vez, denomina o conceito de “sentido pessoal” ligado a atividade e na relação entre sujeito e objeto, em que este objeto passa a ser subjetivo pelo processo de internalização do mesmo por meio desta relação.

É preciso relacionar a ação com o motivo da atividade, ou seja, a atividade voluntariado com o seu motivo, o que conseqüentemente lhe dará sentido. Conforme exposto, as atividades estão contidas nas relações sociais e elas são orientadas e reguladas pela necessidade.

O voluntariado integra essas relações e é regulado pela necessidade humana que por sua vez é produzida socialmente e/ou biologicamente. No caso o ato de saciar a fome é caracterizada como biológica, já as necessidades sociais criadas pelo próprio sistema capitalista poderiam ser amenizadas pelo voluntariado na busca de esvaziar os sentimentos negativos gerados por este modo de produção atual, como: solidão, vazio, depressão, inutilidade, culpa, desprazer, dentre outros. Considerando que as necessidades humanas são produzidas, ou seja, que elas não partem de si mesmas, mas existem a partir de seu conteúdo objetivo, percebemos que estas necessidades sociais dos indivíduos não existem ao acaso, mas que são produzidas e correlacionam com a forma de organização social estabelecida.

No que tange ao *sentido pessoal* do voluntariado, o mesmo é o resultado da relação entre o sujeito e objeto, em que no processo de apropriação dos significados (construídos historicamente) atribui o sentido que lhe é particular influenciado por sua forma de sentir, agir e pensar.

Ou seja, retomando o enfoque da seguinte pesquisa, o trabalho voluntário para o sujeito dependerá do sentido que esta atividade tem para o mesmo e, antes disso, o que motiva a ação e quais as necessidades busca suprir. Como pratica, onde, com que frequência, em quais circunstâncias, se existe um planejamento anterior, se existe uma reflexão posterior etc. Qual o lugar estrutural que esta atividade ocupa para este sujeito e o que é apreendido a partir dela? Quais necessidades esta ação busca suprir?

Além disso, podemos concluir que a atividade do voluntariado terá o seu sentido se esta estiver conectada aos motivos do sujeito, e não como uma obrigação imposta ou uma simples reprodução de uma prática. Que deve haver um amplo conhecimento acerca do

significado social desta prática para que o indivíduo possa partir para realização desta atividade de modo menos alienado, do contrário, este buscará suprir muito mais as suas necessidades do que a do outro que inicialmente se propôs ajudar.

O sentido pessoal, de modo geral, está ligado a sua relação com a atividade realizada e o que motiva esta ação. Partindo para o nosso objeto de estudo, no caso o voluntariado, percebemos diante das entrevistas realizadas que quatro categorias foram elencadas enquanto grandes motivadores dessa prática, sendo elas: a necessidade do outro, o espaço de trabalho favorável, o ganho pessoal e o alívio espiritual.

Concluimos que todas elas, de alguma forma, voltam-se para uma necessidade individual, em que não há reflexões coletivas, reflexões do papel do Estado, e tampouco uma ação que edifique, de fato, uma transformação social. São ações pontuais que amenizam o sentimento de culpa, e que geram satisfação para quem as realiza, sem questionar os impactos para aquele que a recebeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise histórica explanada no referencial teórico, seguida pela análise das entrevistas, pudemos observar que a sociedade civil organizada passou a assumir um papel que deveria ser do Estado nas ações de voluntariado. Porém, o foco nunca esteve na coletividade, igualdade social, garantia de direitos, ou transformação social, mas na manutenção do *status quo*, no caso, na sustentação do sistema capitalista.

Percebe-se que os incentivos à prática do voluntariado se fizeram presentes em nossa história em momentos oportunos, ou seja, momentos em que o próprio sistema julga ser viável à prática do trabalho voluntário.

No Brasil colônia, a influência da ação voluntária se baseava na religiosidade. Percebemos que neste período histórico a igreja assumia um papel de apaziguar a população e domesticá-la para fins mercantis e políticos da Europa. A própria igreja também tinha o papel de Estado regulando a ação das pessoas.

Após a Primeira Guerra Mundial, com aumento dos problemas sociais, as pessoas foram mobilizadas a agirem para o desenvolvimento da cidade com ações pontuais, ainda com caráter religioso e de caridade. Voluntários de guerra por exemplo.

Com a crise de 1929 e suas diversas dificuldades econômicas, o Estado passa a intervir no mercado e retira o investimento para a população. Na sequência, com o desenvolvimento do capitalismo, em especial na década de 1930, com aumento na exploração da força de trabalho e nos níveis de desigualdades, expande-se o Estado de Bem Estar-Social para defesa e promoção social, em que a própria sociedade é colocada como responsável pela assistência social e não mais o Estado.

Já por volta de 1940 que começa a ser conhecido o termo ONG – Organização Não-Governamental, criado pela ONU para referir-se a instituições não oficiais financiadas por órgãos públicos para executar projetos dentro de uma filosofia de desenvolvimento no pós-guerra. Essas entidades surgiram para dar suporte à população marginalizada, com um custo reduzido.

Em 1942, houve a criação da chamada Legião Brasileira de Assistência (LBA), para atender as famílias em que os provedores da casa estavam envolvidos com questões da Segunda Guerra Mundial. Cabe destacar que o interesse da guerra era de roupage m capitalista.

Nesta época, também iniciaram as ações na área trabalhista, que surgiram por um forte descontentamento dos trabalhadores que ameaçavam o sistema vigente, diante das conseqüências ocasionadas pelo próprio capital. A intenção era manter a ordem e a conciliação entre trabalhadores e empregadores.

Ao buscar o progresso e modernização surge O “Nacional Desenvolvimentismo” (1930-1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI.” (Machado, 2012, pp. 3488-3489). A preocupação maior era contra o comunismo que causava ameaça com a Guerra Fria, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1970, no Brasil, houve um grande fortalecimento da sociedade civil nas ONGs, em oposição ao estado autoritário (ao falar que as pessoas tinham liberdade e até autonomia para as questões sociais).

Na década de 1980, o Brasil pós-governo ditatorial, diante das insatisfações da população e da necessidade de superar a crise econômica, a esfera privada passa a se fortalecer em detrimento da esfera pública, assim como o voluntariado e as empresas passam a assumir responsabilidades antes tidas como do Estado. Surge o voluntariado empresarial.

Cabe ressaltar que no Governo de José Sarney (1985) foi criada a Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC (Decreto 91.500/1985), que tinha como função primordial na área social o repasse de recursos com características fundamentalmente políticas.

Com a Constituição de 1988 e avanço dos interesses do mercado, exige-se uma maior amplitude das práticas sociais, passando o Estado a propagar ainda mais a responsabilização da sociedade na realização dessas práticas.

Além dessas características das políticas sociais voltadas ao interesse de classes, cabe destacar que conforme os relatos trazidos nas entrevistas, a ideologia neoliberal contaminada pelo sistema econômico capitalista passa a ter um novo discurso, em que segundo Fagundes, “somente as ações individuais por serem ímpares seriam edificadoras da liberdade e do direito às diferenças” (2006, p. 90).

Existe uma conformidade com a omissão do Estado e há uma auto responsabilização do indivíduo na prática das ações sociais. É como se tivesse mais valor a ação executada de pessoa para pessoa do que a do Estado, pois aquela seria tida como mais edificadora para o ser humano. O voluntário busca na ação social um meio de satisfação pessoal, uma atividade que lhe permita a concretização de sua missão espiritual e/ou religiosa, que lhe proporcione um comportamento solidário, e que lhe favoreça um ambiente de trabalho positivo e

agradável. É como se o atual sistema não preenchesse suas necessidades, e o voluntariado passasse a lhe dar o sentido.

Ao retomar a minha pergunta inicial sobre o sentido pessoal do trabalho voluntário, e partindo da análise teórica seguida pela pesquisa de campo com os entrevistados, percebi que este se relaciona com o significado em um processo de alienação. Conforme observei, o *significado social* está diretamente ligado à construção histórica da humanidade, tudo o que foi acumulado e construído por meio das relações entre os homens, e as diferentes práticas sociais desenvolvidas no decurso desse processo. O ser humano já nasce em um sistema de significações do qual ele se apropria ao longo de sua vida.

Sendo assim, o significado do voluntariado, conforme observado nesta pesquisa, está atrelado à história da luta de classes, culminando na organização social estabelecida pelo capital e gerando as desigualdades sociais. Essas mazelas sociais, por sua vez, não são supridas pelo Estado, pois este não tem o interesse em combatê-las, passando a sociedade civil a se ocupar dessa responsabilidade, e o Estado em manter a economia.

Dessa forma, o sujeito parte para realização da atividade voluntária de forma alienada, sem consciência real das dimensões dessa atividade e do seu real significado na sociedade capitalista em que se insere.

Ao partir dos resultados colhidos nas entrevistas realizadas, pude observar que cada sujeito possui a sua motivação particular e o seu sentido pessoal para a realização da ação voluntária. O envolvimento das mulheres na questão social foi um dado considerado bastante relevante e historicamente presente, pois dos seis entrevistados apenas um era do sexo masculino, confirmando que o fenômeno não é atual, em que o gênero feminino está vinculado ao cuidado, inclusive, das questões sociais.

Outra informação a salientar na pesquisa, foi a necessidade do outro como motivador da ação voluntária, trazendo o seu sentido pessoal. A partir dos relatos, observei que os voluntários traziam as carências dos usuários do serviço (idosos acolhidos) e de doarem tempo, carinho, atenção para suprir essa falta de alguma maneira. Apesar do resgate aos valores humanos nessa superação do individualismo reforçado pelo sistema capitalista, é importante ressaltar que a ação voluntária não deve vir para substituir o dever do Estado.

Também foi possível verificar, por meio deste trabalho de campo, que os voluntários, muitas vezes, colocam o espaço (ambiente da ação) do voluntariado como um espaço de trabalho positivo, sem cobranças e sem responsabilidades. Além disso, é um local em que se pode desenvolver uma atividade considerada útil socialmente, com visibilidade positiva, e isento de algumas cobranças que existiriam em outro emprego remunerado. Ao ser equiparado

a um campo de trabalho formal, muitas vezes a instituição aproveita-se desta mão-de-obra sem custo para prestar o serviço que deveria ser realizado por alguém devidamente qualificado.

Outro aspecto levantado nas entrevistas realizadas, é que o bem-estar proporcionado pelo autor da ação é muito evidente, não demonstrando uma preocupação com o outro em si (o usuário atendido que deveria receber o benefício), mas no prazer, na sensação de bem-estar proporcionada ao próprio voluntário enquanto motivador de sua ação, ou seja, o sentido pessoal do voluntariado enquanto satisfação própria.

Também concluí, a partir das falas, a relação entre voluntariado e espiritualidade, que a benfeitoria e a caridade são práticas essenciais para garantia da salvação da alma e/ou alívio de consciência. Assim como a religiosidade mantém o sistema capitalista conforme observado, esta se vincula a outras práticas sociais existentes para legitimar esta organização social.

De modo geral, o sentido pessoal do voluntariado está ligado diretamente à atividade e aos motivos que geram a ação: seja pela necessidade do outro; seja na realização da atividade como espaço de trabalho prazeroso; seja para sua própria realização e prazer; ou para obter alívio do sentimento de culpa gerado pela influência religiosa da caridade. Em todos os casos, a motivação remete de algum modo a um ganho pessoal. A sociedade naturaliza esta (des)reponsabilização do Estado e, havendo este retorno positivo para o sujeito, pouco se questiona sobre o voluntariado em sua essência, e ainda menos sobre a omissão do Estado e as demais contradições apresentadas.

A partir do que está posto (o que foi historicamente construído e da forma atual de organização dos homens em sociedade), e dos dados levantados nesta pesquisa, pude realizar algumas proposições possíveis para que a prática do voluntariado ocorra de maneira mais efetiva e positiva.

As instituições sociais de terceiro setor deveriam estabelecer seus critérios mínimos para o cadastro de seus voluntários, e na sequência capacitá-los e sensibilizá-los para a ação. Para isso, a equipe dessas entidades também deveria estar munida de conhecimentos acerca da história e suas contradições, bem como o papel fundamental do Estado na garantia de direitos. Ao dominarem o conhecimento, essas equipes poderiam esclarecer aos seus voluntários acerca do dever do Estado, sobre o público atendido e suas demandas reais para aí, sim, poderem realizar a atividade dentro da organização social. Dessa maneira, o sujeito realizaria

a atividade voluntária de forma menos alienada, com uma maior consciência das dimensões dessa atividade, e do seu real significado na sociedade em que se insere.

É importante reconhecer que qualquer tipo de ação voluntária, seja ela de cunho social ou ambiental, tem o seu impacto positivo ainda que mínimo. Porém, não podemos ser ingênuos acreditando que haverá, de fato, transformação social neste tipo de prática, quando na realidade as mesmas são produtos do próprio sistema vigente.

REFERÊNCIAS

- Almeida, N. B. (2017). Reflexões sobre a atuação de psicólogos na assistência social – algumas contribuições da psicologia histórico-cultural. Maringá, 2017.
- Araújo, L. F. & Carvalho, V. A. M. L. (2005). Aspectos Sócio-Históricos e Psicológicos da Velhice. *Revista de Humanidades*. (v. 06, n. 13, pp.228-236). Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Recuperado em 17 de julho de 2016 de <http://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/278/254>.
- Araújo, C. L. de O.; Souza, L. A.; Faro, A. C. M. (2010). *Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil*. História da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE). Vol.1. n.2., pp. 250-262.
- Borba, E. R. L. (2001) *Terceiro Setor: responsabilidade social e voluntariado*. Elisabete Regina de Lima Borba (Org.), Lenyr Rodrigues Borsa, Roldite Andreatta. – Curitiba: Champagnat.
- Brasil. Decreto n.91.500, de 30 de julho de 1985. Recuperado em 02 janeiro, 2017 de <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91500-30-julho-1985-441828-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- Brasil. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o Trabalho Voluntário.
- Caldana, A. C. F.; Figueiredo, M. A. C (2008). O Voluntariado em questão: a subjetividade permitida. *Psicologia ciência e profissão*. Brasília, v.28, n.3, p. 466-479, 2008. Recuperado em 23 agosto, 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932008000300003&script=sci_arttext.
- Carta capital (2015). *Oxfam: Em 2016, 1% mais ricos terão mais dinheiro que o resto do mundo*. Matéria de Economia publicada em 19 de janeiro de 2015. Recuperado em 28 março, 2017 de <https://www.cartacapital.com.br/economia/oxfam-em-2016-1-mais-ricos-terao-mais-dinheiro-que-resto-do-mundo-8807.html>.
- Cisne, M. (2004). *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria de gênero na histórica “feminização” da profissão*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Recife:PE. Recuperado em 20 agosto, 2017 de http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9916/arquivo9102_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Correa, M. (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 125 p. ISBN 978-85- 7983-003-7. Available from SciELO Books . Recuperado em 30 agosto, 2017 de <http://books.scielo.org/id/4v5z9/pdf/correa-9788579830037-02.pdf>.
- Cury, C. R. J. (1985). As categorias. Em: *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo* (pp. 21-52). São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Duarte, Newton (1996). A escola de Vigotski e a educação escolar (hipóteses para uma leitura pedagógica da Psicologia Histórico Cultural). Em: Duarte, Newton (Org.) *Educação*

- escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski* (pp.75-106).Campinas: Autores Associados.
- Duarte, N. (2004). *Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, pp.44-63. Recuperado em 23 agosto, 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20091.pdf>.
- Elkonin, D. (1996). Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância. Texto traduzido por Newton Duarte, para fins didáticos, do original em: Davidov, V. & Shuare, M. *La Psicología Evolutiva y Pedagógica en la URSS (Antología)*. Moscou: Editorial Progreso, 1987, pp. 104-124.
- FACCI, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 62, pp. 64-81, abril 2004. Recuperado em 10 agosto, 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20092.pdf> Acesso em: 10 ago. 2017.
- Fagundes, H. S (2006a). *As Repercussões do Voluntariado e da Solidariedade nas Políticas Sociais no Brasil*. Sociedade em Debate, Pelotas, 12(1): 87-102, jun. Recuperado em 18 novembro, 2015 de <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/438/392>.
- Fagundes, H. S (2006b). *O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais*. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. Recuperado em 23 outubro, 2015 de revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/1029/809.
- Faleiros, E. T. S. (2011). A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e Império. Em: Rizzini e Pilotti (Org.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp.203-222). São Paulo: Cortez.
- Gastaldo, D. M.; Meyer, D. E. (1989). *A formação da enfermeira: ênfase na conduta em detrimento do conhecimento*. Rev. bras. enferm. [online]. 1989, vol.42, n.1-2-3-4, pp.7-13. ISSN 0034-7167. Recuperado em 26 janeiro, 2018 de <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71671989000100002>.
- Hobsbawn, E. J. (2002). *A era do capital – 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Huberman, L (1986). *A história da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Hudson, M. (1999). *Administrando Organizações do Terceiro Setor*. São Paulo. Makron Books.
- Ibope (2011). *Pesquisa Projeto Voluntariado Brasil 2011*. Recuperado em 23 outubro, 2015 de <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/relatoriospesquisas/Lists/RelatoriosPesquisaEleitoral/OPP%20110274%20-%20CVSP%20Voluntariado%20Brasil.pdf>.
- Informe Oxfam 210 (2016). *Uma economia para o 1%*. Janeiro de 2016. Relatório Completo. Recuperado em 28 março, 2017 de <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20->

%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf.

- Konder, L. (2008). *O que é dialética*. Coleção primeiros passos. 22ª ed. São Paulo: Editora brasiliense.
- Kunzler, R. B. (2009). *A ressignificação da vida cotidiana a partir da aposentadoria e do envelhecimento*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em 16 julho, 2016 de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5159/1/000411382-Texto%2BCompleto-0.pdf>.
- Lessa, S. e Tonet, I. (2008). *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed. 2ª tir. 2009.
- Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ed. Ciências del Hombre.
- Leontiev, A. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. Tradutor Rubens Eduardo Frias. 2. Ed. São Paulo: Centauro.
- Machado, A. M. B. (2012). *O Percurso Histórico das ONGS no Brasil: Perspectivas e desafios no campo da educação popular*. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Recuperado em 22 outubro, 2015 de http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf.
- Martinelli, M. E. *A deterioração dos direitos de igualdade material no neoliberalismo*. Campinas: Millennium Editora, 2009.
- Martins, L. M. (2008). Introdução aos fundamentos epistemológicos da Psicologia Sócio-Histórica. MARTINS, Lígia Márcia. (Org.) *Sociedade, educação e subjetividade: reflexões temáticas à luz da Psicologia Sócio-Histórica*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista Pró-Reitoria de Graduação, pp.33-60.
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martoran). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K (1996). *O capital – crítica da economia política*. Vol.1. São Paulo: Nova Cultura. Recuperado em 22 outubro de http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf.
- Melo, L. C. B. (2017). *O sentido e o significado do ensino médio para os estudantes: um estudo a partir da Psicologia Histórico-Cultural*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Montaño, C. (2002). *O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”*. Revista Lutas Sociais, produzida pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados

- em Ciências Sociais da PUC-SP. Recuperado em 10 fevereiro, 2018 de http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf.
- Montaño, C. (2008). *Terceiro setor e questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5 ed. São Paulo: Cortez.
- Montaño, C. (2014). *O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”*. Montaño, C. (Org.). São Paulo: Cortez.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Netto, José Paulo; Braz, Marcelo (2006). Trabalho Sociedade e Valor. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Organização Mundial de Saúde (2015). *Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde*. Recuperado em 16 julho, 2016 de <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>.
- Passos, I. C. (2015). *Assistência Social no Brasil durante a Ditadura Militar: benefícios e beneficiários*. Pôster apresentado no Salão UFRGS 2015. Recuperado em 15 dezembro, 2017 de https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/136379/Poster_41243.pdf?sequence=2.
- Pollo, S. H. L.; Assis, M. (2008). *Instituições de longa permanência para idosos - ILPIS: desafios e alternativas no município do Rio de Janeiro* Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, vol. 11, núm. 1, 2008, pp. 29-43 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado em 22 outubro, 2016 de <http://www.redalyc.org/pdf/4038/403838777004.pdf>.
- Quaresma, S. J. e Boni, V. (2005). *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, p. 68-80. Recuperado em 02 janeiro, 2017 de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>.
- Reis, C. W. (2011). *A atividade principal e a velhice: contribuições da psicologia histórico-cultural*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Rios, C. F. M. (2015). *O trabalho como atividade principal na vida adulta: contribuições ao estudo da periodização do desenvolvimento psíquico humano sob o enfoque da psicologia histórico-cultural*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Rodrigues, M.; Ayabe N. H.; Lunardelli M. C. F. & Canêo L. C (2005). A Preparação para a Aposentadoria: O Papel do Psicólogo frente a essa Questão. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (1), pp. 53-62. Universidade Estadual Paulista, Bauru.
- Santana, P. S; Silva, J. A. S; Silva, V. S. (2013). *Histórico da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais*. Recuperado em 21 maio, 2017 de <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspublicas/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf>.

- Santos, V.S. (s/d). Acidente em Mariana (MG) e seus impactos ambientais. *Mundo educação*. Recuperado em 21 maio, 2017 de <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/acidente-mariana-mg-seus-impactos-ambientais.htm>. Recuperado em: 21 mai. 2017.
- Sawaia, B. (2001). *As artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes.
- Senra, C. M. G.; Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicol. Soc. vol.24 no.2 Belo Horizonte*. Recuperado em 21 maio, 2017 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006.
- Tanamachi, E. R. (2007). A psicologia no contexto do materialismo histórico dialético: elementos para compreender a psicologia histórico-cultural. In: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo e FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs.). *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp.63-92.
- Tolstij, A. (1989). *El hombre y la edad*. Moscou: Editora Progresso.
- Tonet, Ivo (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Tonet, Ivo (2016). *Marxismo, religiosidade e emancipação humana*. Maceió: Coletivo Veredas.
- Torres, R.C.L. (2013). *Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle*. Bahia: Editora JusPodivm.
- Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. (2ªed). Maringá: Eduem.
- Vigotsky, L. S. (1996). El problema de la edad. Em: *Obras escogidas IV*. Madrid: Visor.
- Vigotsky, L. S. (1996). O significado Histórico da Crise da Psicologia. Uma Investigação metodológica. In: *Teoria e método em psicologia*. São Paulo, Martins Fontes.
- Vigotsky, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Watanabe, H. a A. W.; DiGiovanni, V. M. (2009). Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)* n.47, pp. 69-71. Recuperado em 20 agosto, 2017 de http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/n47/a17_bisn47.pdf.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social”: Perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. *Psicologia e Sociedade*. 19(1). Recuperado em 19 fevereiro, 2016 de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a05v19n1.pdf>.

APÊNDICES


APÊNDICE 1

Documento de anuência da Instituição

Autorização do (a) responsável pela Instituição

Eu, Terezinha Maria Pamplona, Diretor (a) da Instituição A.C.B.N.L – Lar dos Velinhos, autorizo que o mesmo participe da pesquisa que será desenvolvida pela pesquisadora Michelle Aparecida dos Santos, portadora do RG nº 9.830.476-2 e CPF nº 054.543.599-47, sob a orientação da Profª. Drª. Zaira F. de Rezende Gonzalez Leal, portadora do RG nº 3.537.347-0 e CPF nº 609.592.239-91, intitulada: “O trabalho voluntário: Uma análise de relatos de voluntários do Lar dos Velinhos segundo a Psicologia Histórico-cultural”, a qual tem como objetivo compreender este trabalho e os sentimentos gerados pelo mesmo a partir da realização de entrevistas abertas com voluntários atuantes na instituição de terceiro setor Lar dos Velinhos.

Para a realização da pesquisa é assegurado o anonimato sobre a identidade dos participantes, bem como do estabelecimento e da cidade em que a pesquisa será realizada. Cabe ressaltar que a mesma será submetida à apreciação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá.



Assinatura do (a) Diretor (a)

RG nº: 643.659 - SSP/SC

CPF nº: 148.318.050-68

APÊNDICE 02

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada O trabalho voluntário: uma análise de relatos de voluntários do Lar dos Velhinhos segundo a Psicologia Histórico-Cultural, que faz parte do curso do Programa de pós-graduação em Psicologia-Mestrado, e é orientada pela Profª. Drª. Zaira F. de Rezende Gonzalez Leal da Universidade Estadual de Maringá - UEM. O objetivo da pesquisa é estudar o trabalho voluntário e os impactos desta atividade na subjetividade do voluntário, segundo a psicologia histórico-cultural. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se dará da seguinte forma: apresentação pessoal do pesquisador e da pesquisa. Em seguida, será realizada uma entrevista embasada por um roteiro previamente elaborado que abrange a temática e os assuntos pertinentes a serem desenvolvidos. Será necessária para a realização da entrevista aproximadamente 1 hora com cada participante, sendo possível seu prolongamento, e o horário será marcado com antecedência. O local para realização das entrevistas será a própria instituição social Lar dos Velhinhos.

Informamos que poderão ocorrer possíveis riscos e/ou desconfortos. No caso de ocorrer algum desconforto durante o processo, será permitido a cada participante abandonar a pesquisa no momento que quiser, já que sua participação é voluntária. Caso ocorra alguma reação emocional por parte dos participantes, a pesquisadora coloca-se à disposição para reparar possíveis danos e realizar atendimento psicológico se necessário, justificado pelo fato da pesquisadora ser psicóloga. Gostaríamos de esclarecer que a participação do entrevistado é totalmente voluntária, podendo ele: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Para as entrevistas será utilizado um gravador, mediante o consentimento do participante, sendo que as gravações e as transcrições serão guardadas por cinco anos e depois descartadas.

Os benefícios esperados para essa pesquisa são uma contribuição de forma científica e social para compreender a subjetividade do voluntário das instituições de terceiro setor, particularmente da instituição de longa permanência denominada Lar dos Velhinhos. Serão investigados os sentimentos gerados a partir desta ação, a importância e os impactos dela na subjetividade deste sujeito enquanto agentes de transformação social. O retorno dos eventuais benefícios e/ou resultados da pesquisa aos participantes se dará mediante contato com os mesmos para que seja marcado dia e horário para que a pesquisadora possa deslocar-se até a instituição social e realizar a entrevista devolutiva.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,.....
 declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Profª. Drª. Zaira F. de Rezende Gonzalez Leal.

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Michelle Aparecida dos Santos, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa "O trabalho voluntário: uma análise de relatos de voluntários do Lar dos Velhinhos segundo a Psicologia Histórico-Cultural."

_____ Data:.....

Assinatura da pesquisadora

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Michelle Aparecida dos Santos

Endereço: Rua Emilia Kazumi Onaka Sakamoto, n.81, Jardim Atami, Maringá-PR

Telefone: (44) 99947-0454 ou (44) 3222-6595

E-mail: michellesantos1987@hotmail.com

Nome: Zaira F. de Rezende Gonzalez Leal (professora orientadora)

Endereço: Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá

Avenida Colombo, n. 5790, Bloco 118

Telefone: (44) 3011-4291

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

APÊNDICE 3

Roteiro de Entrevista:

Iniciais do nome;

Sexo;

Idade;

Trabalha com outra atividade?

Há quanto tempo faz trabalho voluntário?

Como decidiu fazer o trabalho voluntário?

Você gosta de realizar este trabalho? Quais as dificuldades encontradas por você para realizar essa atividade?

O que faz com que você continue a exercer trabalho voluntário?

O trabalho voluntário traz gratificações? Quais?

Considera importante o trabalho voluntário? Por quê?

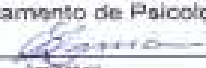
Que tipo de contribuição você acredita estar dando em sua atividade voluntária?

O que sente a partir desta ação voluntária?

Você acha que o trabalho voluntário acrescenta algo à sua vida? Que contribuições ele traz para você?



FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O trabalho consistirá: uma análise de relatos de voluntários do Lar dos Velhos segundo a psicologia freudiana-cultural.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 8			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7: Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ZAIRA FATIMA DE REZENDE GONZALEZ LEAL			
6. CPF: 408.602.230-01		7. Endereço (Rua, n.º): PIONEIRO BENJAMIN FERNANDES DIAS JR/CDM IGUAÇU SET MARINGÁ PARANÁ 87082180	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (44) 3255-2369	
		10. Outro Telefone:	11. E-mail: zairaleal@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Terho ciência que esta folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>16/01/17</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Estadual de Maringá		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
15. Telefone: (44) 3011-4888		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>ELIZABETH LIMA</u>		CPF: <u>383.541.966-87</u>	
Cargo/Função: <u>CHEFE DE DEPARTAMENTO</u>		Universidade Estadual de Maringá Departamento de Psicologia	
Data: <u>16/01/17</u>		 Assinatura Prof.ª Dr.ª Elizabeth Lima Chefe do Departamento de Psicologia	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
NÃO SE APLICA			



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O trabalho voluntário: uma análise de relatos de voluntários do Lar dos Velhinhos segundo a psicologia histórico-cultural

Pesquisador: ZAIRA FATIMA DE REZENDE GONZALEZ LEAL

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63778317.0.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.937.715

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo deste projeto será estudar o trabalho voluntário e os impactos desta atividade na subjetividade do voluntário, segundo a psicologia histórico-cultural.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem o objetivo de analisar o trabalho voluntário, sua história, suas contradições, as motivações e os impactos desta atividade na subjetividade humana. Para isso serão realizados questionários com seis voluntários em atividade na instituição Lar dos Velhinhos – Maringá – PR, e posterior análise qualitativa a partir da psicologia histórico-cultural. O protocolo de pesquisa restou pendente em reunião deste Comitê para que o investigador esclarecesse no TCLE se os voluntários seriam maiores de 18 anos. Recomenda-se que a pesquisa seja realizada apenas com participantes voluntários maiores de 18 anos, capazes de exarar o consentimento livre e

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 1.937.715

esclarecido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta folha de rosto devidamente preenchida e assinada pela chefe do departamento de psicologia Dra. Elisabeth Lima. Apresenta TCLE. Apresenta cronograma coerente com a execução do projeto. Apresenta documento de anuência devidamente assinado pela diretora da Instituição Terezinha Maria Pamplona. Apresenta orçamento no total de R\$ 110,00.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

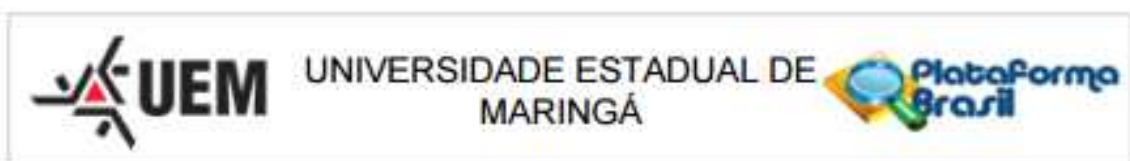
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_846152.pdf	16/01/2017 15:45:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	16/01/2017 15:43:51	ZAIRA FATIMA DE REZENDE GONZALEZ LEAL	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	16/01/2017 15:40:21	ZAIRA FATIMA DE REZENDE GONZALEZ LEAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcle.pdf	16/01/2017 15:37:51	ZAIRA FATIMA DE REZENDE GONZALEZ LEAL	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia.PDF	16/01/2017 15:33:50	ZAIRA FATIMA DE REZENDE GONZALEZ LEAL	Aceito
Folha de Rosto	Untitled_20170116_151512.PDF	16/01/2017 15:32:03	ZAIRA FATIMA DE REZENDE GONZALEZ LEAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br



Continuação do Parecer: 1.937.715

Não

MARINGÁ, 22 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
Ricardo Cesar Gardiolo
(Coordenador)

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
UF: PR Município: MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: cocep@uem.br

TRANSCRIÇÕES

TRANSCRIÇÃO 1

M: idade?

E1: eu tenho 42 anos.

M: Você trabalha com um outra atividade fora do Lar?

E1: Não, Fora do lar não, só no lar, e no salão né.

M: Você tem um salão?

E1: Tenho salão na minha casa. Trabalho nele.

M: A tá certo. Aí você vem no lar nas suas horas vagas?

E1: Na minha hora vaga, que segunda-feira eu não abro o salão aí eu venho de segunda-feira pro lar para fazer meu voluntariado.

M: Ai que bacana. E a quanto tempo você faz trabalho voluntário?

E1: Já tentei em outra instituição só que não deu certo voluntariado. Essa é a segunda instituição que eu tô fazendo mas deve ter uns 2, 3 anos que eu já faço voluntariado.

M: E como que você decidiu começar afazer o trabalho voluntário?

E1: Ah eu acho que sei lá as pessoas necessitam né de um cuidado, de um carinho, às vezes nem é tanto o seu trabalho, mas um tempo dedicado a eles né? Porque geralmente são pessoas que tem, que estão sós que e não tem quem faça serviço específico deles igual cabelo acho que é uma necessidade, uma prioridade eu acho! Cabelo barba essas coisas são prioridades por quê? Porque é higiene eu vejo como higiene você entendeu para deixar eles mais asseadinhos entendeu, então barba, cabelo pra mim é uma parte higiênica. Pra mim é uma forma de saúde entendeu? Visa pra mim questão de saúde, a limpeza, então eu vejo dessa forma e carinho também, o cuidado, a atenção.

M: E você gosta de realizar esse trabalho?

E1: Muito. Muito. Muito bom, muito gratificante.

M: quais as dificuldades encontradas por você para realizar essa atividade?

E1: nesse caso, eu acho que grau zero de dificuldade, não tem nenhuma dificuldade para realizar esse trabalho, nenhuma.

M: o que faz com que você continue a exercer o trabalho voluntário, a voltar aqui toda segunda-feira?

E1: eu acho que a dedicação mesmo no trabalho carinho atenção sabe, que você pode dar para alguém que tá precisando, você entendeu? eu vejo assim eu vejo como uma atenção que é necessária para quem precisa.

M: o trabalho voluntário ele te traz gratificações?

E1: Com certeza.

M: que tipo de gratificação?

E1: Ah eu acho que tipo de dentro mesmo, de gratificação de espírito mesmo (risos) eu acho que é essa gratificação não é financeira não é nada disso é gratificação espiritual, voce entendeu?

M: Voce considera importante o trabalho voluntário?

E1: eu acho sempre, eu sempre quis fazer, sempre que pude fiz entendeu? Sempre que eu posso eu faço pelas pessoas que eu acho que tem mais necessidade, eu vejo sempre isso, eu vejo necessidade das pessoas Entendeu? Qual é a necessidade da pessoa aí dessa forma eu vejo como posso trabalhar com a necessidade da pessoa.

M: então é por isso que você acha importante né?

E1: por isso

M: Que tipo de contribuição Você acredita estar dando em sua atividade voluntária?

E1: Hum...repete a pergunta

M: Como que você acha que tá contribuindo dando o seu trabalho aqui no lar?

E1: a contribuição de coração mesmo contribuição de Não especificamente financeira como eu disse para você mas de coração, entende?

M: e o que que você sente a partir dessa ação voluntária se fosse assim para você falar de sentimentos que geram em você a partir dessa ação?

E1: eu fico, sei lá, o meu coração ficar cheio meu coração ficar grande (risos) eu acho que é isso eu acho que é necessário quando precisando eu tô aqui Você entende? é dessa forma que eu vejo.

M: você acha que o trabalho voluntário acrescenta algo a sua vida pessoal, profissional?

E1: com certeza, com certeza.

M: Que tipo de contribuição você acha que ele traz para você?

E1: como pessoa eu acho que engrandece eu como pessoa entendeu? me faz ser mais, me faz me sentir melhor, uma pessoa melhor entendeu? eu vejo como se fosse um sentimento de tá sendo uma pessoa melhor, melhor para o mundo.

M: então essas são as contribuições que você acredita que o trabalho traz para você?

E1: sim na forma de não não de não retribuir de forma financeira mas de forma de coração mesmo entendeu me engrandece como pessoa saber que alguém precisa e eu tô ali a hora que a pessoa precisa sem ver quem sem haver a quem nada disso Só pelo fato de poder ajudar alguém e saber o que ela fez o que ela não fez isso pra mim não importa

M: Você tem mais alguma consideração para fazer sobre o trabalho voluntário em geral?

E1: no geral todo mundo deveria fazer isso (risos) todo mundo vê de trabalhar com isso de voluntariado entendeu? Às vezes a pessoa tem um dom para outra coisa entendeu daquela forma que é o dom dela Ela poderia tá ajudando é isso que eu vejo

M: Ah legal! Bom então agradeço a sua participação.

E1: Se te Ajudou né? (risos)

M: Então são essas as perguntas que eu precisava que fossem respondidas por um voluntário que tá trabalhando diretamente no caso com os idosos aqui do lar dos velhinhos muito obrigada

E1: de nada

TRANSCRIÇÃO 02

M: Idade?

E2: 46

M: Você trabalha com alguma outra atividade?

E2: No Comércio

M: A quanto tempo faz que você realiza trabalho voluntário?

E2: Olha numa instituição aqui dois anos. fora dele des que... des que acho que comecei aos 21. 21 anos pode-se dizer que eu comecei a ajudar né ajudar uma coisa ajudar outra né? mas instituição mesmo faz dois anos.

M: Olha só. e quando você decidiu começar a fazer trabalho voluntário?

E2: sempre eu sabia que um dia eu encontrar isso que hoje eu faço só que é difícil porque também não se tem a gente fala hoje voluntário as vezes as pessoas elas querem ajudar só que não existe convite. você não tem essa, essa disponibilidade todo mundo um dia fala assim eu quero ajudar mas não chega de concreto e fala assim olha Poxa a gente tá precisando fazer isso isso eu diria, não cai fácil na nossa mão e isso então eu comecei, eu descobri que aqui no lar tinha uma missa ao sábado à tarde e como o dia de domingo a gente tem comércio lá né, então achei uma boa e comecei vim. quando eu cheguei aqui eu reconheci um senhor que eles levam os idosos lá na missa né. Eu reconheci esse senhor que era um vendedor do meu pai de rodo a muitos anos atrás. Aí eu xxxxxx tocar aí eu vi o dia que eu poderia vim aqui fazer visita aí vim comecei a visitar ele, vi o dia que poderia, aí disso eu fui dando uma olhada aí eu fui visitar os outros na enfermaria aí eu já me deu aquela vontade de assim, de ter daí eu e uma amiga de começar a fazer um trabalho de cultura de pintura e um monte de coisa de história e nisso eu conversei com a irmã e a irmã permitiu, eu assinei um termo de voluntário né? de voluntária, aí comecei a trabalhar com eles toda semana aí "se" tornei madrinha desse seu mas é como eu falo aqui que quando eu tenho tempo a sua madrinha de todos porque eu tento ver a necessidade de cada um da enfermaria que eu fico mais ali né. aí um dia a irmã me convidou para vim aqui falou assim, Oi tá tendo bazar você não quer me ajudar um pouquinho? falei vou que como a gente é voluntário já tem uma coisa você faz qualquer coisa né? você não escolhe por fazer você já quer ser voluntário então voluntária é ajudar onde você precisa né onde a pessoa tá precisando, daí vim, dei uma virada no bazar a irmã gostou porque como já sou do Comércio é diferente né uma voluntária que se encaixou certinho aí pronto a coisa deslizou. aí hoje até faltar tempo para fazer mais né mas é totalmente completado meus dias.

M: e você gosta de realizar esse tipo de trabalho?

E2: amo (risos)

M: quais são os tipos de dificuldades encontradas por você para realizar essa atividade?

E2: muitas vezes você não você se encontra assim é a dificuldade do ser humano por causa que a pessoa que muitas vezes já tá também sendo voluntária, Você parece que você tá ocupando espaço dela e você vai ajudar então você entra numa instituição ou aonde você vai que já tem aquele grupo e você entra com aquele, Ah eu tenho algo novo assusta muitas vezes, a dificuldade do ser humano é aceitar o outro dentro da realidade dele né? isso é mais difícil.

M: o que você, o que faz com que você continue a exercer trabalho voluntário

E2: Por que se passou é a minha vida a minha vida sem é...esse eu não digo nem voluntária eu tô sendo voluntário para mim mesmo se for para mim viver a vida só para mim eu não to realizada sempre tive essa necessidade não tô realizada.

M: o trabalho voluntário que traz gratificações?

E2: todas (risos)

M: quais por exemplo?

E2: a realização humana, a realização pessoal que abrange todo o contexto de mulher o contexto de filha de Deus, com o contexto de ser humano.

M: você considera importante o trabalho voluntário? e porquê?

E2: olha é necessário é dons, tipo assim, eu tenho esse dom hoje a irmã descobriu um dom meu maior até de ficar com eles lá na enfermaria conversando, por que eu venho faço esse bazar e tudo aqui vai se tornar para eles é uma volta para eles eu outro sentido né? Então é só que esse é meu dom então outros teriam é... vontade também de muitas vezes você vontade de "voluntariar" mas se você não entende comércio não entende disso só que você é uma boa costureira você é uma boa bordadeira você gosta de fazer uma faxina ajudar na cozinha preparar festa decorar um salão então cada um só fala e diz assim: ela querer ser voluntária e ver qual que é o dotes dela para ser usado.

M: e que tipo de contribuição Você acredita estar dando em sua atividade voluntária?

E2: no momento financeiro, muito, porque eu tô fazendo uma área que vai arrecadar fundos, então é mais o financeiro né?

M: o que você sente a partir desta ação voluntária, quanto sentimento gera em você?

E2: Liberdade

M: Você acha que trabalho voluntário acrescenta algo em sua vida?

E2: tudo, éééé de assim, vida ele representa vida você sai querendo sabendo porque o ser humano Ele nasce eu acho de assim nos já para fazer algo né? Deus nos colocou aqui para a

gente ter uma função e então isso é uma realização e a partir disso eu sei que eu tô apta para fazer qualquer coisa é uma realização.

M: que contribuições ele traz para você?

E2: novamente eu digo a liberdade, a liberdade de, a liberdade de ser humano de saber o que eu faço eu posso, eu sou alguém mesmo sem estudo, mesmo que na minha idade a gente não teve estudo, mais que algo que eu posso, que eu pude descobrir de Assim, hoje o Senhor, que falo, Deus me usou e me deu esse presente de ajudar muito eu fico muito feliz com retorno desse bazar muito porque com esse dinheiro aqui se resolve muita coisa pendente que tem no lar mas lar tem muita prioridade necessária mas tem aquele banheiro que precisa se feito, umas camas que precisam ser reformadas, é igual uma casa, a gente fala né quando sobrar eu faço, né então eu vejo bazar é isso ele é um escape para resolver aquilo que não sobra, né?

TRANSCRIÇÃO 03

M: Qual que é tua idade?

E3: 35 Anos

M: Voce trabalha com alguma outra atividade fora daqui?

E3: Salão,

M: A quanto tempo voce faz o trabalho voluntario?

E3: ah, faz pouco, começamos, paramos, nao faz muito tempo nao.

M: Uhuhum, faz um ano? um mes? 2 anos?

E3: Não, menos de um ano.

M: uhuhum, como você decidiu começar a fazer o trabalho voluntário?

E3: Com um amiga.

M: Uhuhum

E3: Eu acho que tipo, você ter a somar, é bom demais

M: Uhuhum. você gosta de realizar esse trabalho?

E3: Muito, muito muito, gosto muito

M: Quais as dificuldades encontradas por você, pra realizar essa atividade?

E3: É mais tempo, tipo, a gente só, a gente tem, tem que ser no nosso tempo disponível, dai tipo, segunda feira.

M: Ahnahn, que é o dia que você não ta trabalhando?

E3: É o dia que o salão ta fechado

M: O que faz com que você continue a exercer o trabalhado voluntário, no caso, voltar aqui sempre para fazer o mesmo trabalho?

E3: O prazer de ajudar, afinidade, os funcionários, a forma de trabalho que é muito gostoso, é um clima muito bom.

M: Uhuhum, o trabalho voluntário te traz gratificações?

E3: Total.

M: Que tipo de gratificação?

E3: Você, sem aquela cobrança, sem aquela obrigação e você saber que você pode ajudar é bom demais.

M: Você considera importante o trabalho voluntario?

E3: Fundamental

M: Por quê?

E3: Por que eu acho que se todo mundo fizesse um pouquinho pelo outro, eu acho que a gente seria diferente.

M: Que tipo de contribuição você acredita estar dando em sua atividade voluntária, aqui no caso, o que você contribui?

E3: Tempo, eu acho que hoje o tempo é uma coisa que não existe dinheiro que compre

M: O que você sente a partir dessa ação voluntária?

E3: Prazer de saber que eu pude fazer pra alguém que ta precisando, não só de cuidados, mais de um tempinho de atenção.

M: Você acha que o trabalho voluntário acrescenta algo na sua vida?

E3: Acrescenta vida, a vida, é muito prazeroso. Se dar ao próximo.

M: E que contribuições ele traz pra voce?

E3: Eu me sinto, é uma sensação assim, tipo de ser útil, de ajudar, de ajudar sempre, alguém que ta precisando.

M: Você tem alguma mensagem assim pra deixar pra finalizar essa pesquisa sobre trabalho voluntário?

E3: É bom demais, se todos pudessem ajudar um pouquinho eu acho que seria diferente.

M: Uhuhum, bom então era isso, eu agradeço né, a tua contribuição nessa pesquisa e aí depois os resultados, se vocês se interessarem né, a gente vai disponibilizando aqui pro lar, ta passando pra vocês ta bom?

E3: Legal

M: Obrigada

E3: Obrigada você!

TRANSCRIÇÃO 04

M: Idade?

E4: 55

M: 55. Trabalha com alguma outra atividade daqui?

E4: Não, por enquanto não. É, eu participo direito, eu participo da comissão local de saúde, do Conselho local de saúde, dos religiosos também, eu sou da equipe dos religiosos daqui, e compromisso com a Congregação né, que precisa de negocio de saúde, eu sou coordenadora da comunidade essas coisinhas assim né? Bico.

M: (risos) todos voluntários né?

E4: Todos voluntários.

M: E há quanto tempo já faz trabalho voluntário?

E4: Minha filha acho que desde que eu fiquei boba.

(risos)

Não, mas lá em Guatemala a gente fica de maneira... bom mas aqui em Maringá comecei há uns 6 anos em setembro, 5 anos.

M: Mas na sua vida assim?

E4: Ah sim, sempre, pelo tipo de trabalho que a gente fez né, é... lá em... quando eu trabalhei na Argentina era trabalho voluntário. A gente trabalhava na saúde lá. A já faz uns dez anos. Sei lá.

M: Já faz bastante tempo.

E4: Muito tempo que eu ... pela nossa missão, pela própria, vida consagrada, então o trabalho nosso se torna voluntário né? Ou então só se ganha alguma .. que nem eu trabalhei lá tirando tatuagem, lá na Nicarágua. E daí é ... a gente tirava tatuagem e o que se ganhava era simbólico era cem dólares por mês. Então era muito trabalho e ganhava simbólico né?

M: Não era nada assim que consiga se manter, comprar grandes coisas né?

E4: Não, não.

M: Como você decidiu começar a fazer trabalho voluntário?

E4: Como eu decidi? (risos) Me puseram. (risos) Não, por exemplo, porque assim quando foi na Nicarágua, na Guatemala e daí pediram se eu podia vir trabalhar aqui, daí eu vim e... eu acho que não foi uma decisão minha, eu acho que foi da própria situação, do próprio meio, da própria opção de vida que levou a isso, leva a esse tipo de trabalho.

M: E você já é irmã a quanto tempo?

E4: 32 anos.

M: E você gosta de realizar esse tipo de trabalho irmã?

E4: Eu gosto. Claro se não eu não faria né?

M: Quais são os tipos de dificuldades encontradas por você pra realizar esse tipo de atividade?

E4: As dificuldades? Não tem grandes dificuldades. A verdade é que a gente acaba se acostumando né. Claro que, as vezes as pessoas “Ah poderia trabalhar igual” mas eu queria trabalhar numa Junkai (asilo particular) porque aí pelo menos ia ganhar um salário e ajudar com... a comunidade mas aí “já tem trabalho demais aqui” então, as vezes uma sobrecarga de trabalho, minha sobrecarga de trabalho, é, às vezes falta a compreensão das pessoas, e eu acho que grandes dificuldades a gente não encontra porque, ah... uma das dificuldades que eu encontro também é assim, a gente mora no próprio meio. Porque assim né, aqui os outros voluntários, os funcionários, os próprios colaboradores vem aqui, realiza o seu trabalho e vão embora. E nós ficamos sempre aqui, continuamente né, nossa casa é bem no meio do lar. Então daí já é uma dificuldade que eu encontro. Que a gente, a gente reflete, conversa, é que a gente fica, não precisa ficar, sempre aqui dentro, isso às vezes cansa um pouco.

M: O que faz com que você continue a exercer o trabalho voluntário?

E4: Ah, pela necessidade das pessoas. (pausa, barulho reforma)

M: O que faz com que você continue a exercer o trabalho voluntário?

E4: Ah, acho que é a necessidade das pessoas. Isso eu sempre gostei, de ajudar as pessoas. Os mais fragilizados, os mais ... né? Os que mais precisam. Acho que essa solidariedade com as pessoas. Isso aí é uma coisa que me motiva muito a continuar. A necessidade deles.

M: E o trabalho voluntário traz gratificações?

E4: Traz. Um obrigado, o reconhecimento, por exemplo agora que eu voltei de férias, que nem a, todos até os funcionários novos, todos os dias elas contavam da, que ela chorava “eu quero a”. Então eu acho assim, esse reconhecimento, onde muitos “olha a irmã voltou” então eu acho que eles reconhecem a presença da gente eu acho que é assim, uma coisa assim bem gratificante. Esse reconhecimento que eles tem do nosso trabalho da nossa presença aqui junto a eles. Claro, tem muitos que não reconhecem, que não estão nem aí né, ou não se dão conta, mas a maioria eu percebo muito quando eu saio, porque quando eu volto a maioria faz “ai porque vai voltar?” e as vezes eu penso ai meu Deus, não faço nada, sou uma inutil aqui dentro mas não, não é tão assim não.

M: Eles estão olhando né.

E4: Estão olhando é. Eles notam. Por exemplo geralmente quando eu saio eu não falo pra ninguém, essa vez que eu vinha de férias eu falei pra “eu vou viajar hein?” aí ela, sabe que de noite deu um ataque nela? Na segunda? Eu falei que ia viajar e de noite deu ataque, e eu acho

que foi porque eu ia sair tadinha. Mas assim, daí eu prefiro não falar pra eles não ficar triste. Fala "ah como que tá sumida, achei que não ia voltar mais" não sei o que lá...

M: E você considera importante o trabalho voluntário irmã? Por quê?

E4: Eu acho que ele é importante sim, porque nesse nosso mundo capitalista que todo mundo só quer ganhar, ganhar, e outros roubar, roubar, roubar e ganhar eu acho que ele é importante porque ele mostra um outro lado da moeda, um outro lado da realidade, diz que é possível se fazer algo mais pelos outros sem pensar só no dinheiro, no dinheiro. O dinheiro compra muita coisa, mas às vezes não compra felicidade, não compra solidariedade, não compra o carinho o amor o afeto e às vezes quem faz voluntário é mais carinhoso que quem recebe. Isso a gente já percebeu muito. Nós temos uma voluntária que pena que nos deixou, nossa mas a mulher era super dedicada. Nós tivemos um outro que também, mas ele não tinha medo de meter a mão e fazer, trocar os pacientes, mas metia... e o cara sumiu. Simplesmente não pode mais ver ele. Então é uma perda. Então mostra o outro lado da moeda.

M: Que tipo de contribuição, você acredita que esta dando em sua atividade voluntária?

E4: Qual o tipo de contribuição? Presença. Eu acho que amor, carinho, afeto, eu acho que... atenção. Às vezes perco a paciência também né? (risos) lidar com idoso, tem uns que ficam "é tenha paciência". Mas acho que esse tipo de contribuição, amor, carinho, solidariedade, presença.

M: O que você sente, a partir dessa ação voluntária? De sentimentos assim?

E4: Eu sinto que é importante a nossa presença aqui junto à eles. Porque nós como irmãs, como consagradas, a gente, nem sempre consegue mas, eu pelo menos tento fazer a diferença no cuidado. Por exemplo, somos mais enfermeiras, mas eu tento só, nem sempre eu consigo, mas eu tento, acho que eu deveria dar mais, acho que deveria ser melhor em muitas coisas mas eu acho que muitas vezes o nosso jeito de fazer a diferença, muitas coisas que a gente escuta, que a gente vê. O pessoal às vezes diz "ai irmã como alcançar tal coisa" "a senhora vê e ajuda bastante nós". Às vezes, outras pessoas que... chefia que já não ajuda como deveria né. Então eu acho que a gente como consagrada deve fazer a diferença. Embora nem sempre consiga. Mas a gente faz a diferença.

M: Você acha que o trabalho voluntário acrescenta algo a sua vida?

E4: Bom, como esse é meu trabalho. Tá em 24 horas. (risos) Tem que acrescentar né? Se não... como seria a nossa fé? A nossa missão?

M: E Que tipo de contribuições você acha que traz o que te acrescenta?

E4: Depois que eu vim pra cá e já vai fazer cinco anos, eu percebo que amadureci bastante como pessoa, eu acho que, a gente adquire bastante experiência na área da saúde, porque assim ó, sou enfermeira trabalhei no hospital cinco anos, depois eu fui pra Guatemala, pra Argentina, e não trabalhei mais tanto. Então eu acho que o trabalho aqui como voluntária... com voluntariado trabalhei aqui no Lar adquiri bastante experiência no trabalho de saúde,

assim a gente explicar técnicas, medicação, todas estas coisas na área da saúde e também aprendi a valorizar aquilo que eu faço, porque sei lá se eu faço a coisa certa ou não faço, mas é ... eu percebo que é importante o trabalho que faço.

M: Tem mais alguma mensagem que gostaria de deixar irmã sobre o voluntariado?

E4: não, eu acho que o voluntariado é uma coisa, acho que ele é um grito, é um grito e é uma necessidade que tem muita gente que precisa realmente desse trabalho dessa presença, e eu vejo, por exemplo aqui no lar que a gente tem as voluntarias costureiras, tem outras que ajudam nos bazares m vários tipos de voluntários aqui, médicos voluntários, eu acho que é uma ajuda muito grande. Se não fosse o voluntariado as nossas condições financeiras também iam ser bem pior do que já é né? Então acho que é uma ajuda muito grande, tanto econômica como social como espiritual, solidária tudo, eu acho que é uma coisa muito boa, e e acho que deve continuar.

TRANSCRIÇÃO 05

M: Idade?

E5: 58

M: 58 Anos

M: Você trabalha com alguma outra atividade além daqui?

E5: Bom hoje eu to parada, mas sou massoterapeuta

M: humm, massoterapeuta, há quanto tempo faz que você faz já trabalho voluntário?

E5: Uns dois anos, dois a três anos, não sei.

M: Uhuhum, e como você decidiu, assim, começar a fazer o trabalho voluntário?

E5: ah, eu tenho umas amigas que já faz né, então através dela, eu comecei.

M: Legal, e você gosta de realizar esse trabalho?

E5D: Gosto.

M: Você encontra que tipo de dificuldade, pra realizar essa atividade?

E5: Até o momento, nenhuma.

M: O que faz com que você continue a exercer o trabalho voluntário?

E5: O prazer de ta ajudando, de ta recebendo também né, a troca.

M: O trabalho voluntário te traz então gratificações?

E5: Sim

M: E que tipo de gratificação que você acha que recebe aqui?

E5: Um retorno de carinho, de tudo.

M: E você considera importante o trabalho voluntário?

E5: Sim

M: E porque você acha importante o trabalho voluntário?

E5: Ah, se todo mundo ajudasse um pouquinho né? seria tão bom, doar um pouquinho do seu tempo.

M: Que tipo de contribuição, você acredita que esta dando em sua atividade voluntária?

E5: Não sei explicar

M: Como você acha que você ajuda fazendo seu trabalho? em que sentido você contribui?

E5: Humm, não sei (risos)

M: O que você sente, a partir dessa ação voluntária? De sentimento assim?

E5: De gratidão, de tá doando e tá recebendo, mais recebe do que doa.

M: É verdade

M: Você acha que o trabalho voluntário acrescenta algo a sua vida?

E5: Sim

M: Que tipo de contribuições ele traz pra você, o que ele tem acrescentado na sua vida?

E5: Depois que comecei a trabalhar assim, de (silêncio), eu perdi meu marido a pouco tempo daí, então me ajudou muito, de tá doando meu tempo, recebendo carinho.

M: Uhuhum, entendi. Você tem filhos?

E5: Eu tenho 2 filhos e 3 enteadas.

M: Mas você mora sozinha ou mora com algum dos filhos?

E5: Moro com os dois filhos

M: Mora com os dois filhos então.

M: Então era isso, a princípio era isso que eu tinha que perguntar pra você né? Agradeço a sua disponibilidade, é...e você tem alguma outra consideração pra fazer sobre o trabalho voluntário, que você acha importante tá falando.

E5: Não (risos)

M: Só isso mesmo né?

E5: Só isso.

M: Então tá certo, muito obrigada tá

TRANSCRIÇÃO 06

M: idade?

E6: 57.

M: O Sr. trabalha com outra atividade?

E6: No momento não.

M: Não?

E6: Não.

M: Há quanto tempo você faz trabalho voluntário?

E6: Eu faço só aqui no asilo, tem um ano, um ano e pouquinho que eu comecei a fazer isso.

M: E como decidiu a fazer o trabalho voluntário?

E6: Ajudar, né? Se sentir bem ajudando as pessoas.

M: E o senhor gosta de realizar esse tipo de trabalho?

E6: Sim.

M: E quais as dificuldades encontradas por você para realizar essa atividade?

E6: Nenhuma.

M: Nenhuma?

E6: Nenhuma.

M: O que faz com que você continue a exercer o trabalho voluntário?

E6: Se sentir bem, ajudar as pessoas, ajudar quem não pode, isso aqui a gente ajuda quem não pode né? Fazer por eles.

M: E...o trabalho voluntário traz gratificações para você?

E6: Muito.

M: É? Qual tipo de gratificação ele traz?

E6: Se sentir bem com a pessoa mesmo, fazer as coisas com boa vontade pros outros...é isso.

M: Hum...E o senhor considera importante o trabalho voluntário?

E6: Sim. Acho que se todo mundo dedicasse pelo menos um dia por mês pra fazer isso aí pra ajudar as pessoas seria muito bom.

M: Que tipo de contribuição Você acredita estar dando em sua atividade voluntária?

E6: Ajudar o próximo né? Ajudar o próximo e se sentir bem com aquilo que você faz.

M: O que sente a partir dessa ação voluntária?

E6: Um prazer naquilo que faz. Sentir prazer naquilo que a gente faz. Porque eu gosto do que faço. É isso.

M: você acha que o trabalho voluntário acrescenta algo a sua vida?

E6: Bastante, bastante né. Porque a gente se sente bem naquilo que a gente faz. Se sente bem ajudando as pessoas. Se sente bem com a própria pessoa né? Que sou eu.

M: Que tipo de contribuição você acredita que o trabalho voluntário traz para você?

E6: Vamos supor, arejar um pouco a cabeça, se sentir bem com você mesmo, e dar um pouco daquilo que você pode pra alguém. É isso

M: O senhor tem mais alguma mensagem que gostaria de deixar registrado sobre o trabalho voluntário? Que acha importante?

E6: Ah, simplesmente deixar assim, eu gosto daquilo que faço, e vou continuar fazendo sempre que puder.